



INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
Bacharelado em Geografia

MARCO TÚLIO MORAIS VELASQUE SILVA

**O PANORAMA GEOGRÁFICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NOROESTE
FLUMINENSE**

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2022

MARCO TÚLIO MORAIS VELASQUE SILVA

**O PANORAMA GEOGRÁFICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NOROESTE
FLUMINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharelado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Erika Vanessa Moreira Santos

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2022

MARCO TÚLIO MORAIS VELASQUE SILVA

**O PANORAMA GEOGRÁFICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NOROESTE
FLUMINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado em Geografia do Instituto
de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento
Regional da Universidade Federal Fluminense,
como parte das exigências para obtenção do título
de Bacharelado em Geografia.

Aprovado em 04 de agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Erika Vanessa Moreira Santos – UFF

Orientadora

Profa. Dra. Maria do Socorro Bezerra de Lima – UFF

Profa. Dra. Samara Venina Simen de Azeredo Silva

Programa de Pós-Graduação – PPG/UFF

AGRADECIMENTOS

Por todo este tempo de graduação muitas pessoas passaram pela minha vida, e algumas nem aqui estão mais, mas enquanto estiveram influenciaram-me a todo dia ser melhor do que no dia anterior. Agradeço a todos, aqui, de início, pela paciência, pelo carinho e pela atenciosidade.

Agradeço primeiramente à minha família, que apesar de nem sempre concordar comigo, me deu todo suporte que precisava, nunca deixando faltar o essencial na minha casa e em minha vida e sempre me incentivaram a ser a melhor versão de mim, principalmente no que tange à educação e trabalho.

Sou eternamente grato aos meus amigos, àqueles que já se foram e àqueles que ainda estão por aqui, que me ensinaram muito sobre o amor, a arte, a ciência e a sociedade, principalmente nos momentos mais difíceis. Sem ordem de importância: Matheus, Carolline, Vinícius, Carolina Jamar, Heytor, Ariel, Karla, Marcelo, Lucas, Juliana, Igor, meu irmão Caio, Henrique, Rafael, Cíntia, e muitos outros que, se aqui não citei, não reparam, é só que estou cansado de digitar mesmo.

Em especial agradeço à minha parceira Jordane e à toda sua família, que sempre me acolheram com muito carinho, e sempre buscaram nos dar ideias e oportunidades para termos sucesso em nossas vidas.

Dentro do Instituto aprendi uma nova forma de enxergar o mundo, e aprendi, principalmente, a ter uma visão crítica, que me permitisse dissecar e analisar diversas camadas da “cebola” que, inclusive, é uma boa metáfora para a complexidade do mundo. Aprendi a me colocar no lugar do outro, a observar e compreender, mesmo que minimamente, as relações complexas que se estabelecem sobre o território através de uma rede invisível de relações sociais.

Tive oportunidades maravilhosas graças ao carinho e a dedicação à profissão de Thiago, Erika, Leandro e Socorro, que, desde um primeiro momento, me acolheram. Os três últimos me adotaram no laboratório “NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos” e deram novo sentido para o meu pensamento e minha graduação. Renderam muitas histórias, viagens e risadas, obrigado por tudo.

A todos os professores do instituto eu só tenho a agradecer também, esta universidade só existe graças a todos vocês. Em especial agradeço aos professores da Geografia: Danielle, Maria Carla, Eduardo, Cláudio, Elzira, Gustavo, Marcos e Camila.

Esse ciclo se encerra com um grande sorriso e muita gratidão.

Sou grato por estar cercado de pessoas maravilhosas. Sou grato por tudo o que tive acesso. Sou grato por tudo que aprendi. Sou grato por toda paciência que todos tiveram comigo.

A história aqui resiste.

A geografia aqui insiste.

Obrigado!

“Deus é todo mundo sorrindo ao mesmo tempo,
não é não [...]?” (HOT E OREIA, 2019)

RESUMO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é analisar a agricultura familiar do noroeste fluminense no que tange à estrutura produtiva, fundiária e organizacional. Para atingir o objetivo dividimos a pesquisa em duas etapas: em uma primeira etapa foram identificados os processos e projetos os quais o espaço rural fluminense está submetido; outra fase foi realizada uma análise da agricultura familiar por meio dos dados disponíveis acerca da estrutura produtiva, fundiária e organização coletiva e a utilização da cartografia temática como técnica importante na espacialização dos dados e das informações. A metodologia utilizada passa por técnicas quantitativas e qualitativas, quais sejam a pesquisa bibliográfica acerca dos temas da agricultura familiar, políticas públicas e o processo de formação da região noroeste fluminense; a coleta e sistematização de dados secundários de sites como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Sebrae, Firjan e Emater-Rio; entrevista com o gestor do Programa Balde Cheio no Estado do Rio de Janeiro e, por fim, a elaboração de cartogramas com o uso dos programas gratuitos *Philcarto* e *QGIS*. As temáticas fundamentais para a apreensão do noroeste fluminense são o meio técnico-científico-informacional e o desenvolvimento desigual e combinado, que são a condição e o condicionante dos modos de vida da atualidade e da racionalidade do sistema técnico vigente. Os resultados indicam que as tentativas de especialização e reestruturação produtiva no noroeste fluminense ocasionaram o aumento na concentração fundiária e reforçaram a hierarquia entre os municípios da referida região.

Palavras-chave: agricultura familiar, políticas públicas, noroeste fluminense, cartografia temática.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze family farming in the northwest region of the Rio de Janeiro State regarding its productive, land and organizational structure and the ongoing information in rural Brazil and the northwest of Rio de Janeiro. In order to reach the objective, we divided the research into two stages: in a first stage, the processes and projects to which the rural space of Rio de Janeiro are submitted will be identified; in another stage, an analysis of family farming will be carried out through the available data about the productive structure, land tenure and collective organization and the use of thematic cartography as an information translator. The methodology used involves quantitative and qualitative techniques, which are the bibliographic research on the themes of family farming, public policies and the process of formation of the northwest region of Rio de Janeiro; the collection and systematization of secondary data from sites such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE, Sebrae, Firjan and Emater-Rio; an interview with the manager of the Balde Cheio project in the Rio de Janeiro State; and the subsequent elaboration of cartograms through the geoprocessing and cartography programs Philcarto and QGIS. The geographical concepts in articulation are the technical-scientific-informational environment and the uneven and combined development, which, we believe, are the condition and conditioning of the current ways of life and the rationality of the current technical system. The results indicate that the attempts at specialization and productive restructuring may have produced an increase in land concentration and reinforced the hierarchy among the municipalities in the northwestern region of the Rio de Janeiro State.

Keywords: family farming, public policies, northwest region of the Rio de Janeiro State, thematic cartography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mesorregião Geográfica Noroeste Fluminense	41
Figura 2 - Mapa de semicírculos proporcionais da população da mesorregião geográfica noroeste fluminense em 2000 e em 2010	42
Figura 3 - Índice de Gini entre os municípios da mesorregião geográfica noroeste fluminense	43
Figura 4 - Placa indicando as “vocações regionais” do Noroeste Fluminense na BR-101, ano de 2022, Campos dos Goytacazes, RJ	49
Figura 5 - Principais polos das atividades agrícolas no RJ	51
Figura 6 - Principais polos das atividades pecuárias no RJ.....	52
Figura 7 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área em 2006 no noroeste fluminense – RJ.....	59
Figura 8 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área em 2017 no noroeste fluminense – RJ.....	60
Figura 9 - Percentual da área ocupada por estabelecimentos agropecuários por grupos de área em 2006 no noroeste fluminense – RJ.....	61
Figura 10 - Percentual da área ocupada por estabelecimentos agropecuários por grupos de área em 2017 no noroeste fluminense – RJ.....	61
Figura 11 -Área total dos estabelecimentos agropecuários e área ocupada por estabelecimentos familiares em 2017	63
Figura 12 – Total de famílias assentadas, área e data de criação dos assentamentos.....	64
Figura 13 - Produção de leite (1000L) no noroeste fluminense, 1997-2017.....	66
Figura 14 - Relação entre a produção de leite (mil litros) de 2010 e 2019	67
Figura 15 - Número de cabeças da pecuária bovina da agricultura familiar e não-familiar no noroeste fluminense em 2017	68
Figura 16 - Estabelecimentos que processam lácteos nos municípios do Noroeste Fluminense em 2006 e 2017	70
Figura 17 - Área colhida de arroz (em hectares) nos anos de 1999 e 2018.....	72
Figura 18 - Área colhida de tomate (em hectares) nos anos de 1999 e 2018.....	73

Figura 19 - Área colhida (em hectares) de café nos anos de 1999 e 2018	74
Figura 20 - Área colhida (em hectares) de forrageiras nos anos de 2006 e 2017.....	76
Figura 21 - Área colhida (em hectares) de laranja nos anos 2006 e 2017	77
Figura 22 - Associação de estabelecimentos agropecuários associados a instituições e entidades de classe em 2006.....	78
Figura 23 - Associação de estabelecimentos agropecuários associados a instituições e entidades de classe em 2017	79
Figura 24 - Pessoal ocupado e laços de parentesco nos estabelecimentos agropecuários dos municípios noroeste fluminense em 2006	80
Figura 25 - Pessoal ocupado e laços de parentesco nos estabelecimentos agropecuários dos municípios noroeste fluminense em 2017	81
Figura 26 - Número de estabelecimentos considerados familiares e estabelecimentos com acesso à DAP em 2017	83
Figura 27 - Número de estabelecimentos com acesso à DAP e à financiamentos governamentais do PRONAF e outros em 2017	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação das regiões na produção estadual de leite e número de agricultores por região.....	52
Gráfico 2 - Área colhida (hectares) de lavouras temporárias no Noroeste Fluminense em 2006 e 2017	71
Gráfico 3 - Área colhida (hectares) de lavouras permanentes no Noroeste Fluminense em 2006 e 2017	71
Gráfico 4 - Relações de trabalho e laços de família do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuário do noroeste fluminense em 2017	82
Gráfico 5 - Número de estabelecimentos com acesso à DAP e à financiamentos governamentais do PRONAF e outros em 2017	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número total de estabelecimentos agropecuários e participação da agricultura familiar em 2006.....	58
Tabela 2 - Número total de estabelecimentos agropecuários e participação da agricultura familiar em 2017.....	58
Tabela 3 - Número de estabelecimentos produtores de café por tipologia do produtor no ano de 2017	75
Tabela 4 - Quantidade produzida de café (toneladas) por tipologia do produtor no ano de 2017	75

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CAPIL	Cooperativa Agropecuária de Itaperuna LTDA
CAVIL	Cooperativa Agrária Vale do Itabapoana Ltda
EMATER-RIO	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NOF	Noroeste Fluminense
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPM	Produção Pecuária Municipal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIDRA	Sistema de Recuperação Automática de dados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Objetivos	18
1.2. Metodologia	18
2. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	21
2.1 Conceituação	21
2.2 Território, progresso técnico e a agricultura familiar	25
2.3 As três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil	28
3. HISTÓRICO DA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE E DA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO	38
4. ESPACIALIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE	55
4.1 Conceitos da cartografia temática	55
4.2 Estrutura Fundiária	57
4.3 Estrutura produtiva	65
4.4 Organização coletiva	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de quatro anos de estudo, participação em congressos, projetos de extensão e de pesquisa na universidade, todos realizados no âmbito do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos e demais docentes. Neste parágrafo, em específico, a comunicação será na 3ª pessoa do singular por se tratar de um histórico, e o restante será escrito na 3ª pessoa do plural, pois o conhecimento aqui produzido é resultado coletivo. A participação na produção acadêmica do autor se inicia em um projeto de extensão intitulado “Atlas Socioeconômico do Norte Fluminense”, no ano de 2018, o qual ainda estava apenas engatinhando, e prossegue para a Iniciação Científica no ano seguinte (2019), possibilitando o desenvolvimento da pesquisa intitulada “O rural do noroeste fluminense no contexto da agricultura familiar no século XXI”. A pesquisa de dois anos (2019-2021) com apoio da FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro) possibilitou compreender o Noroeste e originou este trabalho de conclusão de curso.

O espaço rural brasileiro é marcado por contradições e, nos últimos trinta anos, com o processo de redemocratização (1985) e a abertura da economia (anos 1990), têm passado por diversas fases e mudanças que afetaram a vida de milhares de pessoas. A legitimação da categoria da agricultura familiar pelo Estado brasileiro e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais – PRONAF foram conquistas importantes e são resultantes de reivindicações históricas dos sindicatos rurais e dos movimentos sociais rurais (SCHNEIDER, 2003; MATTEI, 2014).

A produção da agricultura familiar diverge da produção patronal ao incluir subjetividades no processo produtivo, sejam eles os assuntos relacionados à família e objetivos não mercantis (SCHNEIDER, 2003), abrangendo as decisões e conjuntos de estratégias, valores, opções e elementos não mercantis, como interesses e escolhas baseados nas possibilidades da organização da família, gênero, hierarquia e crenças. Schneider (2003), Abramovay (2007) e Guanzioli; Vinchon (2019) afirmam que não é possível compreender como a agricultura familiar persiste na sociedade atual apenas através da função que esta exerce no processo de acumulação capitalista pois a renda dos agricultores se diversificou e há outras formas de inserção econômica dos membros da família, como a pluriatividade e outras atividades não agrícolas. Além disso, só é possível compreender a sobrevivência da agricultura familiar ao processo de desenvolvimento do capitalismo quando se analisa a lógica

subjetiva familiar, visto que as características holísticas da família e proximidade da família com o processo produtivo, a gestão e a propriedade causam efeito direto sobre suas ações e estratégias de reprodução, que podem muitas vezes ser contraditórios com o modo de produção capitalista.

O início da década de 1990 foi marcado por grandes debates na academia sobre o tema da agricultura familiar, o que resultou em 1996 na criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar) e, posteriormente, na promulgação da Lei nº 11.326/2006 intitulada *Lei da Agricultura Familiar*, a qual definiu as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público (MATTEI, 2014). Nesse mesmo ano (2006) ocorreu o lançamento dos dados do Censo Agropecuário de 2006, junto ao IBGE, que, pela primeira vez, retratou, a partir de variáveis estatísticas, a agricultura familiar do Brasil.

Segundo os dados do Censo Agropecuário (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2017a), a agricultura familiar representa um importante grupo no espaço rural brasileiro: 69% do pessoal ocupado em atividades agropecuárias estão em propriedades da agricultura familiar; os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam 23% da área total; e são 77% do número total absoluto de estabelecimentos agropecuários. Historicamente a agricultura familiar já teve diversos nomes, como pequena produção, camponeses, agricultura de subsistência e foi sempre tida como uma “atividade acessória” às grandes fazendas, desde o período colonial, exercendo a função de produção de alimentos, mas sempre alijada do processo de desenvolvimento (MATTEI, 2014, p. 84).

No noroeste fluminense, nossa área de estudo, a categoria da agricultura familiar representava 67% do número de estabelecimentos agropecuários e 31% da área total de estabelecimentos em 2017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2017a), apesar disso, apenas 15,6% destes possuíam acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento que dá acesso às políticas públicas exclusivas para a agricultura familiar. A região noroeste fluminense é marcada pela presença destes pequenos agricultores, pequenos produtores, agricultores de subsistência, etc., e estes estiveram sempre à margem das grandes lavouras de café, produzindo seu sustento em pequenos espaços entre as lavouras (GRABOIS *et al.*, 1998; MARINHO, 2017).

A estrutura produtiva da região noroeste fluminense tradicionalmente é caracterizada pela presença expressiva de agricultores familiares (GRABOIS *et al.*, 1998; SILVA, 2006; MARINHO, 2017) e, segundo os autores, há destaque histórico na produção da pecuária leiteira e de corte, de café, de arroz, de tomate e de cana de açúcar. A pecuária leiteira, apesar de decadente, em comparação com outros períodos, ainda ocupa uma posição privilegiada, em comparação com outras mesorregiões no Estado do Rio de Janeiro, situando como a segunda maior produtora de leite e a maior quantidade de produtores (EMATER-RIO, 2019). Três municípios constam entre os 10 maiores produtores do estado: Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci. O Noroeste Fluminense fica atrás somente da região Sul Fluminense, que atualmente é a maior produtora de leite e a terceira em número de produtores.

O café passou por diversas fases e atualmente a tendência é de especialização dos grãos, com a entrada de grãos especiais. Observamos, pela mídia, que os agricultores de Varre-Sai, Porciúncula e Bom Jesus do Itabapoana são constantemente premiados nos concursos regionais (PASSOS, 2017; TERRA, 2021; V CONCURSO DE CAFÉS ESPECIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ASCARJ, 2021)

A cafeicultura de grãos especiais ganhou destaque nos últimos anos, sobretudo nos municípios de Varre-Sai (TERRA, 2021) e Porciúncula (V CONCURSO DE CAFÉS ESPECIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ASCARJ, 2021), onde há certa frequência na premiação nas diferentes categorias – secos, úmidos e sabor.

A cana de açúcar possui baixa expressividade (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2017a) e o tomate teve uma grande redução na área de cultivo em todos os municípios, e atualmente sua produção está concentrada principalmente no município de Cambuci, enquanto Itaocara e São José de Ubá, antes o primeiro e segundo maiores produtores respectivamente, possuem uma produção bem menos expressiva no cenário regional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 1999; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2018). O arroz atualmente praticamente não tem área colhida na região (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2018).

Em relação a estrutura fundiária da região noroeste, os estabelecimentos agropecuários apresentam concentração fundiária, principalmente nos grupos de área de estabelecimentos acima de 100 hectares, com destaque para Itaperuna e Porciúncula. Aperibé

e Varre-Sai dispõem de uma melhor distribuição da área entre grupos de área, os estabelecimentos com área superior a 100 hectares ocupam uma área bem menor que a média dos outros municípios (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2017a).

Portanto, temos como meta, para este trabalho, nos debruçar sobre a agricultura familiar e o espaço rural do Noroeste Fluminense adotando uma visão histórica e cartográfica dos eventos e características na busca por uma análise mais crítica dos processos que permitiram a formação socioespacial e as contradições inerentes.

1.1. Objetivos

O objetivo desta pesquisa é fazer uma análise das características e da participação da agricultura familiar no noroeste fluminense na estrutura fundiária, produtiva e organizacional diante das mudanças em curso no espaço rural fluminense. Para se atingir o objetivo geral, dividimos em dois objetivos específicos:

1. Identificar e compreender os processos e os projetos em curso no espaço rural do noroeste fluminense e;
2. Analisar a agricultura familiar no noroeste fluminense no que se refere à estrutura produtiva, fundiária e organização coletiva.

1.2. Metodologia

A metodologia deste trabalho se constituiu com uma combinação entre técnicas quantitativas e qualitativas de pesquisa. A primeira fase da pesquisa abarca a leitura do referencial teórico nos seguintes temas: agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003; ABRAMOVAY, 2007; GUANZIROLI; VINCHON, 2019), políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2014) e o processo de formação do noroeste fluminense (GRABOIS *et al.* 1998; MARINHO, 2017; SILVA, 2006). Posteriormente, foi executada a coleta de dados secundários nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos temas do Censo Demográfico, Censo Agropecuário, Pesquisa Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal e nos relatórios anuais da Emater-Rio.

A próxima etapa da pesquisa partiu da organização e da sistematização dos dados secundários para a elaboração das tabelas, dos gráficos e a espacialização de alguns

indicadores em cartogramas (mapas temáticos) como primeiros resultados. O projeto inicial incluía, na segunda fase, algumas entrevistas semiestruturadas com representantes de instituições públicas e privadas, como a FIRJAN, o SEBRAE, o SENAR, as Secretarias de Agriculturas, a CAPIL, as Cooperativas e os Sindicatos Rurais, visando apreender as diferentes visões sobre o espaço rural, sobre a agricultura familiar e as problemáticas de cada setor na região. Esta etapa da pesquisa não se sucedeu devido a problemas técnicos e contextuais, como a pandemia e situações adversas, como a não resposta da maioria dos contatos realizados, excetuando-se algumas poucas instituições, como a Secretaria de Agricultura de Santo Antônio de Pádua. Portanto, optamos por seguir a pesquisa com os dados já disponibilizados *online*, os dados secundários e informações obtidas como representante do programa Balde Cheio no Noroeste Fluminense, M. S.

No que tange os dados secundários, foi feita uma análise dos dados obtidos no site Sistema IBGE de Recuperação Automática e dos Relatórios Anuais da EMATER-Rio no programa Microsoft Excel, buscando identificar a relação das políticas públicas de nível nacional e estadual voltadas para a categoria da agricultura familiar com os dados sobre estrutura produtiva, fundiária e organização coletiva obtidos na escala dos municípios da região Noroeste Fluminense – NOF. O recorte temporal é, principalmente, entre o ano de 2006 e 2017, no que se refere aos dados dos Censos Agropecuários, e o ano de 1998 a 2019, para os dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM - IBGE) e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM - IBGE), mas nosso enfoque são as informações obtidas pelos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, pois fornecem material mais preciso sobre os estabelecimentos agropecuários.

Os dados coletados foram organizados no *Microsoft Excel*, as informações selecionadas são referentes a produtos tradicionais descritos na literatura e aos que ganharam destaque atualmente, detalhando a área de produção e quantidade; proporção de gado gerida pela agricultura familiar e não familiar; a quantidade de estabelecimentos agropecuários e sua qualificação como agricultura familiar ou não; área ocupada por estabelecimentos de cada grupo de área; quantidade de associados em instituições de organização coletiva, etc. Com os dados organizados em mãos foram elaborados os gráficos e tabelas no próprio *Excel*, utilizando as ferramentas de gráficos e as formatações em formatos de tabelas.

Para elaborar os cartogramas, em geral, foram utilizados dois programas: QGIS e *Philcarto*. O *Philcarto* não é capaz de georreferenciar os mapas, e, portanto, foi necessário

integrar os cartogramas com uma base georreferenciada do QGIS pré-pronta no *Inkscape*, que oferece uma interface com opções de trabalhar com pontos, linhas e formas. A principal diferença do *Philcarto* para o QGIS é a possibilidade de se trabalhar com círculos/semicírculos proporcionais, o que facilita a leitura das diferenças quantitativas. Os mapas foram construídos ao longo da pesquisa, então alguns deles apresentam deficiências qualitativas, mas a informação contida nos cartogramas é pertinente. Para definir as classes foi escolhido o método das quebras naturais *Jenks* (GIRARDI, 2008).

2. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O conceito de agricultura familiar no Brasil é alvo de muita discussão, principalmente devido à sua grande importância na alimentação da população como um todo e o seu papel no processo de acumulação capitalista. Por se tratar de um conceito-chave neste trabalho, o objetivo deste capítulo é de fazer uma conceituação mais precisa e introduzir o leitor ao debate ao redor do conceito de agricultura familiar e seu histórico no processo de elaboração das políticas públicas.

2.1 Conceituação

O debate acadêmico acerca do termo agricultura familiar é numeroso e controverso. O termo é alvo de disputas históricas, como destacam os autores Guanzioli e Vinchon (2019), por exemplo, entre os que acreditam que os camponeses e agricultores familiares reservam características semelhantes em relação à reprodução social, como as “raízes camponesas” e o grau de integração aos mercados, respectivamente; e outros que defendem que existe um abismo social entre os agricultores profissionais e os camponeses.

Outros nomes são e já foram atribuídos aos agricultores familiares, como pequenos produtores, camponeses, pequenos agricultores, agricultores de subsistência, produtores de baixa renda, etc., e estes eram considerados uma atividade acessória ao sistema monocultor principal em diversos ciclos econômicos, resultando em agricultura de baixa capacidade produtiva, alvo da pobreza e exclusão no meio rural, relegada ao segundo plano no processo de desenvolvimento do país (MATTEI, 2014, p. 84). O que une estes vários tipos de agricultores em uma nomenclatura é o reconhecimento por parte do Estado da diferença entre a agricultura patronal e familiar e a adoção de critérios de identificação do público.

Schneider (2003), Abramovay (2007) e Guanzioli e Vinchon (2019), concordam que não é necessário entender o papel ou função que as formas familiares exercem no processo geral de acumulação de capital (sua inserção no processo de acumulação) para compreender porque estas sobrevivem nas sociedades modernas, pois estes agricultores estão em um relacionamento complexo com estas sociedades, em maior ou menor grau. Como o campesinato se complexificou e não há uma separação entre o trabalho e o capital nestas propriedades, fica cada vez mais evidente que a leitura da agricultura familiar exclusivamente

a partir da inserção da categoria no processo de acumulação de capital é equivocada, e é necessário se compreender a lógica subjetiva de funcionamento da família (SCHNEIDER, 2003; ABRAMOVAY, 2007).

Acerca da conceituação da agricultura familiar, em termos metodológicos, Abramovay (2007, p. 63) afirma, concordando com Alexander Chayanov, que não é possível compreender o comportamento camponês pelo estudo da sua inserção na divisão social do trabalho, mas, ao contrário, é pelo estudo do comportamento interno da unidade familiar que se pode compreender a maneira como ela, enquanto “unidade subjetiva teleológica”, se insere socialmente, pois a unidade básica com qual Chayanov trabalha não são indivíduos nem motivações psicológicas individuais, mas sua função na unidade social em que se inserem: a família. Schneider (2003, p. 71) afirma, em confluência com Abramovay (2007), que a “inserção econômica e produtiva dos agricultores já não é mais a única (e, em certos casos, nem mesmo a mais importante) forma de acesso dos indivíduos e das famílias à divisão social do trabalho”, e chama atenção para a questão da pluriatividade e de atividades não agrícolas, no ponto em que diversificaram as fontes de renda dos indivíduos e da família e vem e introduzindo novas lógicas no espaço rural.

Tradicionalmente a agricultura familiar exhibe alto grau de participação da mão de obra da família no processo produtivo, como uma relação próxima entre a propriedade e a terra (sentimento de pertencimento) e comportamentos baseados na estrutura etária do grupo familiar e disputas intergeracionais (SCHNEIDER, 2003; MADANELO E MARAFON, 2004). Abramovay (1997) traz uma reflexão importante sobre as características do uso do solo na agricultura familiar, que é o *inverse relationship*, ou seja, a relação entre a área de plantio e o valor da produção. Ao citar o estudo da FAO de 1995, o autor destaca a relevância do segmento familiar no indicador de produtividade por área ao afirmar que a categoria

[...] intensifica mais o uso do solo que o patronal: as lavouras são três vezes mais importantes no segmento familiar e cinco vezes mais importantes quando se trata de lavouras permanentes; o segmento familiar tem o maior peso na produção de pequenos animais; o segmento familiar, embora usando área muito menor, supera o patronal em 15 importantes produtos agropecuários; e os rendimentos físicos da agricultura familiar são superiores aos da patronal em mais de metade de suas atividades (ABRAMOVAY, 1997, p. 76).

Segundo Abramovay (2007, p. 52), os agricultores familiares integrados à indústria são “objetivamente proletariados”, e são obrigados a seguir os padrões impostos pela indústria. Segundo o autor, entre as características do modo de produção camponês, identifica-se a indissolubilidade entre o empreendimento agrícola e a família, além do uso intensivo de trabalho e a natureza patriarcal da organização social (mencionando os conceitos de Chayanov e Tepicht). Para o autor, a agricultura familiar se distancia conceitualmente do camponês devido ao “ambiente social, econômico e cultural que caracteriza cada uma delas” (ABRAMOVAY, 2007, p. 33) e a racionalidade da organização familiar não depende da família, e, sim, da capacidade que a família tem de se adaptar ao ambiente a qual está inserida, de modo a garantir a sua reprodução, e a sua existência não pode ser explicada apenas pela “herança camponesa”, pois o Estado também moldou a estrutura social do “capitalismo agrário das nações centrais” (ABRAMOVAY, 2007, p. 32).

Segundo Abramovay (2007, p. 32), atualmente não há como se explicar a existência das formas de agricultura familiar apenas por uma “herança camponesa”, pois o Estado, enquanto instituição, ajudou a moldar as estruturas sociais destas formas de agricultura a partir de alguns mecanismos: interferência nas estruturas agrárias, na política de preços, determinação da renda agrícola e no processo de inovação técnica (política agrícola). Abramovay (2007) afirma que o mercado também opera nestes espaços da agricultura, mas de outra forma, de modo que o Estado é um agente de organização pública dos mercados, e, para o autor, as políticas agrícolas que dinamizam as estruturas sociais no campo são responsáveis pelo papel central da agricultura no desenvolvimento do próprio capitalismo, e salienta que estas políticas não partiram do interesses dos próprios agricultores, e que, na verdade, ao garantir uma renda mínima, estabelecida institucionalmente, “no mínimo suficiente para assegurar a produção abundante” (ABRAMOVAY, 2007, p. 32), é revelada uma função mercadológica no interior do capitalismo: permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos preços praticados pelas grandes empresas, e que, ao puxar os preços para baixo, reduz o peso que os alimentos tem nos orçamentos domésticos e permite que haja dinheiro para a aquisição de bens duráveis.

Para Wanderley (2003), as principais diferenças entre agricultura familiar e campesinato residem nos pontos de ruptura e elementos de continuidade que se estabelece entre as classes de agricultores. Para a autora os pontos de ruptura entre agricultores

familiares e os camponeses são fatores internos do processo produtivo, como o seu modelo de reprodução empresarial e competitivo, seu relacionamento próximo com o mercado, e, por isso, são mais facilmente afetados pelo mundo englobante. Entre os elementos de continuidade a centralidade encontra-se a família, pois, no interior do processo produtivo é um fator que guia a tomada de decisões, todas baseadas nas necessidades e possibilidades da família, e é aí que surge a própria forma de produzir e o modo de vida da agricultura familiar, ainda que adaptado à sociedade englobante (WANDERLEY, 2003).

Para Silva e Marafon (2004) a agricultura familiar se distingue da agricultura patronal por ser caracterizada pela conexão íntima entre gestão, propriedade e trabalho, e identificam os estabelecimentos familiares os que os meios de produção pertencem à família e o trabalho é executado pelos próprios membros do grupo familiar. Os autores, por sua vez, afirmam que o termo “agricultura familiar” é genérico e inclui diversas situações específicas e particulares, e veem sentido na diferenciação entre os tipos de agricultor familiar proposto pela FAO/INCRA em 2000, quais sejam: Consolidados, Em Transição e Periféricos. Essa diferenciação se refere ao grau de integração/adequação aos mercados, sendo os primeiros dois primeiros grupos considerados próximos de uma empresa rural familiar, mas ao mesmo tempo inclusos nos padrões do PRONAF, e o último grupo possui menos acesso ao crédito e apresentam características baixa adoção de tecnologias e baixa produtividade, se aproximando do camponês tradicional. Silva e Marafon (2004, p. 13) distinguem a agricultura familiar da agricultura patronal por algumas características, sejam elas a separação completa entre a gestão e o trabalho, a organização centralizada, a ênfase na especialização da produção e de práticas padronizadas, a eliminação das decisões de momento e o predomínio do trabalho assalariado.

Portanto, o conceito de agricultura familiar, apesar de ser inserido em um amplo debate, o qual não pretendemos encerrar, resume-se em uma ampla gama de agricultores que apresentam relação íntima entre a propriedade, a gestão e o trabalho, este com participação majoritária da família, e que, em sua maioria, foram historicamente relegados do acesso ao crédito e das políticas públicas como veremos no capítulo 3. Mesmo diante de todas as adversidades, historicamente, a categoria carrega consigo grande peso na produção de alimentos para o consumo interno.

2.2 Território, progresso técnico e a agricultura familiar

A técnica tem um papel central na história da humanidade e, por conseguinte, desempenha papel relevante nos modos de vida da agricultura familiar, seja como elemento de exclusão, seja como elemento de integração. Portanto, decidimos introduzir um subcapítulo sobre o progresso técnico e a agricultura familiar, pois mais adiante esse tema se torna central no debate e acreditamos que é essencial na leitura do espaço geográfico, pois muitas das razões pelas quais os fluxos se direcionam atualmente são decorrentes da rede construída globalmente para suportá-los. Acreditamos que uma breve introdução a este tema é uma alavanca para a leitura crítica acerca dos discursos estatais e empresariais na adoção de pacotes tecnológicos para a agricultura e a inserção do país na economia-mundo.

Historicamente o aumento da produtividade do trabalho no estabelecimento familiar foi um processo essencial no desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade desde o princípio (SILVA, 1999, p. 14), pois com o aumento da produtividade do trabalho cria-se uma “sobra” de tempo de trabalho, que permite que os membros das famílias disponham de mais tempo para realizar outras atividades, além da mera sobrevivência (caça, doenças, abrigo, etc.). Mas a tecnologia no campesinato não é adotada sem antes se garantir um incremento da produtividade do trabalho, segundo a teoria de Chayanov (ABRAMOVAY, 2007). A divisão social do trabalho a partir da adoção dessas novas técnicas “iria permitir, inclusive, que alguns familiares trabalhassem e outros não, que uns se tornassem escravos e outros, senhores” (SILVA, 1999, p. 14). Para Silva (1999, p. 15), a tecnologia é a aplicação da base de conhecimentos da ciência em relação a algum processo ou atividade produtiva com o objetivo de se aumentar a capacidade produtiva por indivíduo por unidade de tempo.

Quanto maior a produtividade, conseqüentemente, maior é o produto total e produto excedente gerado pelo trabalho. O produto total pode vir de duas formas: tanto pela maior produtividade do trabalho em si como pela extensão do tempo de trabalho, que tem um limite físico rígido, pois o dia só possui 24h (SILVA, 1999, p. 14). O produto excedente é resultado do aumento da média relativa da produção por pessoa ocupada. Entretanto, o aumento da produtividade do trabalho não é uma necessidade apenas do sistema capitalista, mas de todas as formas de sociedade, mas a adoção da ciência no processo de racionalização da produção,

especialmente no setor primário, é uma necessidade deste sistema (SILVA, 1999, p. 17; SANTOS, 2006).

O progresso técnico, e a adequação tecnológica, também portam intencionalidades e interesses, que são traduzidas em seu aspecto político-ideológico: o que significa que a escolha de tecnologia não é ditada por regras “neutras” de eficiência social, mas de um projeto de sociedade que beneficia a atores específicos (SILVA, 1999, p. 17). Silva (1999, p. 16) afirma que a tecnologia é um produto social que visa atender as demandas de uma sociedade de classes. Santos (2006) afirma que a técnica e o espaço são indissociáveis, pois ambos são constituintes e condições para a própria existência desse espaço geográfico globalizado. Em Santos (1994, p. 20) as técnicas são possibilitadoras de uma empiricização do tempo e de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual a humanidade produz sua vida social. No entanto, essa empiricização é sistematizada mundialmente, é hierárquica e é desigualmente distribuída, sobrepõe-se sobre os sistemas técnicos prévios e constitui uma hegemonia, uma unicidade das técnicas, “[...] que levou à unificação do espaço [...]” e “[...] do tempo em termos globais.” (SANTOS, 1994, p. 20). Santos (2006) acrescenta que a “[...] forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquela área.” (SANTOS, 2006, p. 25).

Silva (1999, p. 17) afirma que no passado as pessoas tidas como inventoras portavam “ideias iluminadas” que traziam inovações de eficiência, mas é importante ter em mente que hoje o inventor é uma profissão da indústria (científica), e esta cria problemas e soluções para si mesma, sendo seu objetivo maior aumentar a produtividade (rentabilidade), seja por meio da pesquisa, da implementação de novas técnicas mais eficientes ou alterações no processo produtivo. Esta foi uma das prerrogativas da modernização da agricultura brasileira: para que a agropecuária gerasse um maior excedente, e para isso seria necessário que se elevasse os indicadores de produtividade e rentabilidade por meio da adoção de um pacote tecnológico que incluía maquinários, técnicas e insumos agrícolas (SILVA, 1999).

Santos (2006, p. 19) afirma que a técnica é universal e que exerce influência no espaço através de sua infraestrutura física (fábricas, minas, ferrovias) e pelas transformações que se generalizam a partir de sua adoção nos mais distintos ramos da vida e do trabalho. O autor chama atenção para o estudo da técnica como recurso para identificar e classificar os

elementos que constroem o real, alegando que toda técnica é história embutida (SANTOS, 2006, p. 29).

Para uma compreensão mais fidedigna da realidade, devemos abarcar uma total abrangência das manifestações da técnica sobre o espaço geográfico, então se faz necessário apreender todas as manifestações da técnica, até mesmo a técnica da própria ação, o que inclui os atores e o espaço, para evitar de se cair em simplificações. Santos (2006, p. 24), então, propõe uma análise que considere uma indissociabilidade entre a técnica e o espaço, e entende que o espaço e a técnica evoluem juntos, e de forma desigual no tempo e no espaço e atualmente vivemos no meio técnico-científico-informacional. Em Santos (1994) é tido como meio técnico-científico-informacional “um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação” (SANTOS, 1994, p. 20) e a produção é o “trabalho intelectual” sobre uma “natureza artificial”, onde essa subordina-se a esta.

Para Santos (1994, p. 21), este meio é a “nova cara do espaço e do tempo” e é onde se instalam as atividades integradas mundialmente. O espaço define e redefine os objetos técnicos, e não o contrário, ao “incluir-los num conjunto coerente onde a contiguidade obriga a agir em conjunto e solidariamente” (SANTOS, 2006, p. 24). As técnicas historicamente são disseminadas desigualmente e de forma seletiva sobre o espaço, e a “aceitação das técnicas novas foi sempre relativa e sempre incompleta” (SANTOS, 2006, p. 26), fazendo conviver no mesmo espaço elementos técnicos de diferentes épocas. Essas diferentes aceitações e aplicações de novas técnicas são resultado das *rugosidades*, que são heranças socioterritoriais, sociogeográficas e físico-territoriais.

Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história (SANTOS, 2006, p. 29).

Em se tratando da implementação de novas técnicas e tecnologias, como o pacote tecnológico da Revolução Verde, Silva (1999, p. 16) afirma que “a própria ciência tem caráter de classe na sociedade capitalista” e por conseguinte “o terá também o tem a tecnologia, que é a aplicação da ciência ao processo produtivo”. No meio técnico-científico-informacional temos um sistema técnico e um sistema social hegemônicos, cujo “ápice é ocupado pelas

instituições supranacionais, empresas multinacionais e Estados, que comandam objetos mundializados e relações sociais mundializadas” (SANTOS, 1994, p. 20). Se, portanto, a tecnologia é o “conjunto dos conhecimentos aplicados a um determinado processo produtivo” (SILVA, 1999, p. 18) com o fim de aumentar a produtividade o subordinado é o trabalho, e, portanto, tanto o operário tem que melhorar sua produtividade quanto o progresso técnico o submete cada vez mais ao capital.

Para Silva (1999, p. 18) a tecnologia é uma relação social, e é impossível dissociar o desenvolvimento de determinada técnica da sua forma de utilização. A tecnologia não existe em uma dicotomia entre boa ou inadequada, e também não se trata somente de um aglomerado de “coisas” como os insumos químicos, técnicas, maquinários etc. A tecnologia tem duas funções indissociáveis na sociedade capitalista, sejam elas a de aumentar a produtividade do trabalho e, portanto, o excedente, e a de dominação social, que tem por finalidade a reprodução das classes sociais para a reprodução do modo capitalista de produção (SILVA, 1999, p. 16). Mas Santos (1994, p. 21) destaca que se antes a cidade já trabalhava intelectualmente sobre a natureza artificial, hoje também o faz o campo com as diversas tecnologias e a “superimposição de um calendário agrícola inteiramente novo”

Portanto, a mudança do meio técnico-científico para o meio técnico-científico-informacional foi o que criou a base do funcionamento e da racionalidade do sistema mundo atual, onde espaço e tempo se encontram mundializados sob a ordem hegemônica e são atores específicos que se ocupam de determinar o futuro do território subordinado, baseando-se nas possibilidades criadas a partir da natureza artificializada (SANTOS, 1994). Portanto, trata-se de um sistema social e técnico hegemônico que organiza os fluxos e as relações sociais em redes globais hierarquizadas, e a região noroeste fluminense está inclusa em algumas dessas redes, como na pecuária leiteira.

2.3 As três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil

O modelo de agricultura “moderna” proposto nos moldes da Revolução Verde e adotado pelo Estado brasileiro em meados da década de 1960 resultou em certa autossuficiência para os países que adotaram estas medidas, pois se trata de um modelo produtivista carregado de muitos impactos ambientais e pouca ou nenhuma ajuda na solução

dos problemas sociais do campo, ainda assim, expandiu em número de usuários no país, principalmente nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país (HESPANHOL, 2008). Silva (1999, p. 95) acrescenta que a modernização da agricultura foi parcial (conservadora) e excludente, aumentou as disparidades regionais, se concentrou em regiões chamadas por ele de “núcleo dinâmico” (Centro-Sul) e não atingiu a todas as fases do ciclo produtivo dos principais produtos agrícolas. As políticas de modernização da agricultura brasileira tiveram início em meados da década de 1960 e promoveram a adoção um novo padrão agrícola, iniciando uma transformação da base técnica e produtiva, e introduzindo mudanças nas relações de produção, trabalho e capital (KONRAD E HESPANHOL, 2016, p. 4).

Estas políticas foram responsáveis por grande parte do empobrecimento do campo, êxodo rural e crescimento demográfico das cidades durante as décadas seguintes (KONRAD E HESPANHOL 2016, p. 3), ao promover algumas transformações através de políticas de modernização da agricultura alteraram a relação campo-cidade e agricultura-indústria, ao integrar a produção agropecuária ao circuito industrial. Segundo Konrad e Hespanhol (2016, p. 4), foi através destas políticas desenvolvimentistas que o Estado brasileiro – principal motor das transformações – implementou a transformação da base técnica da agricultura, alterou a estrutura macroeconômica e articulou os diferentes segmentos produtivos, o que possibilitou uma maior verticalização da produção. Segundo as autoras, o Estado brasileiro “arquitetou políticas, regulou, orientou e impulsionou certos setores com crédito e subsídios, intermediando interesses entre os agentes econômicos envolvidos” (KONRAD E HESPANHOL, 2016, p. 4). Konrad e Hespanhol (2016) afirmam que as universidades, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e as empresas públicas - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) - são parte dos instrumentos e ações que provocaram “a transformação da base técnica de parte dos estabelecimentos agropecuários, mudanças nas relações de trabalho, aumentou a produtividade, a partir do uso intensivo do solo, bem como a inserção de novos valores e hábitos alimentares” (KONRAD E HESPANHOL, 2016, p. 4).

Segundo Grisa e Schneider (2015) as mudanças ocorridas nas três últimas décadas nas relações entre Estado e sociedade civil são, em sua maioria, resultantes do fortalecimento da democracia desde meados da década de 1980, e uma das principais mudanças foi a inauguração de espaços de participação social no ato de identificação do problema e da

elaboração das políticas públicas. Portanto, a definição de problemas e soluções, no plano das ideias, por diferentes atores públicos e privados, são resultantes do diálogo (ou não) das diferentes crenças e representações de mundo. É importante destacar que estes espaços, regras e instrumentos de políticas públicas são alvo de debates e disputas por diferentes atores políticos com interesses e intencionalidades divergentes. Estas mudanças institucionais tiveram efeitos diretos sobre o tema da agricultura familiar e resultou no reconhecimento da categoria pelo Estado e a criação de políticas diferenciadas de desenvolvimento rural como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Patronal – PRONAF, e, no caso do aparelho estatal brasileiro, a criação do Ministério do Desenvolvimento agrário, institucionalizam a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p.127).

A trajetória institucional que resultou na legitimação da agricultura familiar pelo Estado brasileiro ganhou força com a criação do PRONAF, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e, posteriormente foi reforçada com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa de Garantia de Preços Para a Agricultura Familiar (PGPAF). A história da institucionalização da categoria remonta desde a construção de estratégias de industrialização por substituição de importações do estado nacional-desenvolvimentista, na década de 1950, pois, neste período, o Estado atuou como agente produtivo, financeiro, articulador de capitais e formulador de políticas macroeconômicas e setoriais visando a criação de uma economia industrial (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p. 128). A partir da década de 1960 este modelo de atuação do Estado entra em crise e surge um novo debate sobre o tema, com dois principais referenciais setoriais, onde um clamava por reformas de base como a reforma agrária, com o objetivo de dinamizar o mercado interno, e o outro era o referencial da modernização tecnológica da agricultura, sustentado pelos interesses de elites agrárias, economistas da Universidade de São Paulo e militares do governo federal (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p.129).

Durante as décadas de 1960 e 1970 a política agrícola privilegiou os setores mais capitalizados da agricultura brasileira produtora de *commodities*. (MATTEI, 2014, p. 83). Os interesses que permeavam os governos da ditadura militar, orientados pelo referencial global de industrialização da economia, institucionalizaram o projeto de modernização tecnológica da agricultura, sendo, portanto, um “conjunto de ações e políticas públicas” nas áreas de

crédito rural, assistência e extensão rural, infraestrutura, seguros e garantia de preços, mas de caráter “triplamente seletivo”, atendendo a médios e grandes agricultores do Sul e Sudeste, produtos de exportação e produtos de interesses de grupos agroindustriais já estabelecidos (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p. 129).

Segundo Grisa e Schneider (2015, p. 129), os representantes da sociedade civil vinculados à agricultura familiar não tinham espaços para discutir e construir a política agrícola em conjunto com os governantes por 20 anos. Somente a partir do final da década de 1970 as reivindicações tornaram-se mais expressivas e o caráter “conciliador” das entidades de classe, no início da mesma década, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG, se transformou em uma postura contrária, tecendo críticas incisivas contra o Governo Federal. No período da redemocratização, surgiram entidades como a Central Única dos Trabalhadores – CUT, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais – DNTR, e durante os debates na elaboração da Constituição em 1988 essas entidades conseguiram incluir algumas demandas dos agricultores familiares na Lei Agrícola, que, então, passa a reconhecer a diversidade de agricultores brasileiros e prevê um compromisso com a construção de uma política agrícola específica para a categoria, apesar de ainda manter um caráter excludente para a mesma (GRISA E SCHNEIDER, p. 130).

Outra mudança importante nas décadas de 1980 e 1990 é a abertura da economia, em forma de estratégias de redução da intervenção do Estado, desregulamentação das atividades econômicas, privatizações, liberação de mercados, entre outros (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p. 130), o que afeta negativamente a renda rural e as condições de reprodução social e econômica da agricultura familiar, já prejudicada pelas consequências da modernização da agricultura. A conjunção dos fatores da abertura democrática e as condições ruins de reprodução destes agricultores fortaleceram mobilizações sociais e reivindicações de políticas específicas para a categoria pressionando pela criação de linhas de crédito com juros, prazos e carências diferenciados para a categoria. Fruto disso, de uma mudança paradigmática dos estudos rurais e de um interesse do próprio “governo federal em manter a ordem social no campo e certa influência no sindicalismo dos trabalhadores rurais”, foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Este programa foi criado

com o objetivo de ser uma política de crédito rural para a capitalização e acesso dos agricultores familiares “em transição” aos mercados (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p.131), fortalecendo e garantindo a produção agrícola da categoria. Segundo o próprio governo federal, o PRONAF foi criado com a “finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996).

O I Plano Nacional de Reforma Agrária também surge neste contexto, em resposta a estas grandes mobilizações sociais aliadas à repercussão internacional do Massacre de Corumbiara e do Massacre de Eldorado do Carajás, que pressionaram o governo, este, que buscava amenizar a contestação social e ganhar influência no sindicalismo. Portanto, a principal característica da primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar é o seu caráter agrícola e agrário (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p.132).

Segundo Fernandes (2012, p. 212), as entidades do agronegócio e também as definições dadas pelo Ministério da Agricultura costumam fazer uma leitura totalizante da agricultura brasileira¹, e ao fazê-la englobando todas as atividades no dito agronegócio e agregando produtores de todos os tamanhos e tipos, tem o objetivo de ocultar as diferenças nas relações de poder que produzem as desigualdades no campo. Para o autor, esta leitura da realidade do campo brasileiro é uma estratégia do paradigma do capitalismo agrário. Fernandes (2012) explica que há dois paradigmas em disputa no campo das políticas públicas para a agricultura, sejam eles o *paradigma da questão agrária* e o *paradigma do capitalismo agrário*, que consigo trazem influências (interesses e intencionalidades) no processo de elaboração das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura, e por isso é importante reconhecer este movimento paradigmático.

Segundo Fernandes (2012, p. 211), o *paradigma da questão agrária* parte da “luta de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia de camponeses” e acreditam que “os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade”; já para o *paradigma do capitalismo agrário* o problema das “desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas públicas” que devem mirar na ‘integração’ do

agricultor familiar ao mercado capitalista. Apesar de esta distinção ainda ser alvo de debates, pode-se dizer que para o paradigma da questão agrária o capitalismo é o problema, para o paradigma do capitalismo agrário o campesinato é o problema.

Girardi (2008) complementa este raciocínio, ao apontar para o fato de que o *paradigma da questão agrária* e o *paradigma do capitalismo agrário* concordam que o “trabalho assalariado não se tornou majoritário no campo com o desenvolvimento do capitalismo, sendo a agricultura de base familiar importante [...]” e que o posicionamento em relação ao capitalismo é o principal diferencial entre as linhas de pensamento. Para o primeiro os problemas do campo são inerentes ao capitalismo, e para o segundo os problemas são “conjunturais” e solucionáveis através do desenvolvimento do capitalismo. Segundo Girardi (2008), o “desenvolvimento” inclui a intervenção do Estado na agricultura de forma incisiva, de forma a reduzir os problemas do capitalismo no setor e contribuir para o desenvolvimento de outros setores.

Segundo Grisa e Schneider (2015), iniciou aproximadamente em 1997 um novo ciclo de políticas públicas para a agricultura familiar, no contexto do referencial global do neoliberalismo, com a mentalidade de um Estado que deve corrigir as falhas do mercado, apontando para o combate à pobreza e exclusão rural. Daí surge um novo referencial setorial, “focado em ações sociais e assistenciais, configurando o início de uma segunda geração de políticas para a agricultura familiar”, (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p.134), comprometido com políticas sociais e assistenciais, que dá a luz aos programas como “ Programa Comunidade Solidária”, o “Programa Garantia Safra”, o “Programa Nacional de Habitação Rural”, “Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais” e o “Fome Zero” que priorizavam agricultores familiares e assentados da reforma agrária, além da inauguração de novas linhas de crédito direcionadas para grupos e linhas de agricultores em situação de vulnerabilidade social, chegando a incluir alguns auxílios como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás no PRONAF (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p. 136).

Segundo Fernandes (2012, p. 215) há hegemonia do modelo do agronegócio no desenvolvimento na agricultura no Brasil e, aproximadamente, 330 milhões de hectares são utilizados, de um total de mais de 850 milhões (uma das maiores áreas agricultáveis do planeta), para a agropecuária. O país conta com uma das estruturas agrárias mais concentradas no mundo (índice de Gini de 0,854) e boa parte das terras está sob domínio de grandes

corporações nacionais e internacionais (FERNANDES, 2012, p. 216). Segundo o autor, utilizando dados do Censo Agropecuário de 2006, no que tange à estrutura fundiária, o agronegócio controla 76% dessa área *versus* 24% da agricultura familiar, mas produz somente 69% do valor bruto anual da produção em face aos 39% da agricultura familiar; e ao observar-se a participação de estabelecimentos no valor de produção total, encontramos um número de 8,19% do total dos estabelecimentos correspondendo a 84,89% do valor da produção total. Grisa e Schneider (2015, p. 137) citam estes dados e acrescentam que os outros 3.775.826 estabelecimentos agropecuários que restam têm em média um valor de produção de R\$ 128,13 por mês, e a utilização destes dados por algumas instituições tem o objetivo de reforçar ainda mais a ideia de se investir em políticas sociais e políticas de incrementação de renda não agrícola para a agricultura familiar e direcionar os investimentos agrícolas para os segmentos mais estruturados do agronegócio.

O discurso é utilizado na disputa pelo orçamento público para a agricultura já bem estruturada, a chamada agricultura patronal. A relação de pessoal ocupado por área exprime o peso dessas disputas pelo orçamento para a agricultura familiar e os milhares de trabalhadores rurais, visto que esta é a categoria que mais emprega pessoas na estrutura produtiva: 15 pessoas ocupadas a cada 100 hectares na agricultura familiar; e apenas 2 pessoas a cada 100 hectares no agronegócio (FERNANDES, 2012, p. 216).

Segundo Graziano da Silva (1999, p. 155), quanto mais concentrado o mercado capitalista, menor o poder de barganha dos pequenos produtores, o que resulta em uma maior “tecnificação” do processo produtivo e menor “capitalização” por parte dos agricultores. Um exemplo está no trabalho de Camilo (2019), onde o autor explica como as vendas antecipadas em mercados futuros condicionam a produção antes mesmo que esta ocorra, ou seja, o mercado financeiro controla os preços por meio da especulação sobre o preço das *commodities*. Camilo (2019) apresenta argumentos que vão de encontro com Graziano da Silva (1999) e Fernandes (2012) quando afirma que os ajustes de preço são produzidos no campo, devido a grande concentração de capital nas empresas. No caso citado pelo trabalho de Camilo (2019) são empresas de lácteos multinacionais, que, ao se organizarem em oligopsônios, compram e vendem várias toneladas de leite nos leilões internacionais da *Global Dairy Trade* – GDT, as “*trade companies*”, e o resultado dessa organização é uma grande concentração de poder de mercado e, conseqüentemente, maior peso na formulação

dos preços, devido, também, ao fato dos agropecuaristas serem o elo mais fraco da cadeia produtiva.

Enquanto na agricultura familiar “a terra é lugar de produção e moradia, para o agronegócio, a terra é somente lugar de produção” (FERNANDES, 2012, p. 217), e, portanto, são diferentes modelos de desenvolvimento territorial. O autor chama atenção para o fato de nas estatísticas o agronegócio ainda agrega percentuais que são de alguns ramos da agricultura familiar através da verticalização da produção, e explica que o

[...] Brasil agrário é paradoxal porque 74% dos agricultores recebem somente 15% do crédito agrícola, possuem apenas 24% da área agricultável, mas produzem 38% do valor bruto. É pouca terra e muita gente que recebe pouco crédito e divide o resto da riqueza produzida [...] Do outro lado, o agronegócio fica com 85% do crédito agrícola, controla 76% da área agricultável, produz 62% do valor bruto e emprega cerca de 26% das pessoas. É muita terra e pouca gente para ficar com a maior parte dos recursos empregados na agropecuária e com a riqueza produzida e que também fica com parte da riqueza produzida pelo campesinato, por meio da renda capitalizada da terra, pois é o agronegócio que comercializa a maior parte da produção camponesa (FERNANDES, 2012, p. 217).

Fernandes (2012, p. 17), Grisa e Schneider (2015) e Mattei (2014, p. 83), embora com matrizes teóricas distintas, afirmam que o reconhecimento da categoria e institucionalização de um novo modelo de desenvolvimento aconteceu após muitas décadas de limitação de acesso aos subsídios de políticas públicas pelos diversos tipos de produtores da categoria da agricultura familiar, e vem com a proposta de facilitar o acesso ao suporte institucional e ao crédito rural, este, com juros especiais para pequenos e médios agricultores.

Na terceira geração de políticas públicas identificadas por Grisa e Schneider (2015) estão vinculadas ao viés das políticas centrado na criação de mercados vinculados à segurança e soberania alimentar e na afirmação da política da categoria social, além de inaugurar um período de cogestão de políticas públicas por atores sociais e pelo Estado. Neste sentido, para os autores, o projeto Fome Zero é um grande exemplo desta geração de políticas, pois resulta de um esforço coletivo, que envolveu uma aproximação entre sociedade civil, estudiosos do tema e o governo federal em prol de um projeto que tinha como premissa o direito humano à alimentação (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p. 138).

O Programa Fome Zero representou uma mudança de valores, investiu em mercados institucionais, no fortalecimento da agricultura familiar, na dinamização econômica dos municípios e regiões, no atendimento às necessidades alimentares e na valorização da produção e diversidade regional no cardápio. Nesta geração de políticas incluem o PAA, o PNAE, o PGPM, sendo o primeiro considerado uma grande abertura de oportunidades, que, complementado com o segundo e terceiro, e incrementado pela criação da Compra Institucional, e contando com um maior direcionamento de recursos públicos para essas novas Organizações Sociais, resulta em um ambiente de fortalecimento da relação entre Estado e organizações sociais, fortalecimento da categoria da agricultura familiar e uma crescente demanda por novos mercados públicos ou privados (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

Um marco relevante para a agricultura familiar, em específico, foi a criação da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 13.326 de 24 de julho de 2006), que regulamentou a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Segundo esta lei, é considerado agricultor familiar àquele que pratica atividades no meio rural necessita atender, simultaneamente, aos requisitos: deter área não superior a quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família na execução das atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ter percentual mínimo da renda familiar originada nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e dirigir o estabelecimento ou empreendimento com sua família. O valor da área do módulo fiscal varia em cada município e está disponibilizado no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Guanziroli e Vinchon (2019), mencionam, acerca da metodologia utilizada para a identificação do agricultor familiar na Lei 11.326/2006, que a metodologia cria uma limitação do escopo da categoria, uma vez que pesquisas anteriores encontraram uma realidade composta por 85% de agricultores familiares, além de um limite de área superior equivalente a 15 hectares. Guanziroli e Vinchon (2019, p. 356) também ressaltam que a definição legal de agricultor familiar no PRONAF dá a entender que há um limite de área e valor de produção para o enquadramento dando margem à uma interpretação equivocada de que a agricultura familiar seja uma “pequena produção”, e reforçam que a abordagem a partir das relações sociais no interior da unidade de produção é muito mais interessante para compreender as reações e respostas das unidades familiares às variáveis externas. Portanto, embora não haja

consenso sobre o que significa agricultura familiar, a categoria institucional é o que delimita as características as quais o agricultor deve atender para ser abarcado nas políticas especiais, com juros bem abaixo do mercado.

No Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), a categoria da agricultura familiar no Brasil representa 3,9 milhões de estabelecimentos agropecuários, ou seja, 77% do total. Também é uma categoria extremamente relevante na ocupação rural, pois abarca 69% do pessoal ocupado no campo, ou seja, 10,1 milhões de pessoas; representa 23% da área ocupada total por estabelecimentos agropecuários; e o valor da produção da categoria corresponde a 23% do total de toda produção agropecuária brasileira em 2017. Tais dados que evidenciam a expressividade da agricultura familiar no cenário nacional no que tange a estrutura produtiva (para o abastecimento interno, primordialmente) e fundiária (em contraste com os latifúndios e a produção agroindustrial), pois, mesmo sendo uma categoria extremamente importante na produção de alimentos do país ocupa apenas $\frac{1}{4}$ das terras agricultáveis.

O cenário para a agricultura familiar é considerado complexo a nível nacional e não poderia ser diferente para a nossa área de estudos, que historicamente é marcada pela presença dos estabelecimentos familiares, chamados de pequenos produtores, pequenos agricultores ou de agricultura de subsistência (GRABOIS *et al.*, 1998; MARINHO, 2017; SILVA, 2006). A agricultura familiar do noroeste fluminense, ao longo dos últimos anos, tem ganhado destaque entre alguns municípios e tem recebido aportes de verbas e novas propostas e projetos, e, portanto, o próximo capítulo vai abordar o histórico da área de estudos.

3. HISTÓRICO DA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE E DA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO

A escolha da abordagem do conceito de região utilizado neste trabalho foi operacionalizado a partir de uma aproximação do conceito de Corrêa (2003), na medida em que nos propomos a fazer uma caracterização do noroeste fluminense a partir de dados sobre o histórico e os indicadores socioeconômicos e agropecuários do noroeste fluminense, o que envolve vários atores e processos articulados. Segundo Corrêa (2003, p. 43), a dimensão espacial da lei do desenvolvimento desigual e combinado que dá luz ao conceito de região vincula-se à história do ser humano e das sociedades, envolve múltiplos fatores e varia ao longo do tempo em duração e intensidade.

Segundo Corrêa (2003, p. 42), a lei do desenvolvimento desigual e combinado apresenta sua dimensão espacial através do processo de regionalização, ou seja, da diferenciação de áreas. O autor destaca que se deve considerar dois aspectos para compreender a conexão entre a lei do desenvolvimento desigual e combinado e o conceito de região - a gênese e a difusão do processo de regionalização e os mecanismos nos quais o processo acontece se interligam. No que tange ao primeiro aspecto, o autor afirma que “a diferenciação de áreas se vincula à história do homem” Corrêa (2003, p. 42), e as diferenciações internas aos grupos e entre os grupos de humanos se realizaram em tempos e espaços diferentes, e, portanto, as desigualdades que se apresentam são resultado de uma combinação de diferentes características em diferentes momentos da história. Ao se difundir o processo de regionalização através das relações comerciais e processos de migração, por exemplo, este vai apresentar ritmos diferentes, e em algumas áreas vai se realizar de forma acelerada e intensa e em outras não acontece na mesma velocidade (CORRÊA, 2003, p. 43).

Já sobre os mecanismos os quais o processo ocorre, Corrêa (2003, p. 44) afirma que com o desenvolvimento das forças produtivas e das dinâmicas sociais e suas lutas, o processo de regionalização complexifica-se na medida em que o espaço é retalhado em várias regiões, se diferenciando e, ao mesmo tempo, se integrando. Ainda segundo o autor, diferentes atores, culturas e tecnologias são responsáveis pelas transformações, e, sob a égide do capital, estes mecanismos de diferenciação se tornam mais visíveis, sejam eles: a divisão territorial do trabalho; o desenvolvimento e combinação de técnicas e relações de produção; a ação do

Estado e a ideologia; e a articulação entre as regiões criadas pelo e para o capital. Para Corrêa (2003), a região é resultante da

[...] lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas. Estes dois aspectos vão traduzir-se tanto em uma paisagem como em uma problemática, ambas específicas de cada região, problemática que tem como pano de fundo a natureza específica dos embates que se estabelece entre as elites regionais e o capital externo à região e dos conflitos entre as diferentes classes que compõem a região. [...] pode-se dizer que a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações [...] (CORRÊA, 2003, p. 45).

Corrêa (2003, p. 45) destaca que a noção de combinação não diz respeito somente à coexistência entre diferentes modos de vida no mesmo território, mas também a articulação entre os territórios. Segundo o autor “a região pode ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas” (CORRÊA, p. 45), e estes fatores resultam tanto em uma paisagem quanto em uma problemática específicas de cada região. A problemática de cada região diz respeito aos conflitos entre as diferentes classes, as elites regionais e o capital externo à região, e estes conflitos podem resultar em uma desintegração da região, resultando numa paisagem. Portanto,

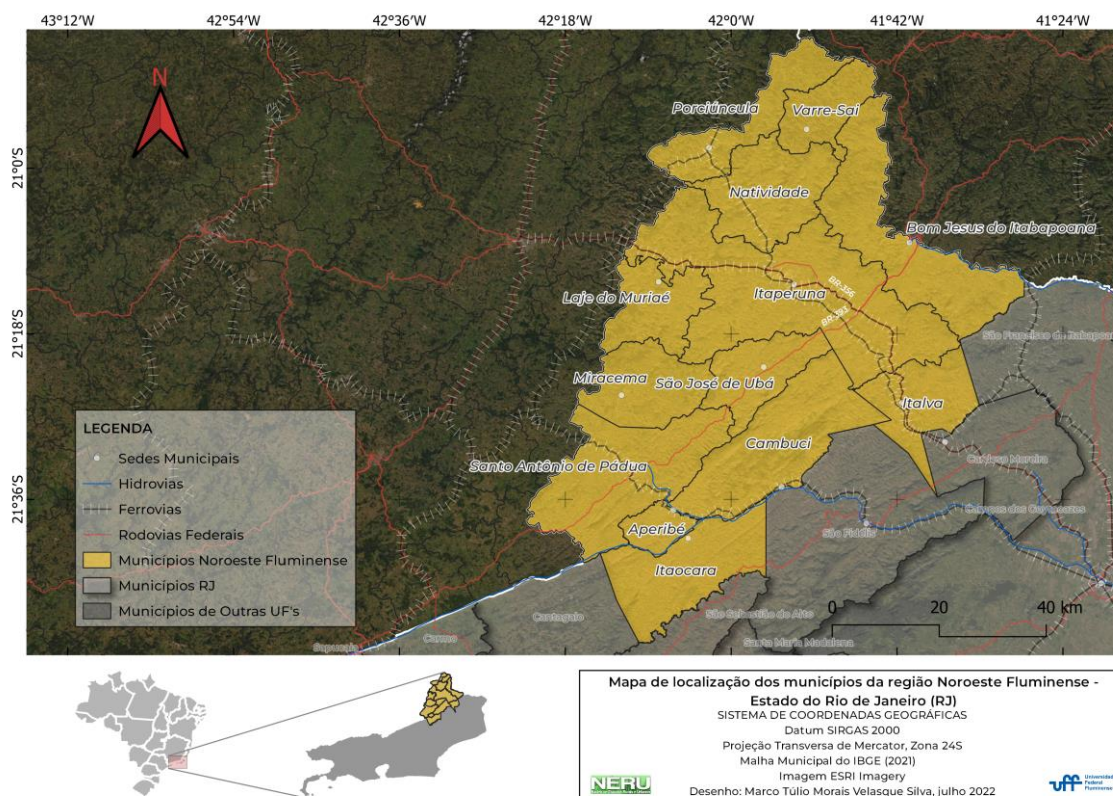
[...] a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA, 2003, p. 45).

Souza (2018, p. 146) enfatiza o fato de que regiões são passíveis de grande variabilidade histórico-geográfico-cultural e podem ter proporções distintas em diferentes países, assim como existem “regiões dentro de regiões”, como macrorregiões, mesorregiões e microrregiões, termos que são utilizados pelo IBGE por algumas décadas. Souza (2018, p. 147) afirma, sobre estas regiões do IBGE, que “não se trata de meras construções de gabinete, mas sim de espaços aos quais se associam distintos graus de “identidades regionais”, com todas as paixões e sentimentos de orgulho [...] e especificidade ou “unicidade” que a isso se costumam vincular”. No caso do Noroeste Fluminense, acreditamos que o conceito de “região

de planejamento” (CORRÊA, 2003, p. 48) se aproxima do que Marinho (2017) e Silva (2006) tratam quando trazem à tona os projetos da FIRJAN e outras entidades, que fizeram utilização de um discurso em prol de uma reestruturação produtiva baseada em “vocações regionais” exclusiva para uma maior integração dos projetos com a indústria, prometendo recuperação econômica e desenvolvimento. É possível, a partir daí, afirmar que este discurso é portador de uma ideologia que tenta “restabelecer o equilíbrio rompido com o processo de desenvolvimento” (CORRÊA, 2003, p. 49).

A mesorregião geográfica Noroeste Fluminense – NOF possui população total de 317.763 habitantes, em 2010 (IBGE, 2010), e deste total 76,6% é considerada urbana e 24,4% é rural. A região é composta por treze municípios, sejam eles Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai (Figura 1). A região é cortada pela BR-393, no sentido Nordeste-Sudoeste e pela BR-356, no sentido Noroeste-Sudeste, que é um eixo importante para a manutenção dos fluxos de mercadorias do Porto do Açu para Estado de Minas Gerais. O noroeste fluminense é a antepenúltima região menos populosa, concentrando 1,99% da população, na frente apenas da Região Centro-Sul Fluminense (1,7%) e Costa Verde (1,52%) (IBGE, 2010).

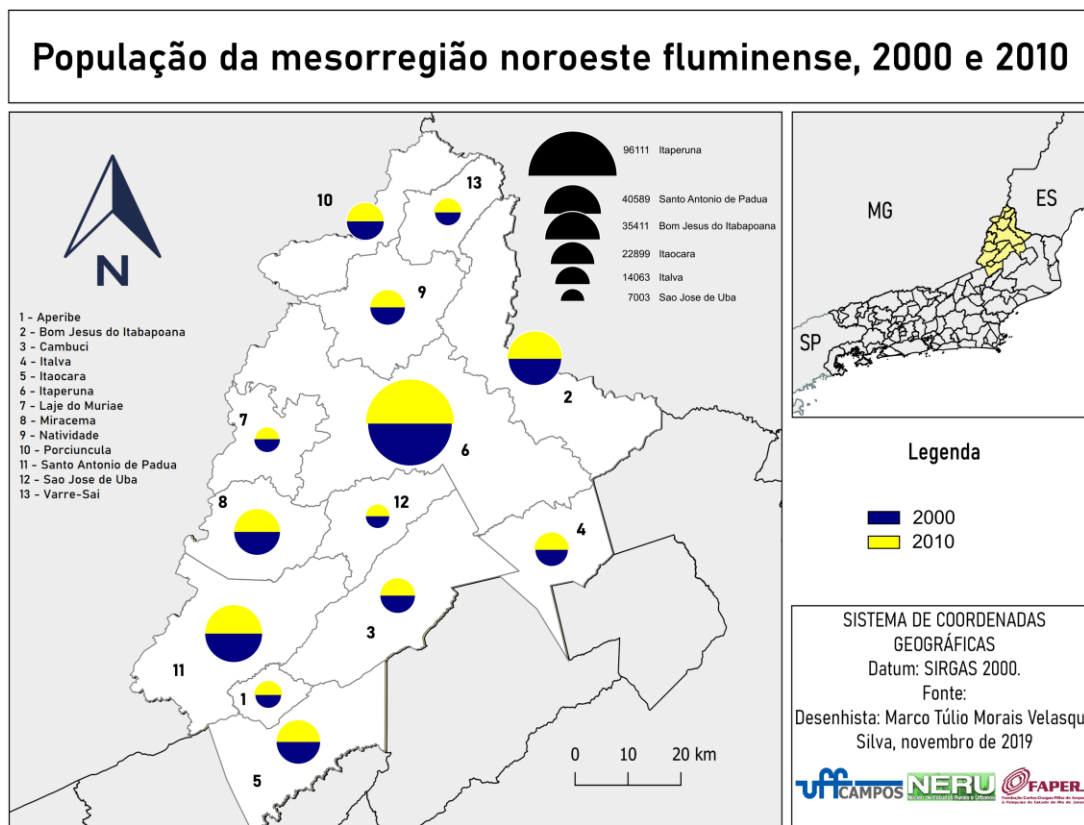
Figura 1 - Mesorregião Geográfica Noroeste Fluminense



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021

A população de Itaperuna concentra aproximadamente 30% da população total da região noroeste fluminense. Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana são o segundo e terceiro municípios mais populosos e somando a população destes à de Itaperuna agrupam aproximadamente 54% da população total da região (Figura 2).

Figura 2 - Mapa de semicírculos proporcionais da população da mesorregião geográfica noroeste fluminense em 2000 e em 2010



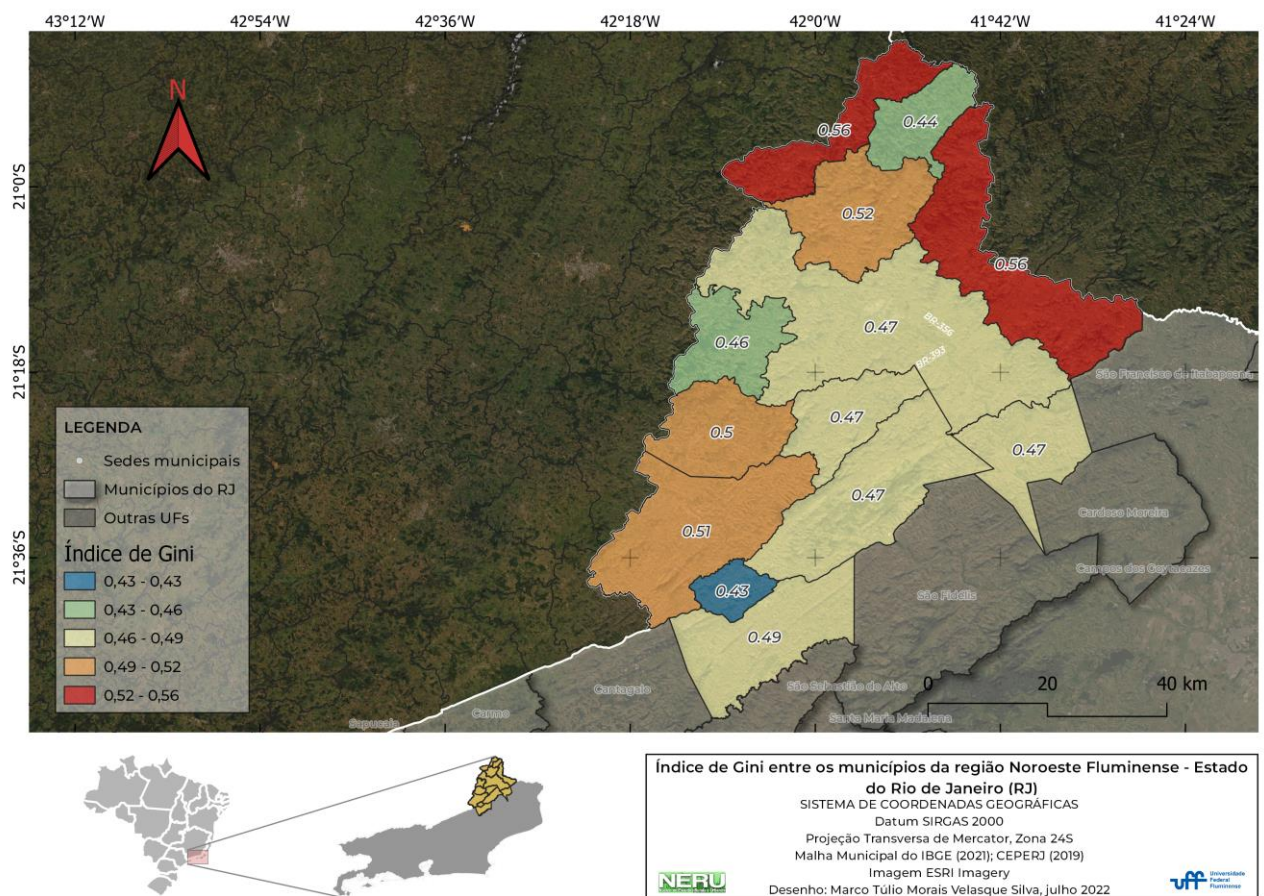
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000 e 2010.

Não é possível compreender a região noroeste separada do histórico do Estado do Rio de Janeiro, e, portanto, este capítulo fará um breve histórico das características da mesorregião noroeste fluminense para realizar uma aproximação mais precisa da agricultura familiar e suas especificidades regionais e permitir uma análise mais coerente dos indicadores, mapas, gráficos e tabelas.

Desde antes da separação político-administrativa do Noroeste do antigo Grande Norte Fluminense, em 1987, a região noroeste fluminense é referenciada pelos seus baixos índices nos indicadores socioeconômicos, ainda que tenha estado entre os maiores produtores de café na década de 1920 (MARINHO, 2017). Segundo Marinho (2015, p. 42), a separação entre o Norte e Noroeste Fluminense ocorreu em 1987, frente à crise da produção agropecuária vivida nesta última, sendo vista como uma forma de se organizar na busca por

uma interlocução mais independente com as outras instâncias governamentais, diante das necessidades de recursos orçamentários. Nos anos 2000, segundo Marinho (2017, p. 90), a região foi incluída na política Territórios da Cidadania devido às suas carências econômicas, sociais e de infraestrutura. Todavia, a referida autora acrescenta que as lideranças regionais visavam reforçar suas atividades econômicas e reforçar o seu bloco de poder político. Atualmente, segundo o Painel Regional da SEBRAE (2016), com exceção de Varre Sai, Aperibé, São José de Ubá e Laje do Muriaé, que ocupam os respectivos lugares, quinto, nono, décimo sexto e décimo oitavo, no *ranking* estadual do Índice de Gini, os outros nove municípios possuem baixo desempenho entre o restante dos municípios do ERJ, a maioria acima da posição de quadragésimo. A Figura 3 indica o valor do índice em 2010 para cada município de acordo com a Fundação Ceperj (RIO DE JANEIRO, 2019).

Figura 3 - Índice de Gini entre os municípios da mesorregião geográfica noroeste fluminense



Fonte: Fundação CEPERJ (RIO DE JANEIRO, 2019)

A colonização do Estado do Rio de Janeiro foi inicialmente concentrada no litoral, e o avanço para o interior se deu ao longo dos cursos dos rios. Segundo Gonçalves e Santos (2019), a região noroeste fluminense começa a ser colonizada na década de 1830 por José de Lannes Dantas Brandão, e um marco importante foi a implantação da ferrovia Campos-Carangola em 1877, ligando Campos a Itaperuna e outros municípios do estado e de Minas Gerais. Marinho (2015, p. 31) afirma que já na década de 1850 a região já tinha seu povoamento e a produção econômica dinamizadas pelas fazendas de café.

Marinho (2015, p. 32) enfatiza que o circuito de espaço vivido dos povos Puri em contato com os colonizadores teve influência direta na interação de uma “Grande Região”, que se sobrepõe ao desenho do Noroeste Fluminense, e criou as condições para o povoamento de migrantes não somente da baixada campista, mas também de Cantagalo, Sul de Minas Gerais e do Sul do Espírito Santo. A desapropriação territorial e cultural das tribos indígenas locais, os Puri, Coropó e Coroadó, se deu inicialmente através da instalação de igrejas, responsáveis pela catequização dos indígenas, o que, posteriormente, possibilita invasão territorial das terras em conjunto com o avanço da fronteira agrícola com a cultura do café e da cana de açúcar, esta última nas terras mais baixas (MARINHO, 2017).

A atividade cafeeira ganhou força no estado em 1830, avançando para todas as regiões fluminense, mas teve sua dispersão na região do Vale do Rio Paraíba do Sul, baseada no trabalho escravo (GIULIANI, 1998, p. 65). Segundo Giuliani (1998, p. 68), a ocupação da região noroeste é desencadeada, também, decorrente da atividade cafeeira para o norte anos mais tarde, baseada no trabalho livre, vindos de Minas Gerais, Cantagalo e baixada campista (MARINHO, 2015, p. 31), garantindo uma posição de destaque entre os maiores produtores de café do Brasil na década de 1920. Marinho (2015, p. 34) expõe que a promulgação da Lei de Terras em 1850 permitia um usufruto temporário das terras enquanto não adquirissem caráter de “civilização” e que em 1861 os indígenas desaparecem dos registros oficiais e aqui registra-se uma perda de direitos pela terra destes povos.

Segundo Passos (2017, p. 7), a crise de 1929 impactou severamente as regiões norte e noroeste fluminense, antes caracterizados pela produção de açúcar, café e pecuária leiteira e de corte, passaram a ter seus dois principais produtos (cana e café) controlados pelo governo federal em 1932 e 1933, com a criação do Conselho Nacional do Café e o Instituto do Açúcar

e do Álcool. Para o noroeste o impacto na produção cafeeira foi enorme, visto que a produção regional de café passou a ser desestimulada baseada nos indicadores de produtividade e qualidade internacionais os quais não atingia e, portanto, delimitando um cenário de esvaziamento econômico e demográfico na década de 1940. Desde a década de 1940 até 1976 surgem diversas cooperativas de leite no noroeste fluminense (MARINHO, 2015, p. 39). Segundo Silva (2006, p. 96), a substituição da cafeicultura pela pecuária leiteira se mostrava possível diante de um cenário de pouca mão de obra no campo, visto o grande êxodo rural decorrente da derrocada do café.

Além da atividade principal, a pecuária leiteira, Passos (2017, p. 7) afirma que outras atividades como a rizicultura, extração de rochas, horticultura e cana de açúcar ganharam destaque entre os produtores da região neste período. Na década de 1960, o Instituto Brasileiro do Café promoveu novamente um desestímulo à produção cafeeira que atingiu a região, com um programa de erradicação de cafezais improdutivos mediante o pagamento de uma indenização atrativa (PASSOS, 2017, p. 8), e, novamente, a atividade a qual os proprietários de terra recorreram foi a pecuária extensiva, visto a baixa necessidade de mão de obra, o que acaba liberando grande excedente populacional em direção às pequenas cidades da região. Segundo Marinho (2015, p. 39), na década de 1980, o programa Qualitotal da Fleishmann & Royal aumentou os custos de produção com a tecnificação do processo produtivo de acordo com as demandas internacionais e afetou financeiramente os produtores. Na década de 1990 a Parmalat recolhia leite na região através da estrutura da fábrica do Leite Glória de Itaperuna, mas como em 2003 a sede da empresa entra em crise econômica e atrasa os pagamentos dos cooperados, novamente, os produtores da “grande região” saem prejudicados e muitos entram em falência.

Grabois *et al.* (1998, p. 212) ressaltam que o NOF tem indicadores que apontam para uma elevada concentração de terras, baixos salários, esvaziamento do campo e formação de periferias nas cidades. Os autores também relatam o predomínio das relações de subordinação dos pequenos produtores ao capital comercial e industrial, principalmente na cultura do tomate e do leite, e afirmam que as relações de trabalho no campo, em geral, são arcaicas: os proprietários firmam contratos de parcerias e meação com os colonos, que residem na terra, e assim contornam a legislação trabalhista. Não somente degradaram-se as condições de

reprodução social, como também o total de pessoas trabalhando no campo reduziu nas últimas décadas (GRABOIS *et al.*, p. 213).

No que tange à produção de café e leite, Grabois *et al.* (1998, p. 214) elencam o Alto Noroeste Fluminense como o principal produtor de café e apontam para a importância da Cooperativa Agropecuária de Itaperuna LTDA – CAPIL na organização da produção leiteira regional. A década de 1940 foi, segundo Passos (2017, p. 7), um período de esvaziamento demográfico e econômico para a região e também de mudanças na estrutura produtiva, de um período de domínio da atividade cafeeira para outro de domínio da atividade pecuária, e neste tema Grabois *et al.* (1998, p. 213) acrescentam que “[...] a partir da década de 60, com a derrocada do café e domínio da pecuária leiteira, o caráter extensivo da atividade agrária passa a predominar [...]” e desde a década de 70 se acentua “[...] na medida em que a pecuária de corte adquire maior importância”.

Sobre as características da pecuária na região, Grabois *et al.* (1998, p. 214) acrescentam que a CAPIL (de importância regional) se beneficiou da entrada da empresa Glória (empresa transnacional), na década de 1960, que produzia exclusivamente leite em pó para exportação, e que a relação que se estabelecia entre o Leite Glória e a CAPIL, respectivamente, era uma relação de subordinação entre a pequena produção ao capital comercial e industrial, visto que 80% dos associados, responsáveis por metade do leite fornecido, eram pequenos produtores de leite. Outra relação de subordinação se estabelece entre produtores de leite e produtores de gado de corte, pois os pequenos acabam vendendo os seus bezerros machos para a recria, devido à escassez de terra e capital. Portanto, segundo Grabois *et al.* (1998, p. 215), estes pequenos produtores se encontram em condições estruturais ruins e são duplamente subordinados, tanto pela CAPIL quanto pelos pecuaristas de corte.

A rizicultura, como afirmam Passos (2017, p. 7) e Grabois *et al.* (1998, p. 215), era uma atividade acessória da cafeicultura, e, segundo o último, sempre foi baseada na pequena produção, hoje a produção é bem menos expressiva em termos absolutos e as formas de dominação e subordinação do capital comercial e dos donos da terra condicionam os pequenos proprietários na esfera da comercialização e os parceiros na esfera da comercialização e da produção. Desde a década de 1930 o trabalhador da rizicultura não trabalha com recebimento de diárias, mas em meação da lavoura, com descontos na renda

bruta das despesas de arrendamento, embalagem e frete, pois a manutenção cultural é mais barata durante o ano assim. Três atores estão envolvidos no processo produtivo dessa cultura, sejam eles o proprietário, o empresário (responsável pelo investimento e arrendamento) e os parceiros (trabalhadores), e nestas relações sociais de produção incluem uma subordinação direta do parceiro aos detentores da terra e/ou do capital (GRABOIS *et al.*, 1998, p. 215). A cultura do tomate também tem na pequena produção fundamental importância, visto que as relações sociais de trabalho se dão por meio da parceria e esse tipo de produção permitiu um crescimento da produção que ultrapassou a demanda de Campos dos Goytacazes e passa a se relacionar com o Rio de Janeiro (GRABOIS *et al.*, p. 215). Além disso, na região o tomate apresenta uma característica interessante que é o afastamento da pequena produção e dominância dos grandes produtores.

Após a década de 1960 o NOF beneficiou-se razoavelmente de projetos agroindustriais implementados em território nacional, e, principalmente, o setor leiteiro teve seu papel redefinido no contexto do Estado do Rio de Janeiro com a parceria entre a agroindústria regional (CAPIL) e o Leite Glória (*Fleishmann & Royal*), que acabou por criar uma nova divisão territorial do trabalho (SILVA, 2006, p. 97). Segundo Silva (2006, p. 97) o NOF foi identificado, em uma estratégia de *marketing*, como uma “tradicional região leiteira” com o objetivo de esconder a falta de alternativas para seu crescimento econômico e, ao mesmo tempo, reforçar a ampliação dos poderes políticos, organizacionais e financeiros de agentes locais e não locais na gestão do território. Ainda, segundo o autor, o fim do protecionismo alfandegário na década de 1990 levou a uma decadência da produção regional e escancarou a baixa competitividade demonstrada pelo setor leiteiro das regiões Norte e Noroeste Fluminense.

Neste contexto de abertura econômica, onde há, ao mesmo tempo, um acirramento na concorrência, em decorrência do fim da proteção alfandegária, e uma acentuação do modelo exportador, o setor lácteo brasileiro demonstrou deficiências graves, e no NOF não foi diferente (SILVA, 2006, p. 98). A queda na demanda por leite e derivados afetou todos os atores da cadeia produtiva do NOF, resultando em perda de mercado, o que acabou por agravar mais a situação de estagnação econômica. Este cenário se deu em um contexto de reestruturação produtiva visando o aumento da competitividade e na gestão estratégica dos territórios (SILVA, 2006, p. 98), inaugurando uma série de projetos de desenvolvimento

regional para a dinamização da economia regional, buscando a máxima produtividade das atividades agropecuárias e eliminando as de menor importância e potencial competitivo. A respeito destes projetos, Marinho (2017, p. 80) afirma que, na década de 1990, a região noroeste fluminense passou a ser associada a uma função de “vocação agroalimentar” (Figura 4), e, na barganha por recursos e investimentos, é comumente referida, institucionalmente e academicamente, como pobre e carente de investimentos. Inclusive, o termo “agricultura familiar” é frequentemente utilizado para explicar a marginalização dos produtores (MARINHO, 2017, p. 88).

Madanêlo e Marafon (2008) ao analisar o complexo industrial da pecuária leiteira no Estado do Rio de Janeiro, em especial a respeito da relação da CAPIL com o Leite Glória e com a *Fleishmann & Royal*, a *Kraft Foods Internacional* e com a *Parmalat*, afirmam que “[...] apresenta-se de forma estreita havendo uma forte dependência da primeira em relação às demais” (MADANÊLO; MARAFON, 2008, p. 12). Segundo Madanêlo e Marafon (2008, p. 11) as diferenças entre a situação da CAPIL e a Cooperativa Agropecuária de Barra Mansa, embora a primeira possua um maior número de associados que a última, residem no fato de que a de Barra Mansa repassa de 5 a 10% de sua produção para a Nestlé, 120 mil litros de leite captados diariamente, portanto tem controle sobre boa parte da empresa, embora tenha descentralizado parcialmente sua gestão; possui grande diversidade de produtos e também o aval da empresa *Tetra Pak* para a embalagem do leite longa vida; e portanto possui parte do maquinário financiado pela empresa e consegue atender mercados mais exigentes que a CAPIL, decorrente do seu parque industrial “moderno”, visto o maior grau de exigência dos produtos.

Marinho (2017, p. 85) faz associação da diferenciação de área do noroeste fluminense pela produção agropecuária e o processo de modernização da agricultura brasileira com a política de marginalização regional e a percepção social, conectando o fato de que a região noroeste fluminense caracteriza-se por uma grande participação da agricultura familiar, e, esta, é tida no imaginário popular como pouco capitalizada, pouco mecanizada, decadente e pobre, e que, além de tudo, é uma região de baixa aderência aos complexos agroindustriais, e, portanto, explica-se a marginalização da região no processo de desenvolvimento desigual e combinado. Como explicou Santos (2006; 1994), a organização dos espaços de produção mundiais é hierárquica e seletiva, e se baseia muito na existência da natureza já artificializada

pelo meio técnico-científico-informacional, que dispõe de equipamentos instalados que garantam a fluidez indicada como ideal. Portanto, entendemos, por razões lógicas, que um espaço como esse, de baixa aderência aos complexos agroindustriais afundado em crises e com um repertório de baixa produtividade não seria selecionado como central na hierarquia global. A região noroeste fluminense ficou de fora das políticas de crédito para a modernização agrícola e não se equipara aos padrões de concorrência internacional, portanto, é classificada como “fora do padrão produtivo” (MARINHO, 2017, p. 86).

Figura 4 - Placa indicando as “vocações regionais” do Noroeste Fluminense na BR-101, ano de 2022, Campos dos Goytacazes, RJ



Fonte: Arquivo pessoal

O trabalho o qual Marinho (2017) e Silva (2006, p. 101) se referem é chamado “Potencialidades Econômicas e Competitividade no Estado do Rio de Janeiro”, propunha as vocações regionais e visava constituir material técnico para o direcionamento das atuais ações governamentais de modernização do espaço rural. Este trabalho definia um conjunto de atividades com potencial de produção nos padrões competitividade mínimos, propondo um novo cenário de revitalização socioeconômica diante das mudanças desde a abertura econômica e liberalização da economia.

O projeto das potencialidades foi idealizado e financiado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN em parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – RJ e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – RJ, e segundo Silva (2006, p. 102) e Marinho (2017, p. 89) o projeto da FIRJAN foi utilizado na elaboração de estudos, criação de projetos e implementação de políticas de desenvolvimento.

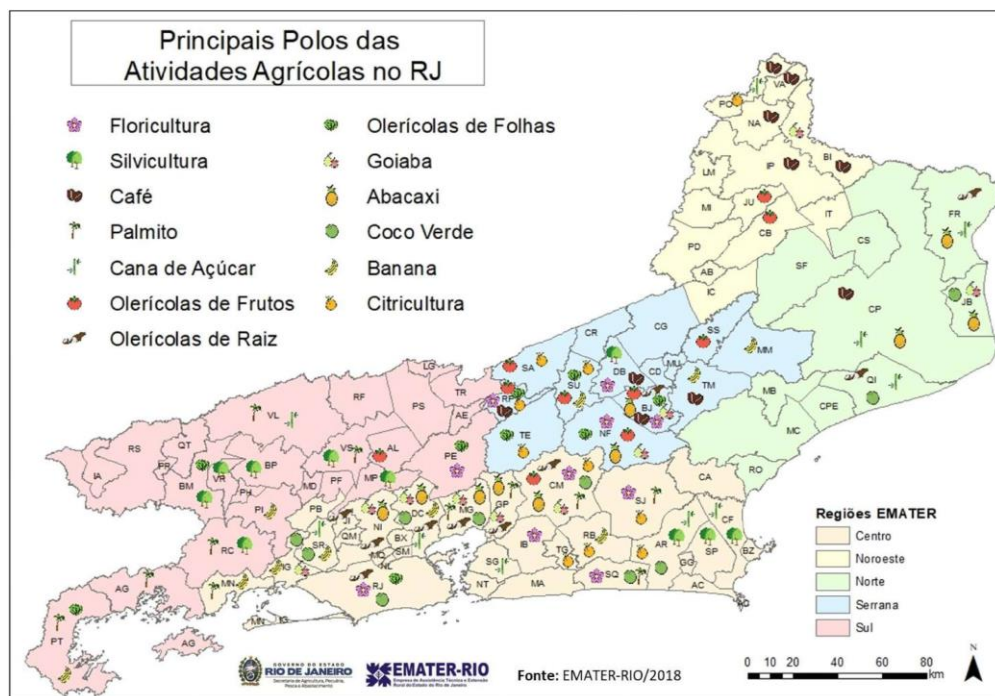
O acordo estabelecido foi de que os diagnósticos somente seriam utilizados para elaborar projetos caso estivessem exclusivamente ligados à indústria - Complexo Agroindustrial. Segundo Marinho (2017, p. 89), entre os mais de 40 projetos apresentados somente um era voltado para a agricultura familiar – Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (Programa Rio Rural), que visava “a melhoria da qualidade de vida no campo, conciliando o aumento da renda do produtor rural com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais” (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018, p. 4).

No mesmo relatório, no trecho sobre os resultados do Rio Rural, afirma que este “[...] impactou positivamente o comércio de insumos, máquinas e equipamentos utilizados no setor, gerando renda e empregos” (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018, p. 12). Mais uma vez, o discurso reforçado é o da importância da adoção de tecnologias no processo produtivo em busca de um resultado positivo através da modernização. Os resultados acumulados até 2018 em relação ao Plano de Execução das Microbacias Hidrográficas do Rio Rural são de 18.705 Planos Individuais de Desenvolvimento – PID, sendo 25,63%, ou 4.795, no Noroeste Fluminense, e R\$ 41.914.235,48 aplicados, correspondendo a 28,81% um total de R\$ 145.500.289,44 acumulados. Para Silva (2006) esta perspectiva de desenvolvimento do projeto da FIRJAN adotada pelo aparelho estatal

reforça a visão da baixa capacidade de articulação político-econômica e social do setor primário estadual e vem excluindo produtores rurais e instituições públicas e privadas como elementos centrais das discussões sobre os projetos de modernização, tornando-os meros apêndices das políticas públicas do Estado (SILVA, 2006, p. 103)

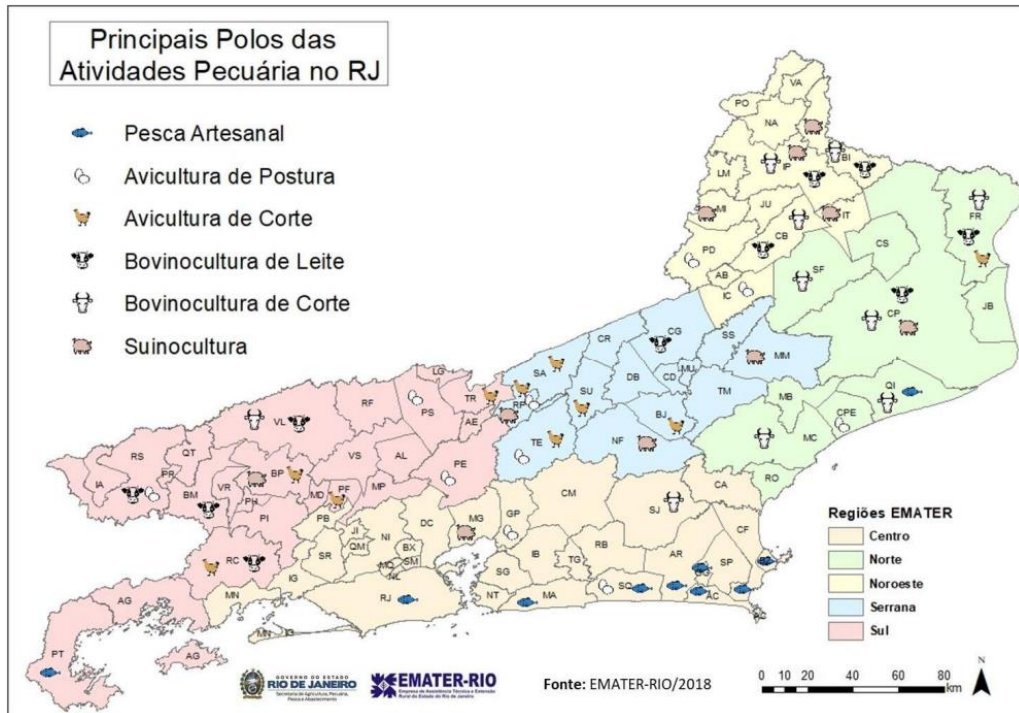
O mapa dos principais polos das atividades agrícolas (Figura 5) e das atividades pecuárias (Figura 6) do Estado do Rio de Janeiro (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018) corroboram com a indicação da figura 4, reforçando a visão das vocações regionais do NOF. Os principais polos das atividades pecuárias do Estado indicam uma concentração da pecuária leiteira e de corte nesta “grande região” que inclui o noroeste fluminense (MARINHO, 2015) em contraste com outra concentração em menor número no Sul Fluminense (Figura 6), muito embora, segundo a Emater-Rio (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019, p. 48), a região Sul apresente melhores indicadores de produtividade pelo melhor manejo da produção (Gráfico 1).

Figura 5 - Principais polos das atividades agrícolas no RJ



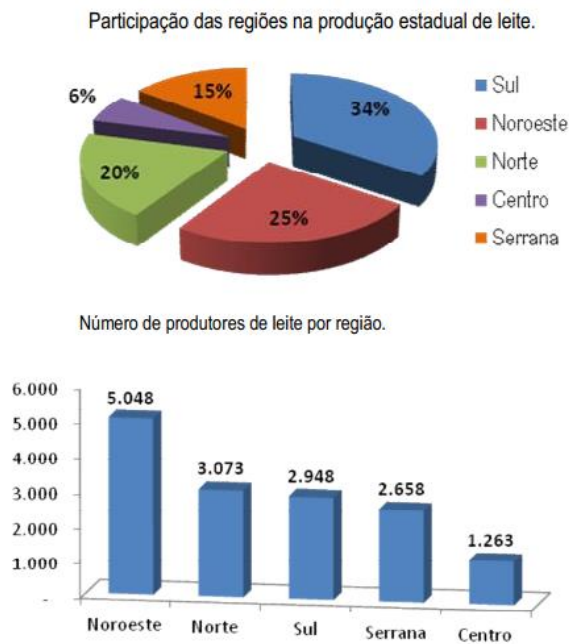
Fonte: Secretaria de agricultura, pecuária, pesca e abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, 2019, p. 12.

Figura 6 - Principais polos das atividades pecuárias no RJ



Fonte: Secretaria de agricultura, pecuária, pesca e abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, 2019, p. 13.

Gráfico 1 - Participação das regiões na produção estadual de leite e número de agricultores por região



Fonte: Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, 2019, p. 19.

A cafeicultura da região noroeste fluminense nos últimos anos recebeu muitos estímulos, por meio do projeto Rio Rural e do “Projeto de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Café no Noroeste Fluminense”, e Varre-Sai beneficiou-se com a instalação de novas infraestruturas físicas para o beneficiamento do café na Cooperativa de Café do Norte Fluminense Ltda – COOPERCANOL e o próprio projeto de Microbacias Hidrográficas encontrou respaldo entre os agricultores do município (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018; REGIÃO NOROESTE – ASCARJ, 2022). Segundo a Emater-Rio, a cafeicultura do Estado do Rio de Janeiro “nos últimos três anos tem se caracterizado pelo emprego de tecnologia e assistência técnica, destacando-se o atendimento dos cafeicultores em manejo de agroecossistemas” (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018, p. 37).

uma transformação total na maneira de cultivo e preparo do café que além de um ganho extraordinário na produtividade, elevou a região, tradicional produtora de cafés inferiores (bebidas rio e rio zona) a produzir um volume considerável de cafés finos (bebida dura para melhor) (REGIÃO NOROESTE – ASCARJ, 2022)

O noroeste fluminense é alvo de diversos projetos de estímulo à produção agropecuária, além disso, entre todas as regiões, a noroeste sempre está entre os maiores números de beneficiários que recebem atendimento de extensionistas da Emater-Rio, assim como a região Serrana (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018, p. 7). Mais de 73% destes atendimentos são relativos aos agricultores familiares. O noroeste fluminense também se destaca pelo maior número de DAP’s Ativas emitidas pela Emater-Rio (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018, p. 22).

No que tange ao crédito rural contratado por meio de projetos da Emater-Rio, o noroeste fluminense é superado somente pela região centro fluminense. Do total de crédito rural contratado por atividade agropecuária no Estado do Rio de Janeiro, 65% refere-se a bovinocultura de leite, e o café aparece somente na categoria “outras culturas” com 4% (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO DO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019, p. 24). O destaque da região está na participação no valor aplicado do crédito rural na cafeicultura (99%), na bovinocultura (44%) e na pesca artesanal (44%). Ou seja, 44% dos 65% contratados pela Emater-Rio para a bovinocultura ficaram na região noroeste fluminense.

Essas informações explicitam que o projeto de integração da agricultura com a indústria, citado em Silva (2006) e Marinho (2017), tomou as rédeas do desenvolvimento da agricultura e da pecuária no Estado do Rio de Janeiro, incentivando a modernização de alguns setores específicos e selecionando espaços específicos para a alocação dos recursos. A forte presença da agricultura familiar e os problemas de ordem econômica da região noroeste fluminense são sempre citados nos relatórios da Emater-Rio, assim como limitações de infraestrutura e produtividade, na justificativa para a aplicação dos recursos disponíveis. O próximo capítulo fará a exposição dos dados secundários e informações do noroeste fluminense sobre a agricultura familiar no que tange à sua estrutura produtiva, fundiária, mão de obra, organização coletiva e acesso ao Pronaf e DAP.

4. ESPACIALIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE

O objetivo deste capítulo é fazer uma espacialização da estrutura fundiária, produtiva e de organização coletiva da agricultura familiar no espaço rural do noroeste fluminense. Para atingir o objetivo foi indispensável a utilização de dados públicos de instituições como o IBGE, a EMATER-RIO e o Portal Brasileiro de Dados Abertos, via LGPD e da literatura em cartografia anterior à utilização de programas de cartografia e geoprocessamento gratuitos, como o *QGIS* e o *Philcarto*.

4.1 Conceitos da cartografia temática

Sobre a cartografia Archela e Théry (2009) consideram que esta serve de “orientação e de base para o planejamento e conhecimento do território, a sociedade acaba sendo consumidora dessas representações cartográficas que são um meio de comunicação” (ARCHELA E THÉRY, 2009, p. 2), e quando esta estiver disponível ao público seu objetivo deve servir à informação num formato que seja de fácil leitura pela população. Portanto, cada mapa temático tem um objetivo específico e deve buscar responder *o quê, onde e como ocorre* cada fenômeno geográfico, representados através de símbolos gráficos que facilitem a identificação de “diferenças, semelhanças e possibilitar a visualização de correlações pelo usuário” (ARCHELA E THÉRY, 2009, p. 3). Para os autores, a simbologia de um mapa é essencial para a comunicação efetiva e passa pela semiologia gráfica, teoria das formas e da representação e da informação, que formula regras para a utilização racional da linguagem gráfica na cartografia (ARCHELA E THÉRY, 2009, p. 3).

Para Archela e Théry (2009, p. 3) o símbolo (ou signo) é constituído na relação entre o significante (ouvir falar de algo, por exemplo: *papel*), o objeto referente (esse *papel*) e o significado (a ideia de *papel* formada na mente do interlocutor), entretanto é constituído pelo significante e o significado. O objetivo dos signos, portanto, com “[...] a variação visual de forma, tamanho, orientação, cor, valor e granulação [...]” é de “[...] representar fenômenos qualitativos, ordenados ou quantitativos nos modos de implantação pontual, linear ou zonal” (ARCHELA E THÉRY, 2009, p. 3). O tamanho representa o valor quantitativo, o valor tem seu correspondente na variação da tonalidade ou de uma sequência monocromática, a granulação representa a variação da repartição do preto no branco, em uma proporção

igualitária, e a cor significa a variação das cores do arco-íris sem variação de tonalidade (ARCHELA E THÉRY, 2009, p. 4). Para Archela e Théry (2009, p. 5) a utilização da semiologia gráfica na comunicação cartográfica deve sempre respeitar os princípios: (1) um fenômeno se traduz em um sinal (quando se referem a dados qualitativos, a melhor forma de representar é a cor), (2) uma ordem se traduz somente por uma ordem (densidades, hierarquias e sequências ordenadas, ou seja, informação quantitativa ordenada em classes, e a melhor forma de se representar é o valor) e (3) as variações quantitativas se traduzem somente pela visual tamanho (ARCHELA E THÉRY, 2009, p. 5). Há três diferentes modos de implantação dessas informações visuais, que se alteram de acordo com a extensão do fenômeno:

[...] *implantação pontual*, quando a superfície ocupada é insignificante, mas localizável com precisão; *implantação linear*, quando sua largura é desprezível em relação ao seu comprimento, o qual, apesar de tudo, pode ser traçado com exatidão; *implantação zonal*, quando cobre no terreno uma superfície suficiente para ser representada sobre o mapa por uma superfície proporcional homóloga (ARCHELA E THÉRY, p. 5, grifo nosso)

As variáveis visuais também podem ser percebidas de modos diferentes de acordo com as propriedades: seletivas, associativas, dissociativas, ordenadas e quantitativas. As variáveis podem ser

chamadas variáveis visuais *seletivas*, quando permitem separar visualmente as imagens e possibilitam a formação de grupos de imagens. A cor, a orientação, o valor, a granulação e o tamanho possuem essa propriedade. São *associativas* quando permitem agrupar espontaneamente, diversas imagens num mesmo conjunto; forma, orientação, cor e granulação possuem a propriedade de serem vistos como imagens semelhantes. Ao contrário, quando as imagens se separam espontaneamente, a variável é *dissociativa*; este é o caso do valor e do tamanho. São chamadas variáveis *ordenadas* quando permitem uma classificação visual segundo uma variação progressiva. São ordenados o tamanho, valor e a granulação. Finalmente, são *quantitativas* quando se relacionam facilmente com um valor numérico. A única variável visual quantitativa é o tamanho. Isto porque somente as figuras geométricas possuem uma área e um volume que pode ser visualizado com facilidade, permitindo relacionar imediatamente com uma unidade de medida e, portanto, com uma quantidade que é visualmente proporcional (ARCHELA E THÉRY, 2009, p. 5, grifo nosso)

Portanto, na elaboração dos mapas da estrutura fundiária, os dados dos mapas são comparativos, no que se refere aos diferentes grupos de área, e quantitativos no que se refere à densidade de estabelecimentos desigualmente distribuídos entre os municípios.

4.2 Estrutura Fundiária

Neste subitem foram utilizados dados obtidos junto ao Sistema Sidra do IBGE de Recuperação Automática em relação aos Censos Agropecuários (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017) e os programas QGIS para elaboração de *layout* e *Philcarto* para os cartogramas com os círculos proporcionais.

No que tange ao número de estabelecimentos, em comparação aos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (Tabela 1 e Tabela 2), Porciúncula, Laje do Muriaé, Itaocara e Italva apresentaram redução em valores absolutos do número de estabelecimentos agropecuários, respectivamente 17,35%, 15,50%, 7,13% e 4,25%, no entanto, Italva teve um crescimento relativo a 64,21% da área de estabelecimentos agropecuários, e, destes quatro municípios, apenas Laje do Muriaé apresentou uma redução da área de estabelecimentos de relativa a 31,46%. Os outros dois municípios que recuaram no total de área de estabelecimentos agropecuários foram Natividade (-20,58%) e Varre-Sai (-1,14%). O município que mais cresceu a área de estabelecimentos agropecuários foi São José de Ubá, que mais do que dobrou, chegando a 105,85% de crescimento no valor total. São José de Ubá e Italva foram os que apresentaram o maior crescimento, atrás deles os mais próximos são Itaperuna (33%) e Santo Antônio de Pádua (32,78%).

Tabela 1 - Número total de estabelecimentos agropecuários e participação da agricultura familiar em 2006

Número total de estabelecimentos e área de estabelecimentos total e familiares em valores absolutos e participativos

2006	Total nº de estabelecimentos	nº de estab. de grupos familiares	Área (ha) total	Área (ha) total	% área de est. familiares
Aperibé	226	206 (92%)	5072	3733	73,60%
Bom Jesus do Itabapoana	1046	599 (57%)	40012	11025	27,55%
Cambuci	1146	923 (81%)	45124	17354	38,46%
Italva	424	281 (66%)	10866	2060	18,96%
Itaocara	1612	1282 (80%)	36234	12992	35,86%
Itaperuna	1185	807 (68%)	66829	15804	23,65%
Laje do Muriaé	413	273 (66%)	21541	4801	22,29%
Miracema	374	230 (62%)	23297	5889	25,28%
Natividade	447	314 (70%)	37317	7046	18,88%
Porciúncula	1320	1155 (88%)	20635	8961	43,43%
Santo Antonio de Pádua	1003	832 (83%)	31501	13911	44,16%
São José do Ubá	429	346 (81%)	8924	3168	35,50%
Varre-Sai	643	504 (78%)	13723	5887	42,90%

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2006

Fonte. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

Tabela 2 - Número total de estabelecimentos agropecuários e participação da agricultura familiar em 2017

Número total de estabelecimentos e área de estabelecimentos total e familiares em valores absolutos e participativos

2017	nº total de est.	nº de est. familiares	% est. familiares	área total (ha)	área (ha) de est. familiares	% área de est. familiares
Aperibé	288	203	70,49%	5707	3196	56,00%
Bom Jesus do Itabapoana	1.111	663	59,68%	48851	13489	27,61%
Cambuci	1.151	840	72,98%	46746	17383	37,19%
Italva	406	283	69,70%	17843	4292	24,05%
Itaocara	1.497	1.107	73,95%	38083	15489	40,67%
Itaperuna	1.596	959	60,09%	88883	22637	25,47%
Laje do Muriaé	349	238	68,19%	14765	3899	26,41%
Miracema	387	170	43,93%	26724	4807	17,99%
Natividade	703	445	63,30%	29638	8127	27,42%
Porciúncula	1.091	921	84,42%	25134	8985	35,75%
Santo Antonio de Pádua	1.082	670	61,92%	41828	15873	37,95%
São José do Ubá	533	335	62,85%	18370	5371	29,24%
Varre-Sai	676	459	67,90%	13566	5236	38,60%

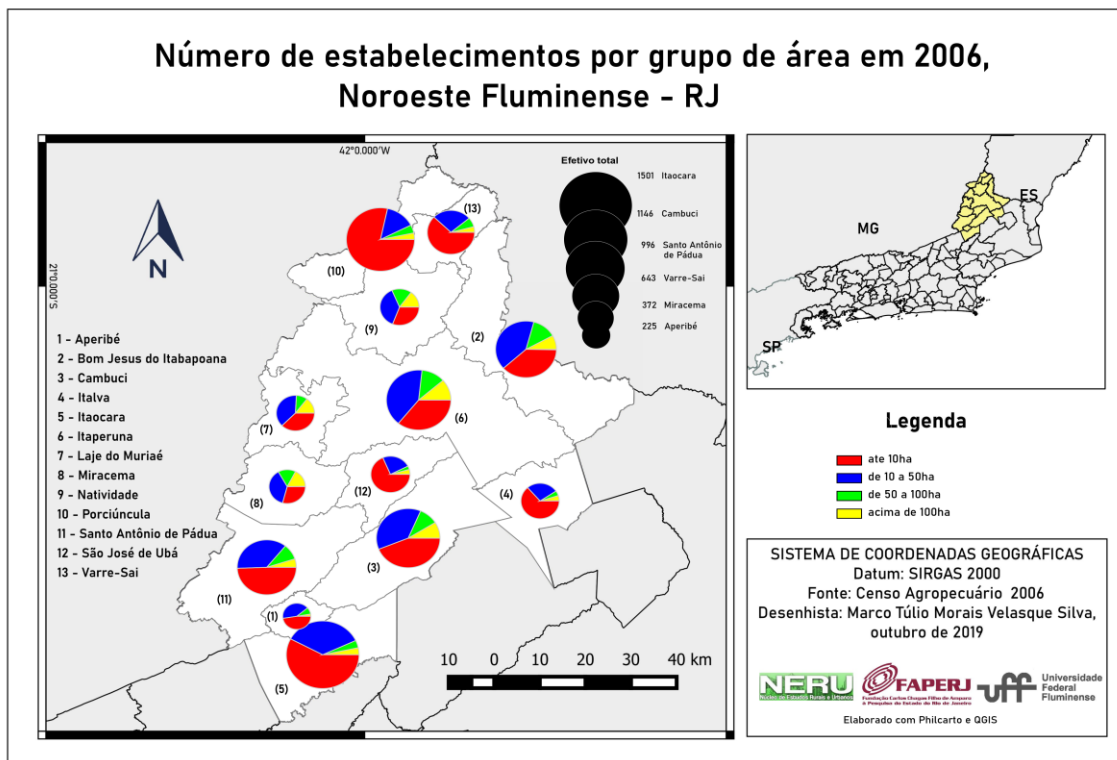
Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2017

Fonte. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

O percentual de área ocupada estabelecimentos familiares em 2017 vai desde 17,99%, em Miracema, até 56% em Aperibé (tabela 2). O valor de recuo no percentual na área ocupada por estabelecimentos familiares que mais chama atenção negativamente é o de Aperibé, que de 2006 para 2017 aproximadamente 17% da área total de estabelecimentos passou da agricultura familiar para outra categoria. Natividade, Porciúncula e Italva, ao contrário, apresentaram incremento acima de 6% na participação de estabelecimentos familiares na área total.

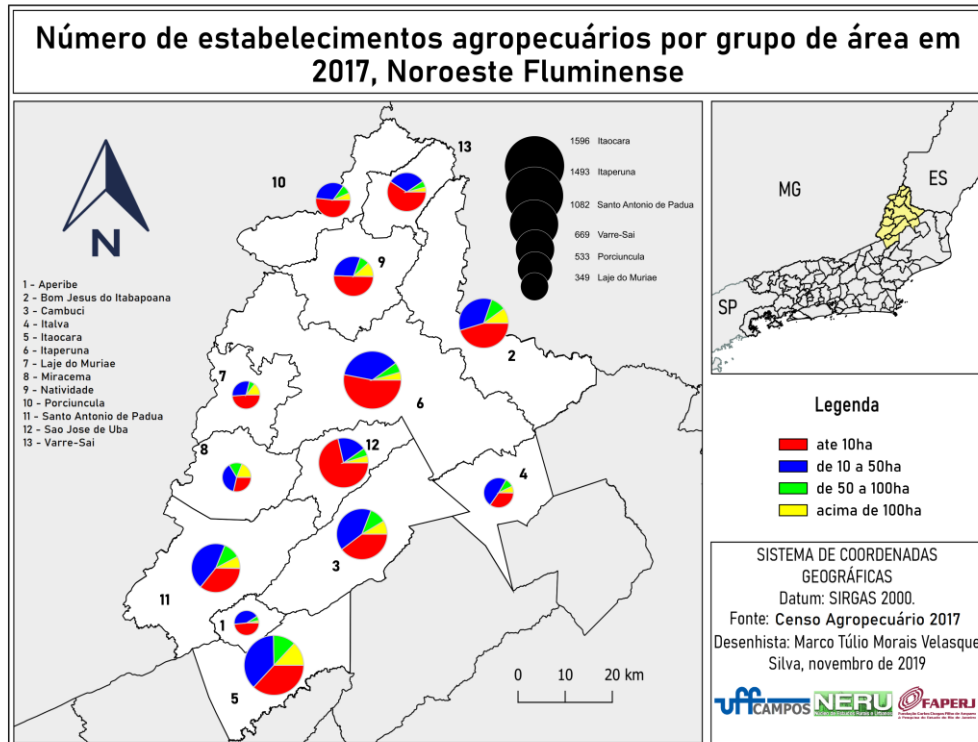
Nas figuras 7 e 8 constatamos uma visível predominância do grupo de área de até 10 hectares e de 10 a 50 hectares na estrutura fundiária de todos os municípios da região, chegando a representar mais de 75% do número total de estabelecimentos, com exceção de Santo Antônio de Pádua. Em Itaperuna observamos que há uma redução expressiva do número de estabelecimentos de 50 até mais de 100 hectares. Itaocara e Natividade, pelo contrário, destacam-se pelo aumento do número de estabelecimentos de 50 até mais de 100 hectares.

Figura 7 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área em 2006 no noroeste fluminense – RJ



Fonte. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

Figura 8 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área em 2017 no noroeste fluminense – RJ

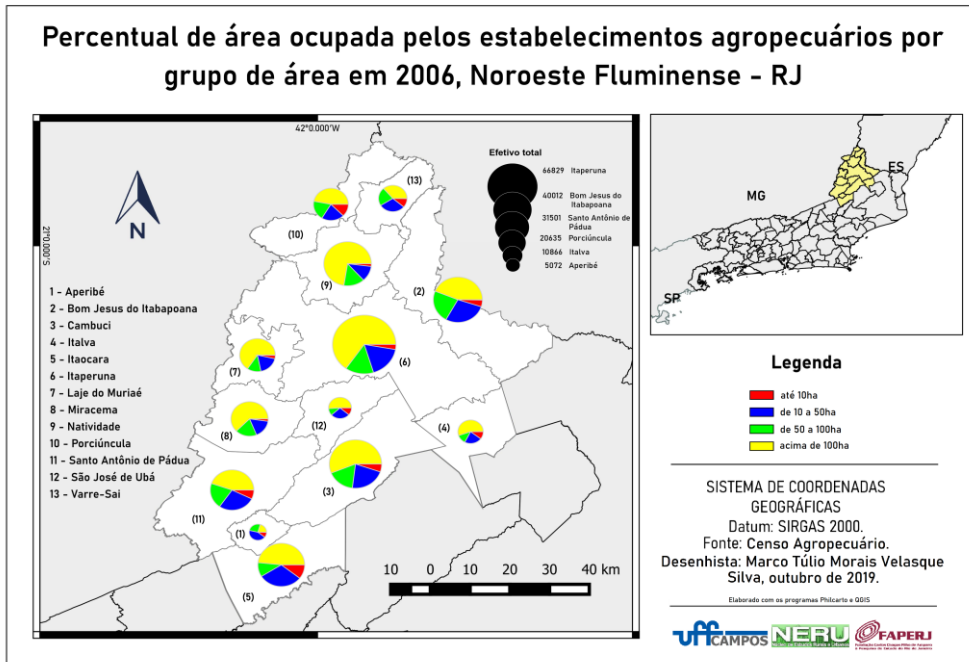


Fonte. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

Em uma análise comparativa entre as Figuras 7 e 8, visualmente, é possível identificar uma alteração na concentração do número de estabelecimentos entre os municípios da região, marcadamente o aumento do número absoluto de estabelecimentos agropecuários nos municípios de Natividade, Itaperuna, Aperibé e São José do Ubá, e a redução do número de estabelecimentos em Porciúncula, Laje do Muriaé, Itaocara e Italva.

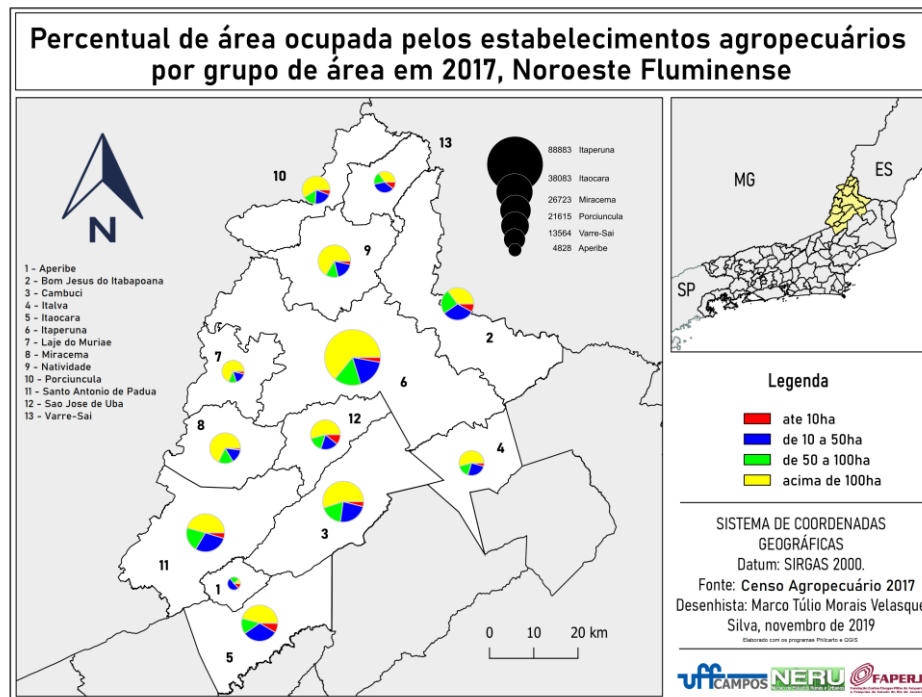
No que tange à área ocupada por grupo de área de estabelecimentos agropecuários na estrutura fundiária (Figuras 9 e 10) constatamos a predominância de ocupação da área total por estabelecimentos com área superior a 100 hectares. Na maioria dos casos os estabelecimentos de até 10 hectares ocupa uma parcela extremamente baixa da estrutura fundiária.

Figura 9 - Percentual da área ocupada por estabelecimentos agropecuários por grupos de área em 2006 no noroeste fluminense – RJ



Fonte. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

Figura 10 - Percentual da área ocupada por estabelecimentos agropecuários por grupos de área em 2017 no noroeste fluminense – RJ



Fonte. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

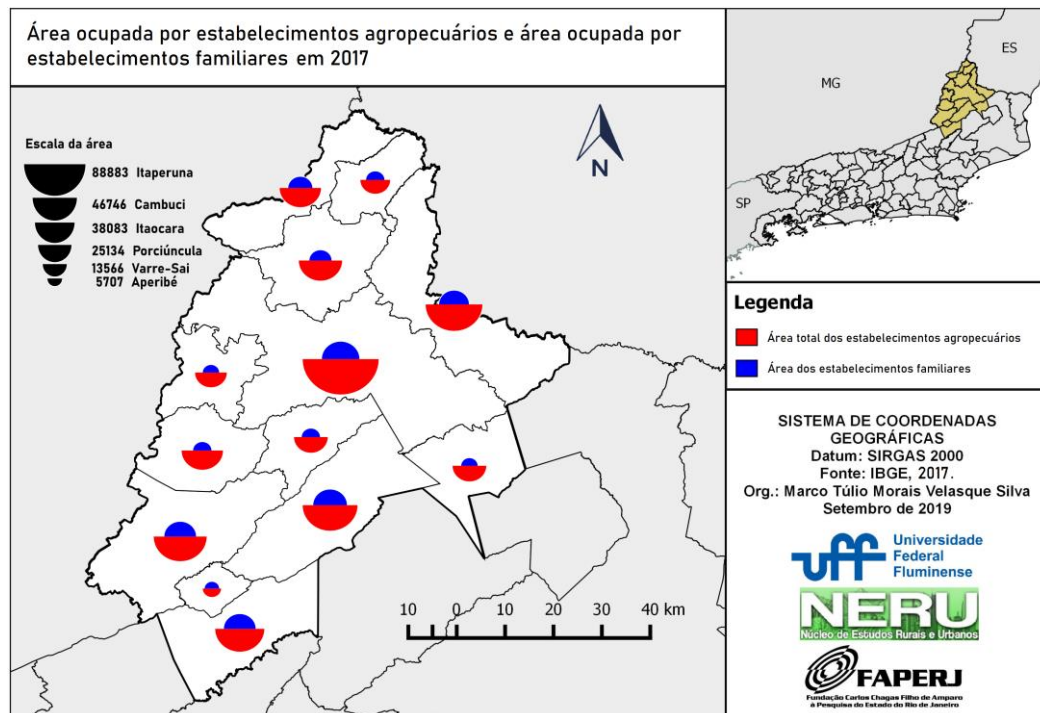
Para o início da análise das Figuras 9 e 10 é importante ter em mente que alguns municípios reduziram o número total de estabelecimentos, acirrando a disputa por terras, sejam eles Porciúncula, Laje do Muriaé, Itaocara e Italva. Os municípios de Italva, Santo Antônio de Pádua, Laje do Muriaé, Natividade, Itaperuna, Miracema, em 2017, caracterizam-se por uma participação baixíssima de estabelecimentos de área até 10 hectares na estrutura fundiária. Entre todos os municípios do noroeste fluminense, os que apresentaram maior redução relativa na participação na área ocupada dos grupos de estabelecimentos de até 10 hectares foram os municípios de Porciúncula, Italva, Santo Antônio de Pádua e Miracema.

Os municípios de Miracema, São José de Ubá e Porciúncula apresentaram aumento relativo na participação da ocupação do grupo de estabelecimentos maiores que 100 hectares na área total de estabelecimentos agropecuários. O município de São José do Ubá também apresentou redução relativa na participação do grupo de estabelecimentos de 10 a 50 hectares na área total, cedendo espaço para os estabelecimentos do grupo de área de 100 hectares.

Em Laje do Muriaé e Miracema, ao contrário, houve redução na participação na área ocupada no grupo de estabelecimentos de 10 a 50 hectares e aumento no grupo de estabelecimentos de mais de 100 hectares. Somente Aperibé os grupos de área se dividem numa estrutura fundiária mais bem distribuída, embora a área total siga concentrada nos estabelecimentos de 10 a 50 hectares. Os municípios de Varre-Sai e Cambuci mantêm a mesma proporção na distribuição da área entre os municípios. Bom Jesus do Itabapoana é o único município em que a participação do grupo de área de estabelecimentos de até 10 hectares aumentou de 2006 para 2017.

No que tange à área ocupada por estabelecimentos da agricultura familiar (Figura 11), Aperibé se destaca no valor relativo ao percentual da área total ocupada por estabelecimentos familiares com 56%, seguido por Itaocara (40,67%), Varre Sai (38,6%) e Santo Antônio de Pádua (37,95%).

Figura 11 -Área total dos estabelecimentos agropecuários e área ocupada por estabelecimentos familiares em 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

Na Figura 11 é visível uma participação relativamente alta na área ocupada de estabelecimentos agropecuários por estabelecimentos familiares na maioria dos municípios, com exceção de Miracema, Italva, Itaperuna e Laje do Muriaé que estão entre os municípios que menos possuem áreas ocupadas por este tipo de estabelecimento, abaixo de 25%.

O total de assentamentos na região noroeste fluminense é três (figura 12), e estes ocupam uma área relativamente grande dos municípios em que estão instalados, chegando a 7,45% da área de estabelecimentos agropecuários em Italva. O assentamento de Italva é um projeto de assentamento estadual (PE), chamado “Fazenda Experimental de Italva” e os outros dois assentamentos de Itaperuna, que estão em sequência na figura 12, são projetos de assentamento federais (PA), e são chamados “Nova Esperança do Aré” e “Floresta de Belém”. O total de famílias ocupadas só está próximo da lotação em Floresta de Belém onde 30 dos 35 espaços para famílias está ocupado. A ocupação dos assentamentos está em 58%, em média, no noroeste fluminense, de acordo com os dados de 2017 (INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, 2017).

Figura 122 – Total de famílias assentadas, área e data de criação dos assentamentos.

Total de famílias assentadas, área e data de criação dos assentamentos.

Municípios	Disponibilidade para famílias	Número de Famílias Assentadas	% Ocupação	Área de Estabelecimentos Agropecuários Total	Área dos Assentamentos	% Área Total	Data de Criação
Italva	210	139	66,19%	17843	1328,44	7,45%	14/09/2010
Itaperuna	90	26	28,89%	88883	1697,76	1,91%	09/02/2006
Itaperuna	35	30	85,71%	88883	681,73	0,77%	05/09/2006
Total	335	195	58,21%	195609	3707,92	1,90%	

Fonte: INCRA, 2017.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2017.

Neste capítulo constatamos redução no número total de estabelecimentos nos municípios de Porciúncula, Laje do Muriaé, Itaocara e Italva, respectivamente 17,35%, 15,50%, 7,13% e 4,25%, acirrando a disputa por área. Italva, ao contrário, apresenta crescimento no total de área de estabelecimentos agropecuários de aproximadamente de 64%, enquanto Laje do Muriaé e Natividade reduziram a área total dos estabelecimentos agropecuários em, respectivamente, 31% e 20%. Na que tange à área ocupada por estabelecimentos familiares, Aperibé recua 17%, em 2017, em relação à área ocupada pela categoria em 2006. Também observamos que os estabelecimentos com até 50 hectares dominam em número, mas não em área, e os estabelecimentos de até 10 hectares recuaram a participação na área total em todos os municípios, com exceção de Bom Jesus do Itabapoana. Os municípios que apresentaram crescimento na participação na área total dos estabelecimentos no grupo de área de estabelecimentos com mais de 100 hectares foram Miracema, São José de Ubá e Porciúncula, indicando concentração neste grupo. De todos os municípios, o que apresentou o melhor resultado em distribuição da área entre os grupos de área foi Aperibé, onde a maior parte da área concentra-se no grupo de estabelecimentos de 10 até 50 hectares.

A agricultura familiar em Aperibé participa na área total dos estabelecimentos agropecuários em 56%, seguido por Itaocara e Varre-Sai, ambos próximos de 40%, apontando a importância da agricultura familiar para a estrutura fundiária dos municípios. Os assentamentos tem papel relevante na estrutura fundiária em Italva, ocupando 7,45% da área total e conta com 139 famílias assentadas, que corresponde a 66% da ocupação máxima do assentamento, e em Itaperuna, que conta com quase 3% da área ocupada por assentamentos e bastante espaço para novos assentados em Nova Esperança do Aré, com quase 70% de espaço.

Estes dados refletem apenas parcialmente a realidade da região e temos consciência que apenas uma pesquisa mais aprofundada daria conta da complexidade do tema, que também conta com a variável “herança”, ou seja, terras que são distribuídas com o falecimento do proprietário, aumentando o número de estabelecimentos com isso. Tendo isso em mente, podemos concluir que onde houve redução do número de estabelecimentos agropecuários há concentração fundiária em andamento, caberia, em momento posterior, constatar *in loco*.

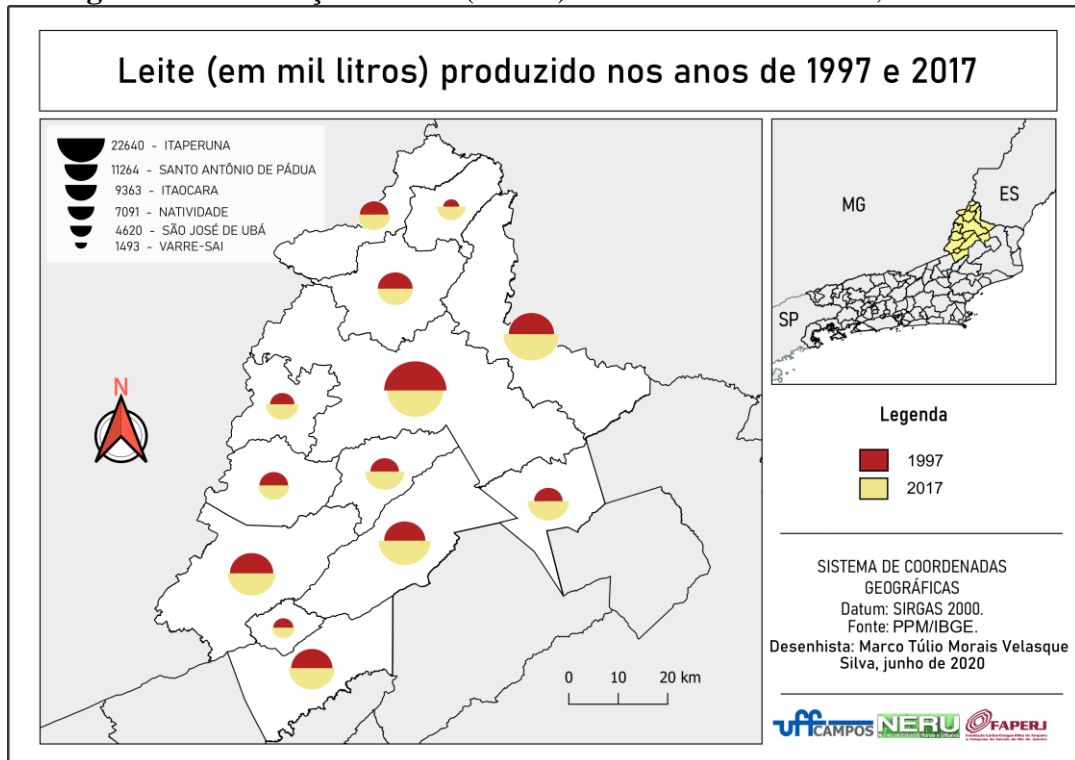
4.3 Estrutura produtiva

De acordo com as referências adotadas por este trabalho (GRABOIS *et al*, 1998; MARINHO, 2015; MARINHO, 2017; PASSOS, 2017), em períodos pretéritos, a região era caracterizada pela produção de leite, café, arroz e tomate. Portanto, escolhemos estas culturas para a espacialização e análise comparativa temporal. Além destas lavouras citadas na literatura, a produção de laranja, de mandioca e de forrageiras também foi comparada e identificamos o crescimento relativo ou da área ou da produção nos interstícios temporais da Produção Agrícola Municipal (PAM).

Aqui registramos um problema metodológico na análise dos dados, que é a limitação dos dados IBGE visando a preservação da identidade dos produtores, quando os estabelecimentos agropecuários produtores são poucos os valores exibidos são sempre um “X”, indicando que no município há somente um produtor, por exemplo. Portanto, nestes casos adotamos o valor “zero” como representante de valores “X” e literalmente zero.

As Figuras 13 e 14 apresentam informações da produção leiteira da região noroeste, em 1997 e 2017, e o que gostaríamos de chamar atenção é o aumento na produção total de Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Laje do Muriaé e Varre-Sai, que cresce em aproximadamente 5 mil litros desde 1997. Os municípios que mais produzem leite também, também são os de maior área, mas há certo padrão de concentração da produção. Na região estes municípios de maior produção contrastam com os municípios que menos produzem, sejam eles Aperibé, Varre-Sai e Laje do Muriaé.

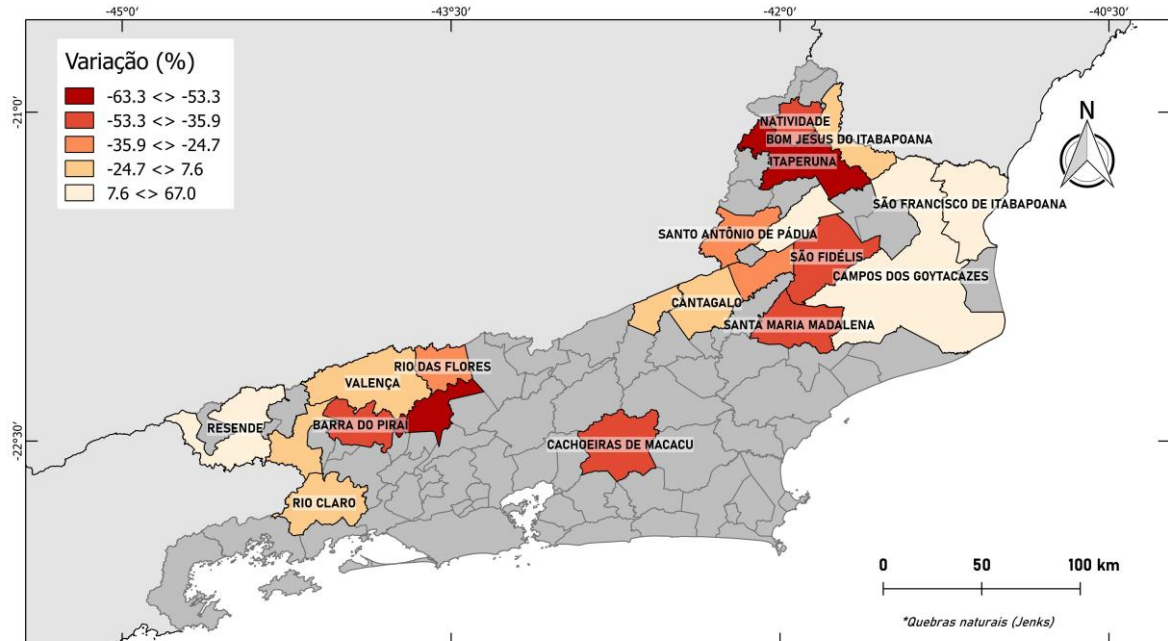
Figura 133 - Produção de leite (1000L) no noroeste fluminense, 1997-2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1997b e 2017b.

Na figura 14 sobre a variação da produção de leite no ano de 2010 e 2019, constatamos um crescimento na produção em alguns municípios supracitados, sendo visível a concentração da produção em municípios com uma área relativamente grande, já característicos da pecuária leiteira na literatura (MARINHO, 2017; GRABOIS *et al.*, 1998) como Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua e Cambuci. Quando comparamos as Figuras 14 e 15, constatamos que, apesar constar entre os maiores produtores, Itaperuna e Santo Antônio de Pádua concentram boa parte da produção regional. De acordo com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal de 2010 e 2019 somente os municípios de Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci tiveram uma variação positiva na produção leiteira.

Figura 144 - Relação entre a produção de leite (mil litros) de 2010 e 2019



Relação entre a produção de leite (mil litros) de 2010 e de 2019 - 20 maiores produtores do Estado do Rio de Janeiro



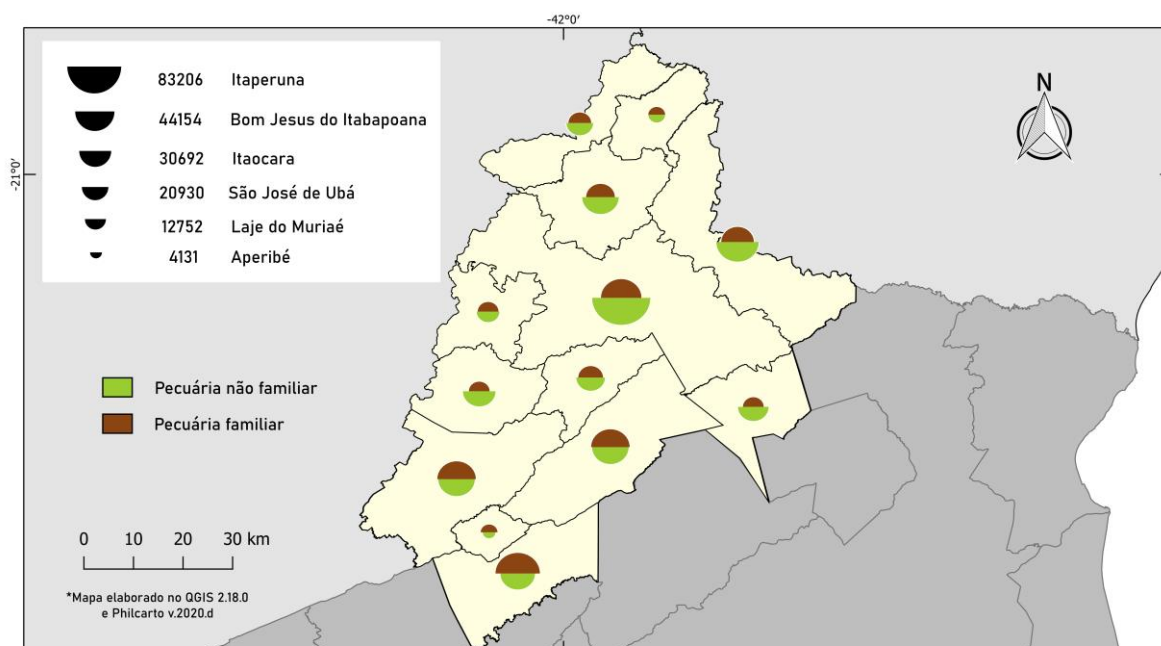
SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS
Datum SIRGAS2000
Base cartográfica: IBGE, 2019
Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática, 2019
Elaboração: Marco Túlio Morais Velasque Silva



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010 e 2017b.

Na pecuária bovina (Figura 15) a dominância da agricultura familiar é evidente. Os municípios de Aperibé, Itaocara, Cambuci e Santo Antônio de Pádua tem predominância da agricultura familiar no número total de cabeças de gado, mas em quase todos os outros municípios a pecuária não familiar tem o maior número, ou se equipara, como é o caso de Laje de Muriaé e Varre-Sai. As maiores concentrações de cabeça de gado estão em Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua e Itaocara.

Figura 155 - Número de cabeças da pecuária bovina da agricultura familiar e não-familiar no noroeste fluminense em 2017



Relação entre a pecuária familiar e não familiar (número de cabeças) em 2017 - municípios da Mesorregião Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro



SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS
 Datum SIRGAS2000
 Base cartográfica: IBGE, 2019
 Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2017
 Elaboração: Marco Túlio Morais Velasque Silva



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

A única entrevista concluída, ainda nos primeiros meses da pesquisa da FAPERJ, foi com o Coordenador do Programa Balde Cheio no Estado do Rio de Janeiro, no dia 30 de agosto de 2019, em Conceição de Macabu – RJ. Na oportunidade Sr. S. afirmou que o Programa Balde Cheio foi criado em resposta ao êxodo rural, visando possibilitar o aumento da renda do pequeno produtor, incentivando a permanência no campo, e produzindo, apesar de não haver nenhum projeto visando a organização desta produção.

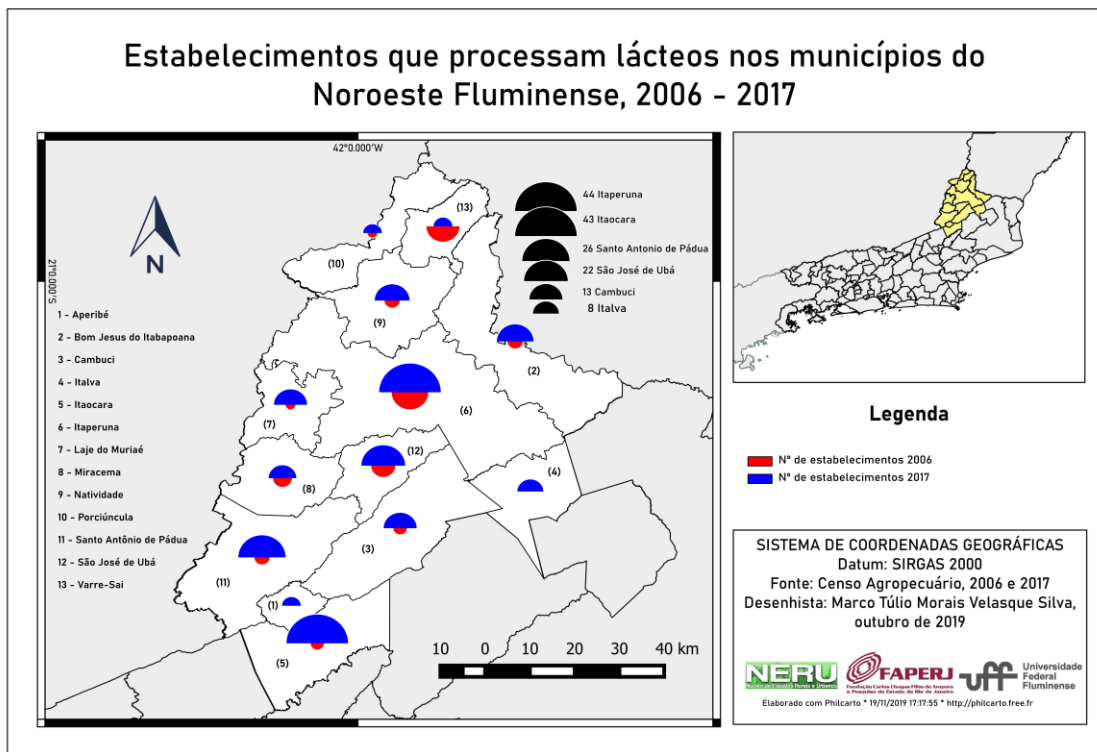
As contribuições do programa para os produtores de leite são a transferência de conhecimentos acerca das técnicas de produção e, subsequentemente, o aumento de renda, na escala micro (escala do produtor). Para integrar o programa o pecuarista deve comparecer às palestras ministradas, deve participar das aulas de campo e acompanhar as visitas nas Unidades Demonstrativas. As maiores dificuldades enfrentadas, segundo o Sr. Sales, são no

contato com os produtores, pois estes apresentam certa desconfiança, e questões técnicas como a genética e a baixa produtividade.

Há empresas de processamento de lácteos regionais, como a Cavil (Bom Jesus do Itabapoana), Capil (Itaperuna), Capil (Itaocara) e Laticínios Pádua (Santo Antônio de Pádua) e, estas, fazem a captação em uma ampla bacia leiteira, que atravessa as fronteiras de Minas Gerais e Espírito Santo. Segundo o Sr. Sales, o Estado do Rio de Janeiro possui grande ociosidade no processamento de leite e 75% do leite consumido é importado de outros lugares e regiões. Várias empresas grandes como a Lactalis, Nestlé, Quatá e Porto Alegre, compram o leite diretamente dos produtores ou de cooperativas no Noroeste Fluminense. Atualmente, o NOF é a maior bacia leiteira do Estado e o processamento do leite dessas empresas se dá em outras regiões ou Estados da federação. Aqui associamos ao que Madanêlo e Marafon (2008) constataram acerca da infraestrutura de equipamentos inferiores das fábricas processadoras da região em comparação com outras fábricas.

A agroindustrialização no setor lácteo se expandiu entre os estabelecimentos agropecuários da região, principalmente em Bom Jesus do Itabapoana, Laje do Muriaé, Santo Antônio de Pádua e Itaocara, onde os números de estabelecimentos que processam lácteos se multiplicaram em algumas vezes (Figura 16). Embora o número de estabelecimentos que processam lácteos tenha crescido e se disseminado na região, apenas um município recuou neste tipo de agroindustrialização: Varre-Sai. As maiores concentrações de estabelecimentos processadores de lácteos estão em Itaperuna, Itaocara e Santo Antônio de Pádua.

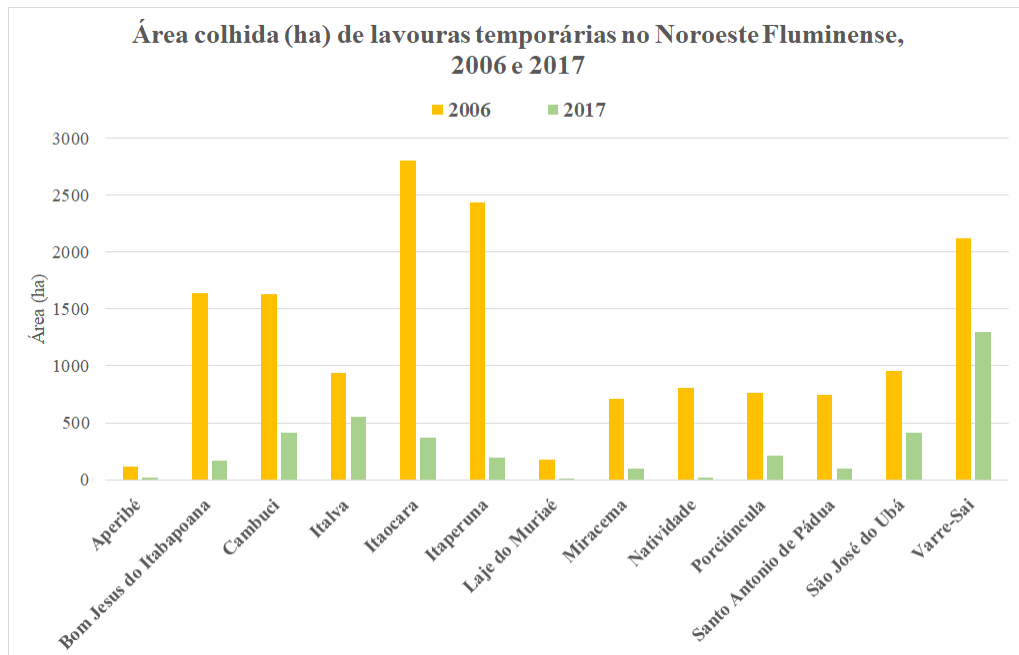
Figura 16 - Estabelecimentos que processam lácteos nos municípios do Noroeste Fluminense em 2006 e 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006 e 2017a.

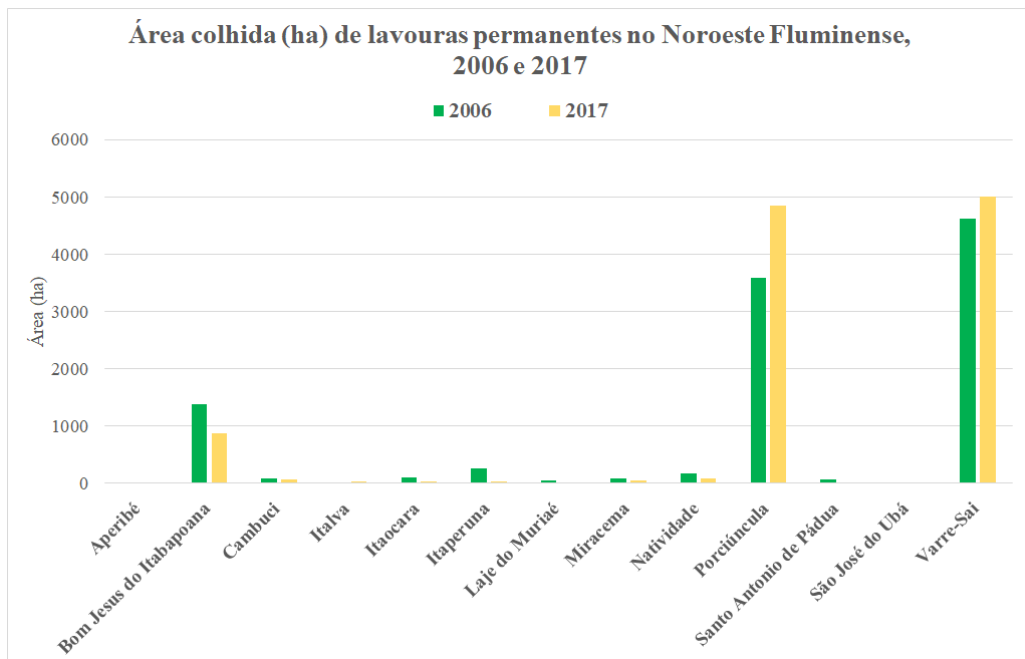
A região noroeste fluminense passou por uma redução significativa da área de lavouras temporárias em todos os municípios (Gráfico 2). Apenas os municípios de Varre-Sai e Italva mantêm mais de 50% da área anteriormente ocupada por culturas temporárias em 2006 no ano de 2017. A área de lavouras permanentes recuou em todos os municípios, com exceção de Porciúncula e Varre-Sai, e, no primeiro, a área colhida de lavouras permanentes cresceu em mais de 1000 hectares (Gráfico 3).

Gráfico 2 - Área colhida (hectares) de lavouras temporárias no Noroeste Fluminense em 2006 e 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006 e 2017a.

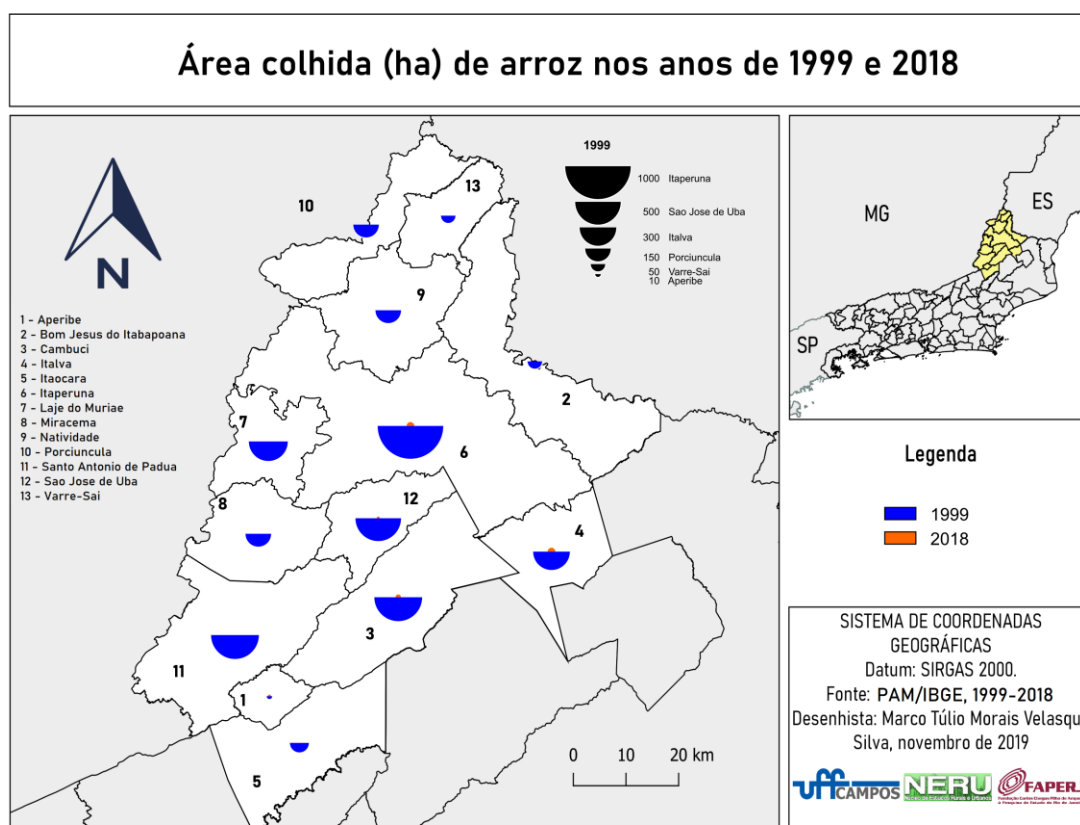
Gráfico 3 - Área colhida (hectares) de lavouras permanentes no Noroeste Fluminense em 2006 e 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006 e 2017a.

A área colhida de arroz, muito citada no trabalho de Grabois *et al.* (1998), sofre mudanças contrastantes no período 1999-2018 (Figura 17). Em 1999, na Pesquisa Pecuária Municipal, Itaperuna registrou uma área colhida de 1000 hectares de arroz, mas em 2018 o cenário é outro, de abandono do plantio de arroz, não somente em Itaperuna, mas em toda a região, restando apenas alguns poucos hectares em Italva, Itaperuna e Cambuci.

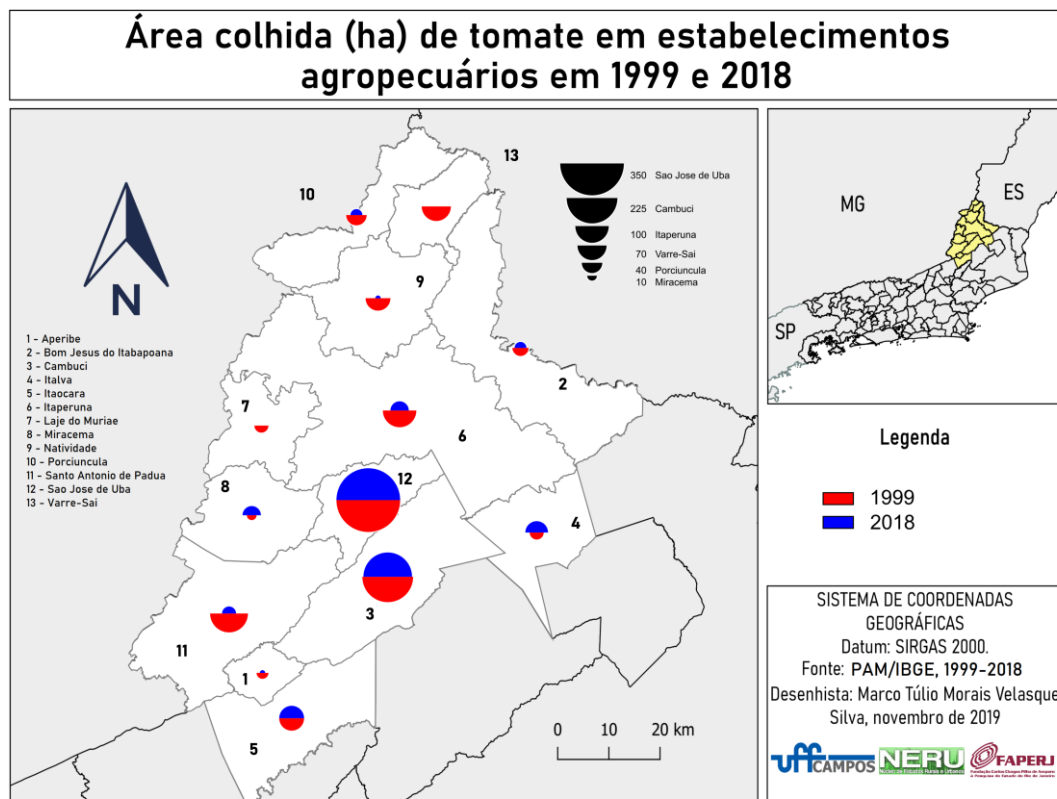
Figura 17 - Área colhida de arroz (em hectares) nos anos de 1999 e 2018



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PAM, 1999 e 2018.

Outra cultura característica da região, em especial nos municípios de Cambuci e São José de Ubá, é o tomate (GRABOIS *et al.*, 1998) (Figura 18). Observando a figura 18 é possível constatar, por um lado, a concentração da produção de tomate nos municípios de Cambuci e São José de Ubá ainda presente, mas, por outro, houve uma grande redução da produção em outros municípios, como Varre-Sai e Santo Antônio de Pádua, respectivamente.

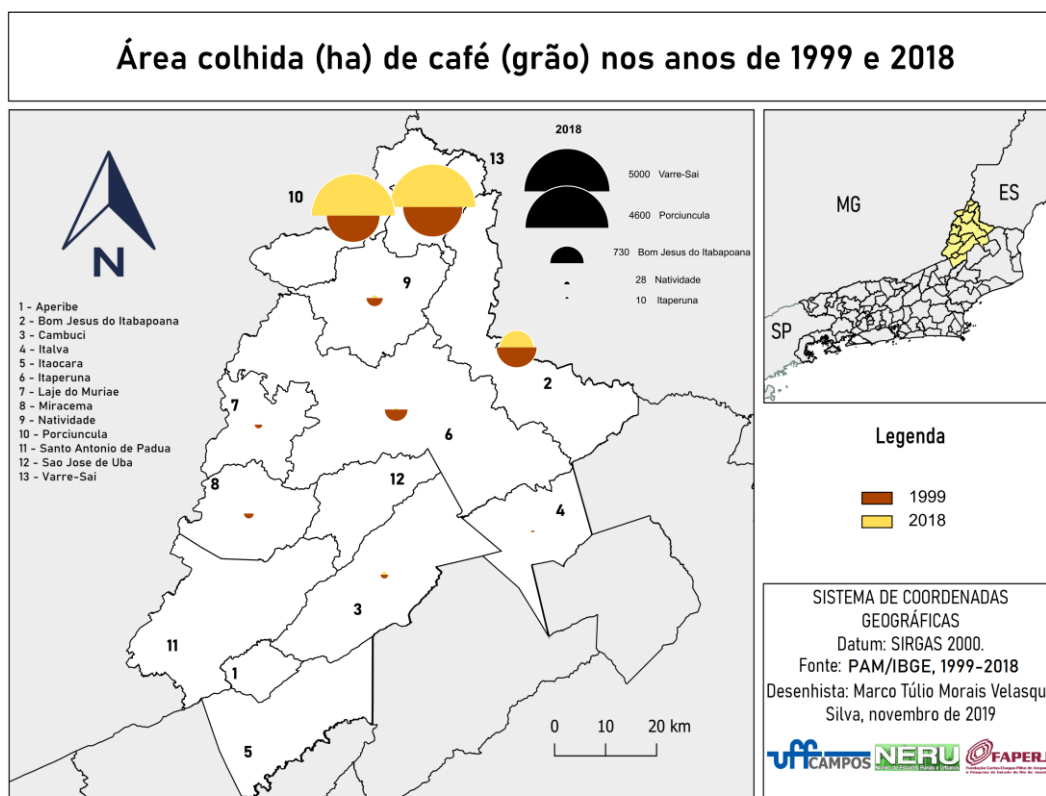
Figura 18 - Área colhida de tomate (em hectares) nos anos de 1999 e 2018



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1999 e 2018.

A cafeicultura da região teve seus cafés premiados no IV e V Concurso de Cafés Especiais (TERRA, 2021; V CONCURSO DE CAFÉS ESPECIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2021), e a produção se concentra na porção mais ao norte, onde há inclusive um relevo mais elevado, nos municípios de Varre-Sai, Porciúncula e Bom Jesus do Itabapoana. A Figura 19 mostra a área colhida de café nos anos de 1999 e 2018, e constatamos a densificação da produção nesta porção norte da região e a dissipação da produção em outros municípios.

Figura 19 - Área colhida (em hectares) de café nos anos de 1999 e 2018



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1999 e 2018.

Em 2017, do número total de estabelecimentos que produzem café, 83% é da agricultura familiar, responsável por cerca de 60% da quantidade produzida (Tabelas 03 e 04). O grupo da agricultura familiar com acesso aos financiamentos (PRONAF B) representou 52% do número de estabelecimentos familiares e 17% do total produzido. Em Porciúncula, 90% dos estabelecimentos que produzem café e 91% do total produzido de café são provenientes da agricultura familiar. Nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana e Varre-Sai a agricultura familiar representa cerca de 69% do total de estabelecimentos produtores de café e 48% e 42%, respectivamente, do total produzido. Natividade aparece com 83% do número total de estabelecimentos produtores de café e 72% do total produzido.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos produtores de café por tipologia do produtor no ano de 2017

Municípios	Número de estabelecimentos que produzem café					
	Total	Agricultura patronal	Agricultura familiar	Pronaf B	% agricultura familiar	% Pronaf B
Aperibé	-	-	-	-	-	-
Bom Jesus do Itabapoana	248	76	172	81	69,35%	47,09%
Cambuci	6	1	5	2	83,33%	40,00%
Italva	-	-	-	-	-	-
Itaocara	-	-	-	-	-	-
Itaperuna	6	4	2	2	33,33%	100,00%
Laje do Muriaé	1	-	1	1	100,00%	100,00%
Miracema	-	-	-	-	-	-
Natividade	41	7	34	22	82,93%	64,71%
Porciúncula	766	70	696	360	90,86%	51,72%
Santo Antônio de Pádua	-	-	-	-	-	-
São José de Ubá	-	-	-	-	-	-
Varre-Sai	496	152	344	158	69,35%	45,93%
Total	1564	310	1254	626	82,93%	51,72%

Fonte: Censo Agropecuário / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

Tabela 4 - Quantidade produzida de café (toneladas) por tipologia do produtor no ano de 2017

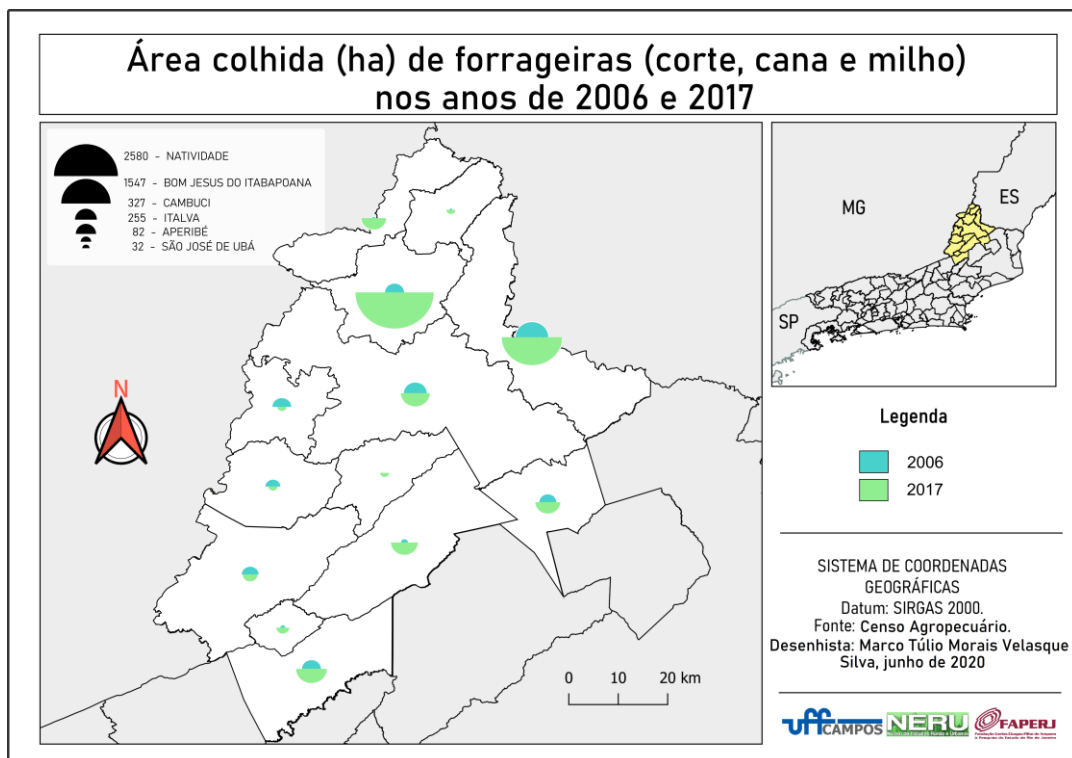
Municípios	Quantidade produzida de café (toneladas)					
	Total	Agricultura patronal	Agricultura familiar	Pronaf B	% agricultura familiar	% Pronaf B
Aperibé	-	-	-	-	-	-
Bom Jesus do Itabapoana	1006	519	485	80	48,21%	16,49%
Cambuci	8	-	-	-	-	-
Italva	-	-	-	-	-	-
Itaocara	-	-	-	-	-	-
Itaperuna	12	-	-	-	-	-
Laje do Muriaé	-	0	-	-	-	-
Miracema	-	-	-	-	-	-
Natividade	143	40	103	26	72,03%	25,24%
Porciúncula	2722	240	2482	457	91,18%	18,41%
Santo Antônio de Pádua	0	-	-	-	-	-
São José de Ubá	0	-	-	-	-	-
Varre-Sai	3111	1810	1301	-	41,82%	0,00%
Total	7002	2609	4371	563	60,12%	17,45%

Fonte: Censo Agropecuário / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

A área colhida de plantas forrageiras passa por um grande crescimento quando comparados os cenários de 2006 e 2017 (Figura 20). Estes cultivos de forrageiras servem ao propósito de complementação da alimentação da pecuária, a principal é a cana forrageira (na Figura 20 está representada a soma de todas as culturas forrageiras: milho, cana, feijão). Natividade e Bom Jesus do Itabapoana são os municípios que possuem a maior área colhida.

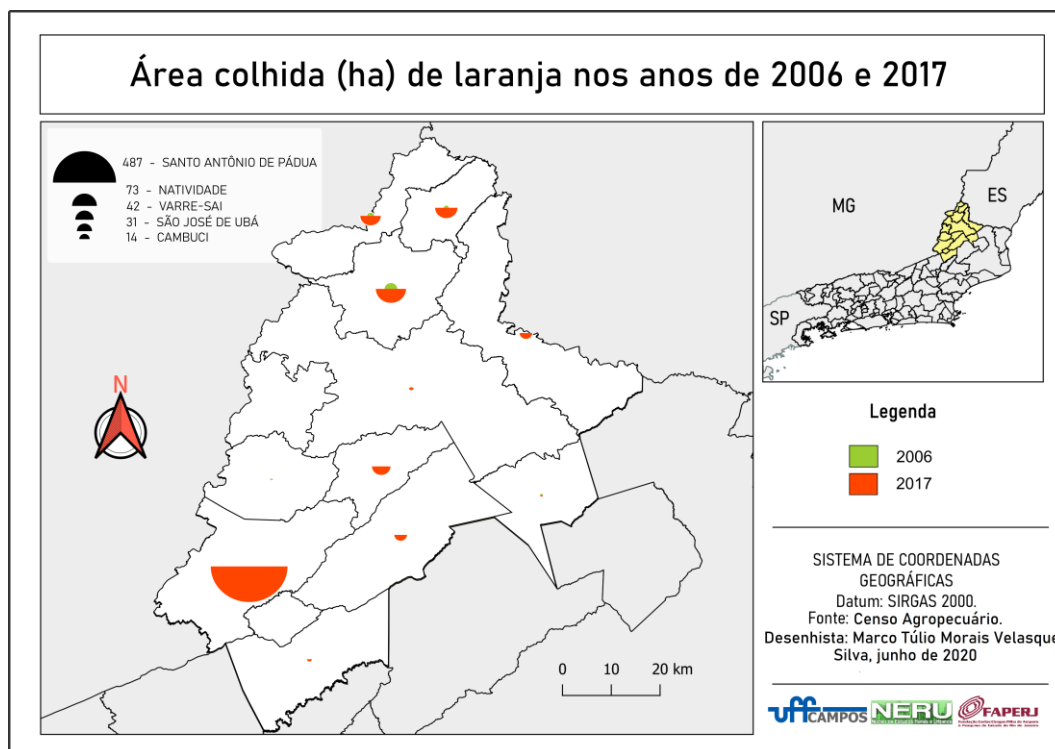
Figura 20 - Área colhida (em hectares) de forrageiras nos anos de 2006 e 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006 e 2017a.

Uma lavoura em ascensão no noroeste fluminense, que inclusive aparece no mapa das potencialidades agrícolas da Emater-Rio (Figura 05), é a de citrus, em particular, a laranja (Figura 21). Interessante notar que na Figura 05 a indicação é a produção de Citrus em Porciúncula, mas o município que mais colhe laranjas em 2017 é Santo Antônio de Pádua, seguido por Natividade. Sobre este caso, caberia uma investigação mais próxima das instituições envolvidas, como a Emater-Rio e Secretarias de Agricultura, para compreender como se especializa o fenômeno e os equipamentos em sua complexidade.

Figura 21 - Área colhida (em hectares) de laranja nos anos 2006 e 2017



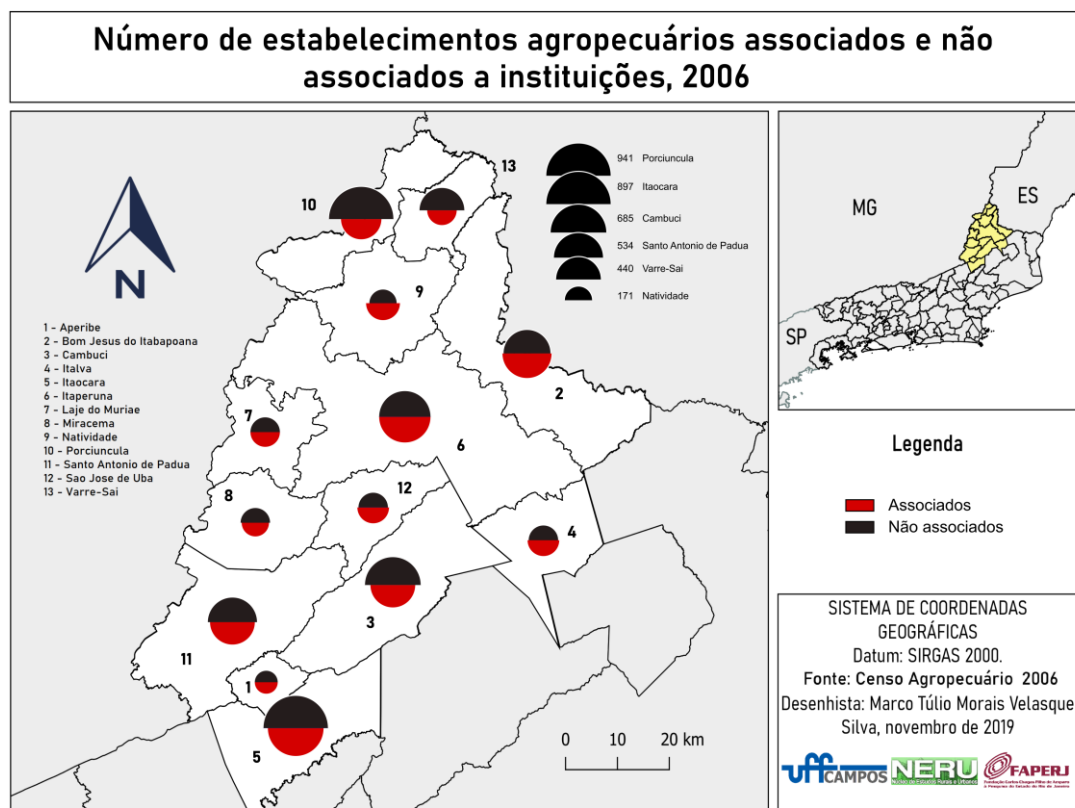
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006 e 2017a.

Neste subcapítulo, pudemos constatar, através de dados das pesquisas municipais e dos censos agropecuários que as culturas temporárias e permanentes recuaram bastante entre os municípios do Noroeste Fluminense, com a exceção de Varre Sai e Porciúncula no caso das culturas permanentes. A lavoura do café vem sendo incentivada nos últimos anos e este fato se liga ao resultado da área, que aumenta consideravelmente, e os resultados que discriminam a agricultura familiar refletem a importância da categoria para a cafeicultura na região. A área de culturas alimentares, como o arroz e o tomate, recuou drasticamente e houve ganhos de área em culturas comerciais como a laranja e o café, além do incremento na área de forrageiras e do número de cabeças de gado bovino em quase todos os municípios indicam uma tendência à pecuária, atividade já tradicionalmente praticada.

4.4 Organização coletiva

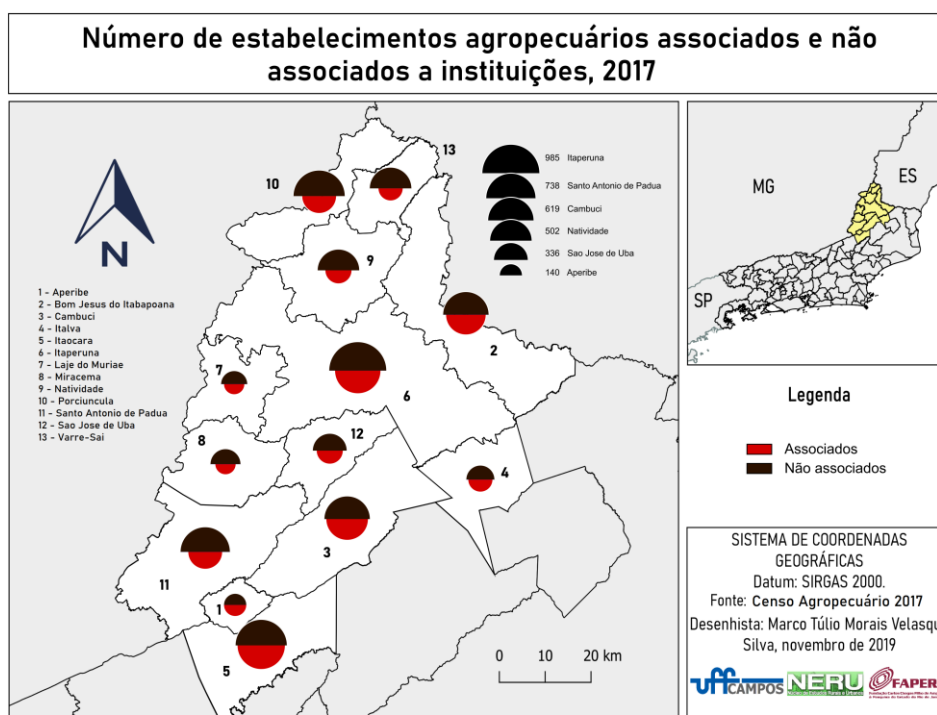
Após a verificação visual das Figuras 22 e 23, constatamos que, entre 2006 e 2017, a associação às instituições e entidades de classe não se efetivou de forma igualitária entre os municípios do noroeste fluminense. Portanto, embora alguns municípios tenham crescido em número de estabelecimentos, a associação não o fez na mesma proporção, e o cenário geral é de uma maioria de estabelecimentos não associados. Exemplos de municípios onde a relação de não associados cresce significativamente são Natividade, São José de Ubá, Santo Antônio de Pádua, Laje do Muriaé e Miracema.

Figura 22 - Associação de estabelecimentos agropecuários associados a instituições e entidades de classe em 2006



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

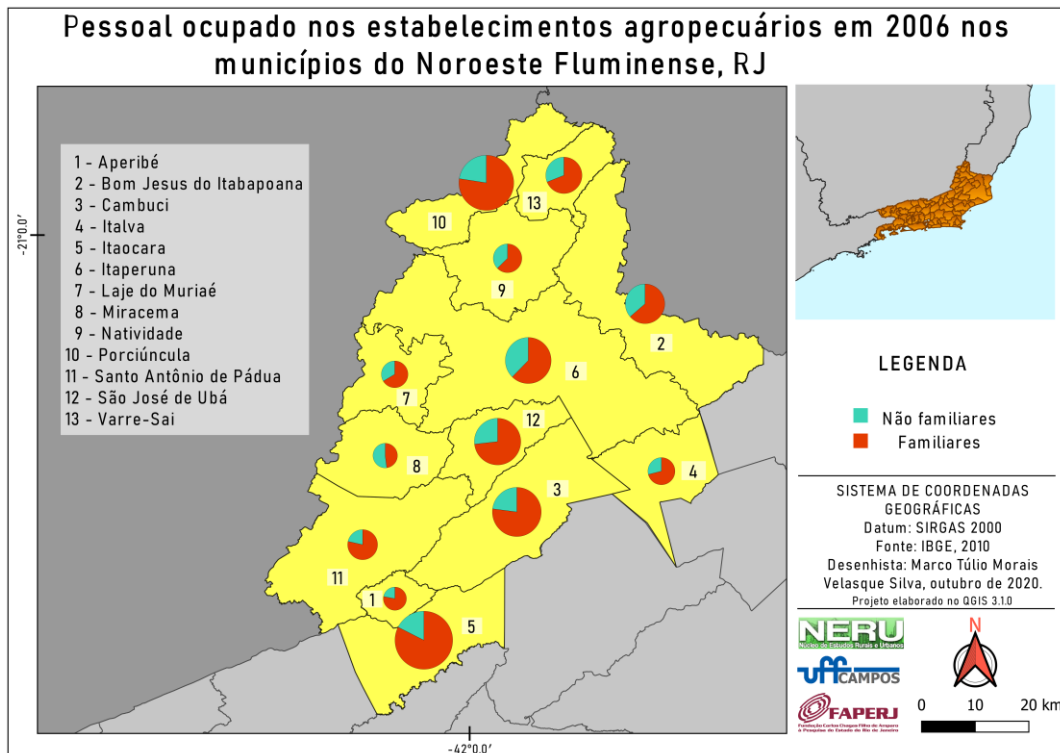
Figura 23 - Associação de estabelecimentos agropecuários associados a instituições e entidades de classe em 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

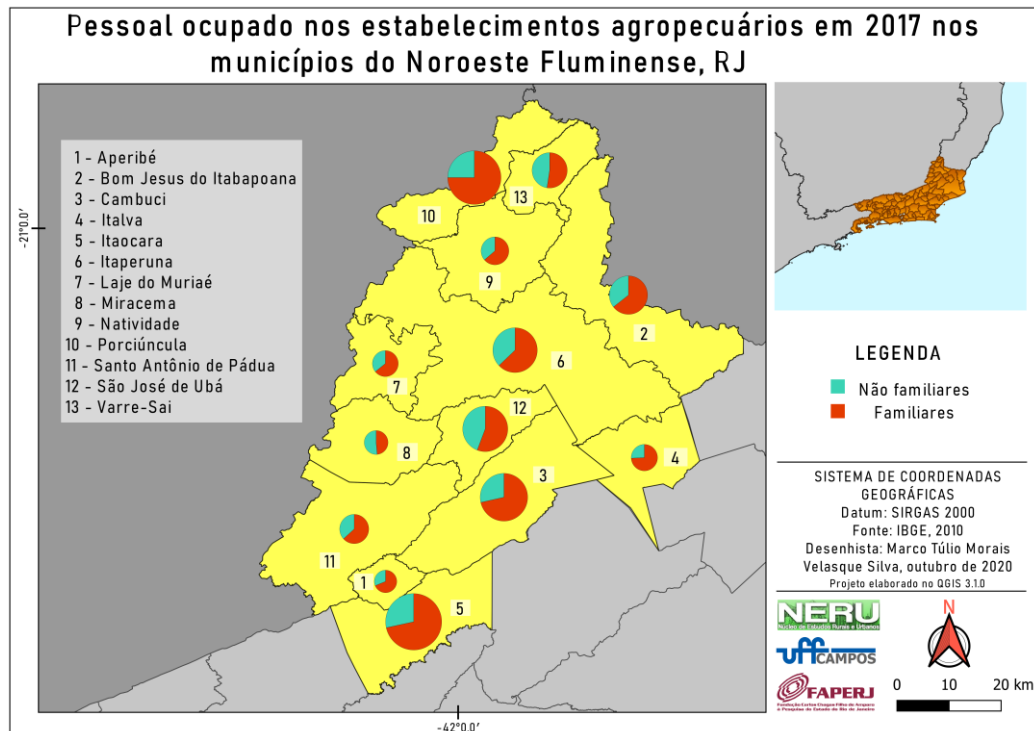
No que tange às relações de parentesco do pessoal ocupado, há uma ampla predominância de familiares trabalhando nos estabelecimentos agropecuários em ambos os anos (Figura 24 e 25). Quase todos os municípios apresentaram crescimento na ocupação de mão de obra externa à família, mas neste quesito, Varre-Sai está na frente de maneira acentuada, com crescimento na participação de mão de obra externa de aproximadamente 15%.

Figura 24 - Pessoal ocupado e laços de parentesco nos estabelecimentos agropecuários dos municípios noroeste fluminense em 2006



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

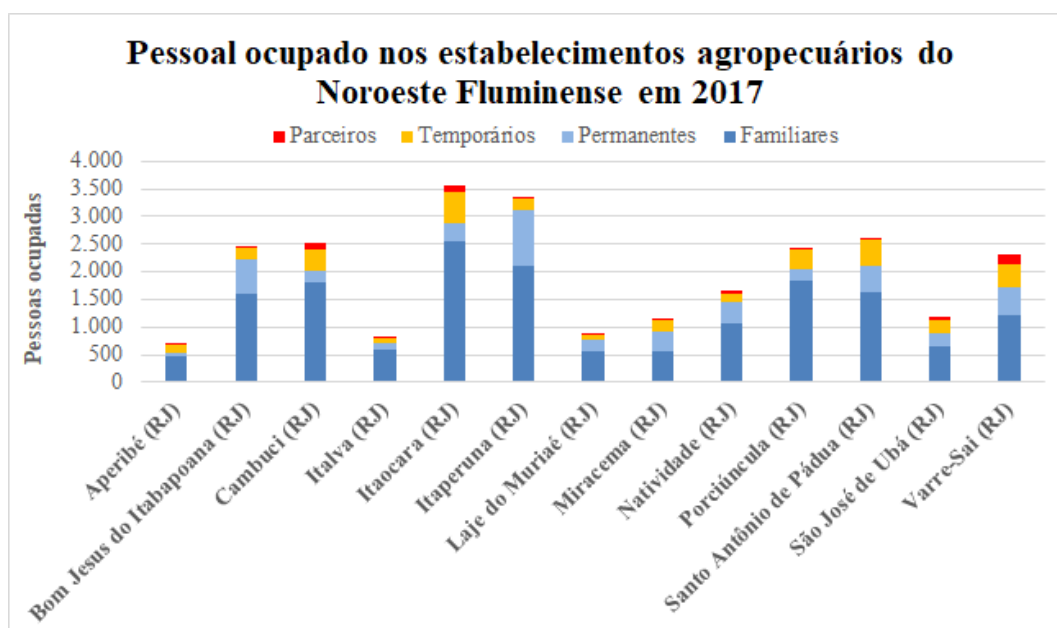
Figura 25 - Pessoal ocupado e laços de parentesco nos estabelecimentos agropecuários dos municípios noroeste fluminense em 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

Em um olhar mais de perto, constatamos que Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana são os municípios que mais possuem mão de obra contratada permanente e Itaocara é um dos que mais contrata temporários, seguido por Santo Antônio de Pádua, Cambuci e Varre-Sai (Gráfico 4). Em ordem decrescente, os municípios que mais ocupam pessoal nos estabelecimentos agropecuários são Itaocara, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Bom Jesus do Itabapoana, Porciúncula e Varre-Sai.

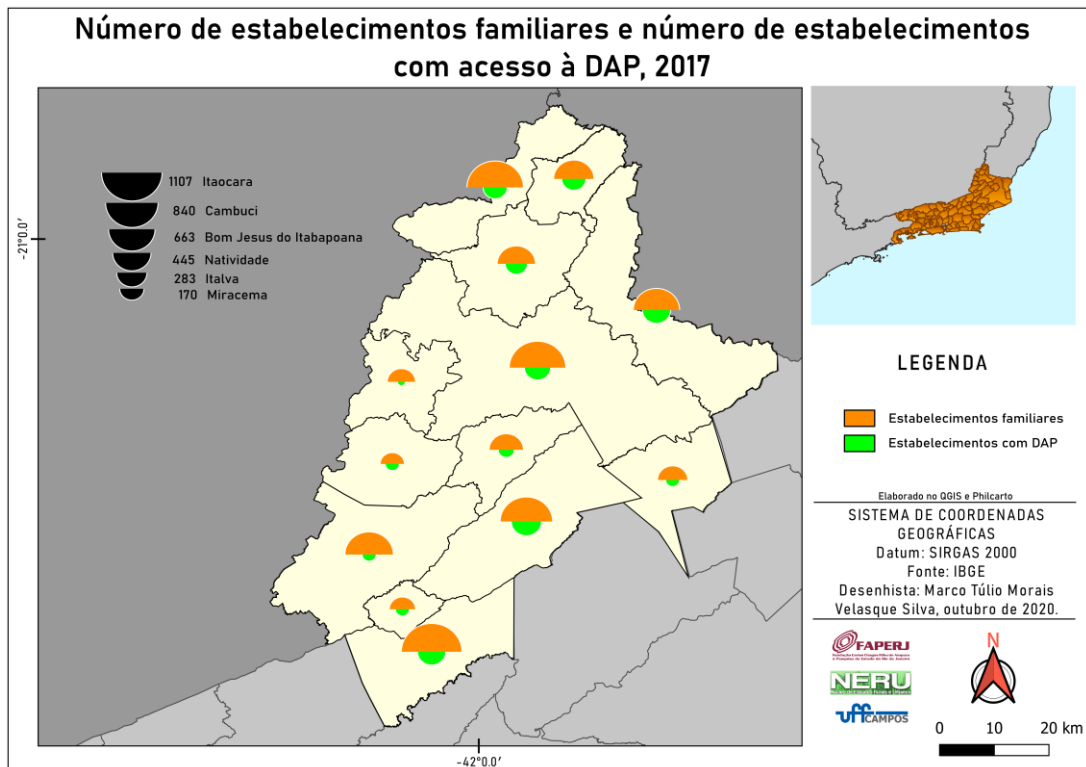
Gráfico 4 - Relações de trabalho e laços de família do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuário do noroeste fluminense em 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

No último Censo Agropecuário (2017) a proporção de estabelecimentos agropecuários considerados de agricultura familiar foi de aproximadamente 67% para o noroeste fluminense, e estes ocupam cerca de 29% da área (Figura 08). Entretanto, no que se refere ao acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, esta não se dá de forma plena para todos os agricultores familiares (Figura 26). A maior concentração de estabelecimentos familiares acontece nos municípios de Itaperuna, Itaocara, Cambuci e Porciúncula, sem ordem de valor.

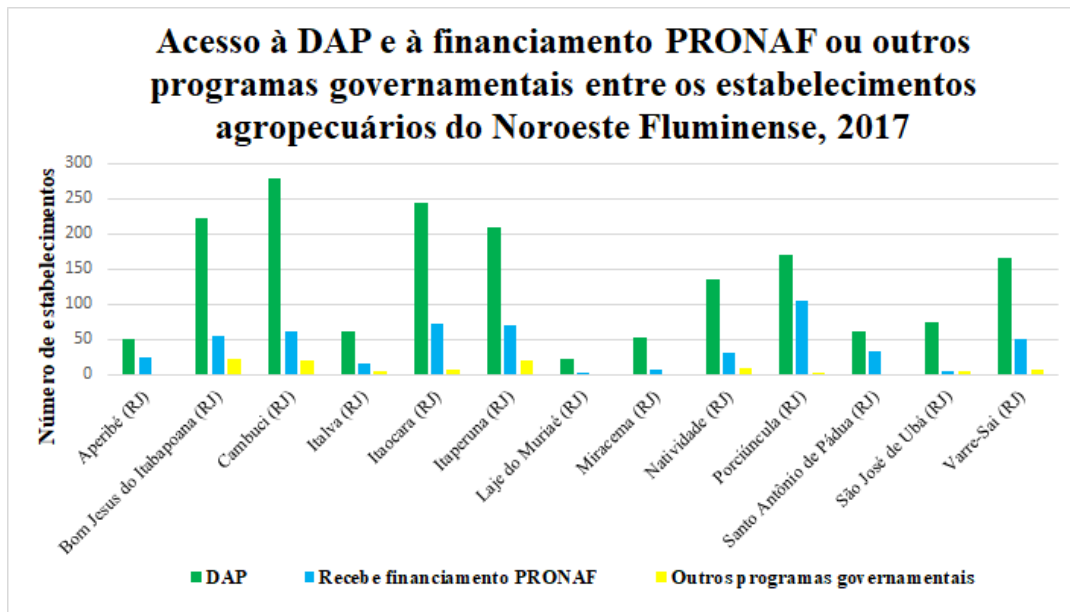
Figura 26 - Número de estabelecimentos considerados familiares e estabelecimentos com acesso à DAP em 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

Curioso é o fato de que mesmo entre os estabelecimentos que possuem acesso à DAP o financiamento do Pronaf e outros programas governamentais não acontece de forma expressiva em todos os municípios (Gráfico 5). O destaque fica por conta de Porciúncula, em que mais da metade dos estabelecimentos que possui acesso à DAP também possui algum tipo de financiamento.

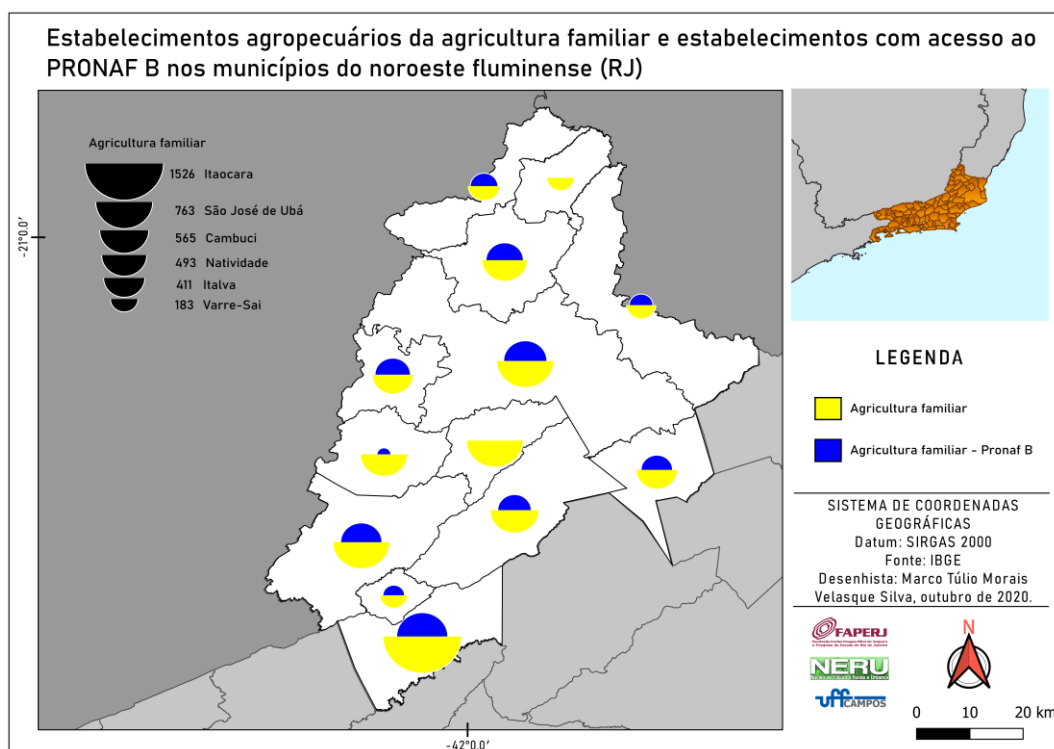
Gráfico 5 - Número de estabelecimentos com acesso à DAP e à financiamentos governamentais do PRONAF e outros em 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

A Figura 27 exibe o número de estabelecimentos da agricultura familiar total e o número de estabelecimentos que tiveram acesso ao financiamento do grupo PRONAF B (PRONAF, 2022), que é um grupo de microcrédito com valores até R\$ 6.000,00 financiados pelo BNDES. Pronaf B é o que dá acesso aos menores financiamentos, mas há várias linhas de crédito atualmente.

Figura 27 - Número de estabelecimentos com acesso à DAP e à financiamentos governamentais do PRONAF e outros em 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

Com exceção dos municípios de São José de Ubá e Varre-Sai, onde não constam produtores com acesso ao Pronaf B. O município de Miracema possui uma baixa adesão à esse financiamento, em todos os outros municípios o número de estabelecimentos familiares com acesso à este financiamento é alto, próximo do total, principalmente Porciúncula, Natividade e Laje do Muriaé.

Neste capítulo 4 pudemos constatar um amplo predomínio de familiares na divisão social do trabalho dentro dos estabelecimentos agropecuários, participação digna de exaltação, visto que na estrutura fundiária os estabelecimentos familiares ocupam menos de 50% da área total. Os municípios do noroeste estão passando por mudanças na estrutura produtiva e fundiária, mas também há alterações na organização coletiva dos agricultores, que apresentou aumento do número de agricultores não associados a sindicatos ou entidades de classe. As alterações da estrutura produtiva e fundiária resultaram numa diferenciação espacial desigual, que apresenta uma concentração de determinadas atividades em alguns municípios, como o leite em Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana, o tomate em Cambuci e

São José do Ubá e o café em Varre-Sai e Porciúncula. Há um número cada vez mais baixo de agricultores familiares com acesso às políticas públicas, via PRONAF, e, tendo em vista o fato da ampla predominância da categoria em várias atividades, o quadro complexifica-se e suscita novas investigações, mais aprofundadas, sobre a realidade vivida pelos agricultores familiares na mesorregião.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar no Brasil é uma forma de existir e produzir a própria existência simbólica, em que a gestão, a propriedade e o trabalho são intimamente ligados à família e a lógica do processo de tomada de decisão na gestão do estabelecimento é influenciada de acordo com o grau de afastamento ou integração ao mercado. Este modelo de agricultura esteve historicamente em situação periférica no cenário das políticas públicas, portanto, as mudanças no contexto político-ideológico e paradigmático, afetam as diferentes estratégias de reprodução social destas unidades familiares.

Os processos que se deram ao longo dos últimos 60 anos no contexto das políticas públicas favoreceram o modelo agroexportador de *commodities*, pelo menos até a década de 1990 quando aconteceram muitas mudanças no cenário nacional e um novo paradigma se instalou, resultando no reconhecimento da categoria da agricultura familiar. Tal reconhecimento foi uma conquista a partir de reivindicação histórica de movimentos sociais e sindicatos rurais e da participação da discussão acadêmica sobre a conceituação.

Em 1920 os municípios do noroeste fluminense já constavam entre os maiores produtores do país, mas devido à crise de 1929, problemas com produtividade e qualidade, a cafeicultura, tida como economicamente inviável pelos órgãos estatais, foi substituída, gradativamente, pela pecuária leiteira e de corte, com baixa necessidade de mão de obra.

Na década de 1970 a pecuária leiteira parecia ter se sucedido ao causar a abertura de inúmeras cooperativas, porém, problemas começam a surgir com a criação do programa Qualitotal, da *Fleishmann & Royal*, proprietária do Leite Glória, que sugeriria uma baixa qualidade e produtividade na região. Na década de 1990 a atividade leiteira enfrentava novamente os problemas da qualidade e produtividade quando exposta ao mecanismo de concorrência internacional com a abertura da economia. O discurso da falta de infraestrutura e investimentos ganha destaque e diversos problemas são enfrentados pelos produtores, desde o fornecimento de energia à baixa produtividade e qualidade dos equipamentos.

Segundo Santos (2006), o espaço define os objetos técnicos e não o inverso, e é por meio daquele que se desenvolvem as atividades humanas, permeadas pelas rugosidades da prévia sociedade. O meio técnico-científico-informacional pressupõe uma integração entre a

técnica, a informação e o espaço em um cenário de domínio de uma ordem hegemônica, em que Estado, empresas multinacionais e outras entidades supranacionais impõem uma hierarquia de comando entre os espaços da economia mundo. O espaço é a condição e o meio da produção da existência e de todas as atividades sociais, econômicas e culturais de uma sociedade, portanto, o avanço do meio técnico para um meio técnico-científico, e posteriormente técnico-científico-informacional, se dá de maneira desigual sobre o espaço e vai se aproveitar de toda infraestrutura e relações sociais prévias, tidas como rugosidades. No que tange ao progresso técnico, comumente referido na agricultura, este também não se distribui igualmente sobre o espaço, tampouco é aceito de maneira igual por todas as pessoas e organizações. É possível articular o desenvolvimento desigual e combinado com o conceito de meio técnico-científico-informacional pela compatibilidade entre eles, pois, as regiões se desenvolvem de maneira desigual, mas articulam-se através dos sistemas técnicos.

Como vimos neste trabalho, o progresso técnico também tem um viés classista, pois através da convergência de interesses este pode ser adotado no discurso como ferramenta de dominação social. A ciência a serviço da indústria, que sempre busca provar que a adoção de novas técnicas e ferramentas são o melhor caminho para a alta produtividade, por exemplo. O modelo de agricultura proposto pela Revolução Verde é um exemplo, pois propunha uma maior integração agricultura-indústria, entretanto, ao mesmo tempo, excluía os pequenos agricultores devido aos altos custos de adesão ao programa no país e à escala de produção, que era incompatível com a renda destes. No noroeste fluminense não foi diferente.

A crise de 1929 afetou diretamente a produção de café na região, e é proposta uma reestruturação produtiva em torno da produção da pecuária bovina pelo Estado. Na década de 1970, com a chegada das empresas multinacionais, há uma tentativa de hierarquização da região no sistema mundo e introdução de novos paradigmas, que, ao apontarem para os indicadores de baixa produtividade e baixa qualidade do leite, induzem a uma necessidade de maior tecnificação do processo produtivo para atender a estas novas demandas internacionais de qualidade. Na década de 1990, com a chegada de várias empresas multinacionais no Brasil, após a abertura econômica, o setor lácteo nacional foi novamente impactado e o poder de barganha altamente afetado, visto que a organização das empresas a nível internacional se dava por meio de oligopólios, deixando os produtores à margem do processo de definição dos preços dos produtos.

Atualmente, a cadeia produtiva do leite no Estado do Rio de Janeiro conta com uma hierarquia dada por características técnicas das indústrias processadoras e dos produtores. As indústrias processadoras do Sul fluminense possuem maquinários mais modernos e eficientes e um controle maior sobre o parque industrial e os produtores são associados a indicadores em geral positivos. Já a região noroeste fluminense isso não ocorre. Por meio do programa Balde Cheio, da Embrapa/SEBRAE/SENAR, há uma busca pela melhoria da qualidade e da quantidade de leite produzida nas pequenas propriedades, e a metodologia do programa é a educação do pequeno produtor em novos conhecimentos e técnicas, por meio de cursos e visitas técnicas às propriedades assistidas. Nos anos 2000, o noroeste também passou a ser considerado um “Território da Cidadania” para fins de políticas públicas voltadas para regiões carentes, visto o baixo desempenho em indicadores de infraestrutura e socioeconômicos.

A cafeicultura da região mostra uma grande resiliência, porque, apesar de muitos desestímulos nas últimas décadas, desde meados da década de 2010 vem recebendo destaque na estrutura produtiva do Estado do Rio de Janeiro e estímulos para a melhoria da produtividade e da qualidade do grão. O Rio Rural foi um dos programas que mais afetaram a cadeia produtiva do café na região, promovendo uma reestruturação, onde 99% dos recursos para o setor foram aplicados ali com estes objetivos. O Projeto de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Café no Noroeste Fluminense, financiado pelo Banco Mundial, através do Rio Rural, trouxe um novo cenário para a cafeicultura da região, de especialização dos grãos, agregando valor aos produtos para um mercado cada vez mais exigente com a qualidade dos grãos.

A estrutura fundiária do noroeste fluminense apresentou fortes características de concentração fundiária em quase todos os municípios no grupo de estabelecimentos com área superior a 100 hectares. Isto se deu, apesar da adesão de novas áreas à área total de estabelecimentos agropecuários, na maioria dos municípios. A exceção da situação de concentração fundiária se encontra em Varre-Sai e Aperibé que apresentam a melhor distribuição de área em comparação com outros municípios, refletindo no índice de Gini, os melhores da região. Bom Jesus do Itabapoana foi o único município que apresentou crescimento na área de estabelecimentos de até 10 hectares e Porciúncula é um dos que mais cedeu espaço deste grupo para os estabelecimentos com área superior a 100 hectares.

A maior parte da produção agrícola e pecuária está concentrada nos municípios de Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua e Cambuci, entretanto, a produção da cafeicultura atualmente abarca, dentre estes, somente Bom Jesus do Itabapoana, além de Natividade, Porciúncula e Varre-Sai, os dois últimos concentram a maior parte da produção na região. O município de Porciúncula apresenta uma alta participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos total e na quantidade produzida total de café proveniente da categoria, aproximadamente 90% e 80%, respectivamente, ao contrário de Varre-Sai, onde aproximadamente 40% da quantidade produzida é proveniente da agricultura familiar, que representa cerca de 69% dos estabelecimentos produtores.

O número de assentamentos na região noroeste fluminense é três, mas a área ocupada nos municípios é relativamente alta, e, principalmente, o assentamento de Italva tem espaço para 210 famílias, e, em 2017, já abrigava 139 famílias. A participação dos agricultores nas instituições e entidades de organização coletiva recuou na maioria dos municípios entre 2006 e 2017, e esta é uma questão sintomática que levanta mais dúvidas e anseios por pesquisas aprofundadas com os agricultores em torno do tema.

No que tange ao acesso às políticas públicas, o município de Santo Antônio de Pádua é onde menos consta o acesso, aproximadamente 17% e mais da metade teve acesso aos financiamentos governamentais e, quase a totalidade destes acessaram o microcrédito do Pronaf B. Em Bom Jesus do Itabapoana, apesar do município contar com a segunda menor porcentagem de estabelecimentos familiares na região (59%), frente somente de Miracema (43%), possui uma grande participação da agricultura familiar na produção cafeeira do município e no acesso ao microcrédito. Em Porciúncula, muitos dos estabelecimentos são familiares, recebem financiamento Pronaf B, mas não é o município onde os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar mais têm acesso à DAP.

No que tange às relações de trabalho, Porciúncula, Itaocara e Bom Jesus do Itabapoana tem grande participação da família no processo produtivo, enquanto Varre-Sai apresenta quase metade de sua ocupação por não-familiares, em especial os parceiros, que detém uma boa parcela da ocupação no município. Esse tipo de relação de trabalho da parceria é característico da produção de café, onde a terra é cedida sob o regime de meeiro, e o lucro é dividido pelos dois - trabalhador e o dono das terras – embora, os custos iniciais são descontados no rateio.

A produção leiteira da região, em números absolutos, concentra-se em Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua e Cambuci. Todos eles aparecem nos registros históricos com a produção leiteira, além de possuírem uma estrutura fundiária concentrada nos grupos de área de mais de 100 hectares. Os últimos dois municípios são os únicos destes principais produtores onde a pecuária familiar se equipara em número de cabeças de gado com a pecuária não-familiar ou patronal. Curioso este fato, diante da baixa participação da agricultura familiar na estrutura fundiária.

A rizicultura, tradicional na região, desapareceu quase que totalmente da estrutura produtiva de acordo com os últimos dados do Censo Agropecuário; a produção de tomate se diluiu e se concentrou nos municípios de Cambuci, São José de Ubá, Itaocara e Italva; a produção cafeeira se dispersou na região e se concentrou nos municípios de Porciúncula, Varre-Sai e Bom Jesus do Itabapoana; a produção leiteira mantém praticamente a mesma quantidade produzida distribuída entre os municípios da região, com algumas exceções; e as forrageiras aumentaram consideravelmente em área colhida.

Os projetos implantados no noroeste fluminense e os que estão atualmente em curso visam sempre a inserção de novas tecnologias e uma maior integração agricultura-indústria, principalmente após a década de 1990. A lógica do meio técnico-científico-informacional predomina, e induz a uma série de relações que nem sempre são benéficas a todos os atores envolvidos. Atualmente o cenário do noroeste fluminense como um todo é de uma região com alto índice de concentração de terras em grupos de área superiores a 100 hectares, redução da diversidade de produtos, diminuição da associação dos estabelecimentos agropecuários à entidades de classe e concentração e especialização produtiva em torno dos produtos tidos como “carro-chefe” em alguns municípios.

Um dos principais problemas decorrentes disto é que municípios menores foram excluídos do processo da produção, o que faz sentido dentro da lógica do desenvolvimento desigual e combinado, e perderam muita diversidade de produtos, como Miracema, que apresenta os piores indicadores em vários de nossos mapas, como concentração fundiária, presença de agricultura familiar e de diferentes lavouras.

Nesse interim, o resultado de todos estes esforços de integração agricultura-indústria pelo Estado em prol do desenvolvimento ocorre por meio do projeto de “vocações regionais”. Os resultados são a diminuição da diversidade produtiva, especialização e concentração da

produção em alguns municípios, aumento da concentração de terras na região noroeste fluminense. Embora muito tenha avançado o diálogo sobre a agricultura familiar e as políticas públicas, o modelo imposto a essa categoria ainda precisa de muitas lutas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.
- ABRAMOVAY, R. O saco de batatas para em pé. In: ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007, p. 61-88.
- ARCHELA, R. S.; THÉRY, H. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. **Confins** (online), n. 3, 21 pp., jun. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/3483>. Acesso em: 22 jul. 2022.
- BRASIL. Decreto nº1946, 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm.
- CAMILO, P. J. A internacionalização do mercado brasileiro de derivados lácteos - análises sobre a atuação de oligopólios, oligopsônios e *trade company*. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 260-275, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p260>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- GARCIA, E. H. Algumas considerações sobre a evolução recente do setor agroalimentar fluminense. In: CARNEIRO, Maria José *et al* (org.). **Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998. p. 79-104.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 12 jul. 2022.
- GIULIANI, G. M. A problemática da regionalização agrária do Rio de Janeiro: observações metodológicas. In: CARNEIRO, Maria José *et al* (org.). **Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro**.
- GONÇALVES, Mylena A.; SANTOS, Lenadro. B. dos. A centralidade interurbana de Itaperuna – RJ no noroeste fluminense. **Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Vitória, v. 1, ed. XVI, p. 1106-1124, 1 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26679#:~:text=Este%20trabalho%20tem%20como%20objetivo%20principal%20entender%20a,atra%C3%A7%C3%A3o%20de%20p>

essoas%20no%20%C3%A2mbito%20regional%20e%20interregional. Acesso em: 20 jul. 2022.

GRABOIS, José *et al.* O papel da pequena produção na organização de um espaço periférico: o caso do noroeste fluminense. In: CARNEIRO, Maria José *et al* (org.). **Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998. p. 209-223.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. S125-S146, fev. 2015. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

HESPAHOL, A. N. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4. **Anais...** São Paulo: ENGRUP, 2008. Pp. 370-392.

HOT E OREIA. **Eparrei**. Belo Horizonte: A Macaco Indústria Criativa, 2019. faixa 1 (3 min 49 s). Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=metUmr6HeTY&t=162s&ab_channel=HoteOreia.

Acesso em: 31 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário** 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 9 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário** 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 9 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico** 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 09 mai.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico** 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 09 mai.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Malha territorial** 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 9 set. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal** 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1997a. Disponível em: sidra.ibge.gov.br.

Acesso em: 9 set. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Pecuária Municipal** 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1997b. Disponível em: sidra.ibge.gov.br.

Acesso em: 9 set. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal** 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em: sidra.ibge.gov.br.

Acesso em: 9 set. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Pecuária Municipal** 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em:

<sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal** 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: sidra.ibge.gov.br.

Acesso em: 9 set. 2019

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Incra nos Estados – informações gerais sobre os assentamentos da reforma agrária**. 2017.

Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 1 de setembro de 2022.

KONRAD, J.; HESPANHOL, R. A. de M. Estado e os complexos agroindustriais: agentes de transformação do espaço rural no oeste catarinense-Brasil. In: **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, XXIII, 2016, São Cristóvão. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/326679272_ESTADO_E_OS_COMPLEXOS_AGROINDUSTRIAIS_AGENTES_DE_TRANSFORMACAO_DO_ESPACO_RURAL_NO_OESTE_CATARINENSE-BRASIL>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MADANÊLO, Daniela Helena V.L.; MARAFON, Gláucio. O complexo agroindústria da pecuária leiteira no Estado do Rio de Janeiro. In; In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Revisitando o Território Fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008, p. 7-16.

MARINHO, Isis. **A Região Noroeste Fluminense e o Projeto Rio Rural: Tendências e problemas da agricultura familiar**. 2015. 210 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015.

Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/13447/1/Isis%20Marinho.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 45. P. 83-91, out./dez., 2014.

MARINHO, Isis. Processo de regionalização do noroeste fluminense. **Revista Tamoios**. Rio de Janeiro, ano 13, n. 2, p. 78-93., jul./dez., 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/30212>. Acesso em: 1 jul. 2022.

PRONAF Microcrédito (grupo "B"). Brasília: Banco Nacional do Desenvolvimento, 2022. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-microcredito-grupo-b>. Acesso em: 22 jul. 2022.

REGIÃO NOROESTE – ASCARJ – Associação dos Cafeicultores do Estado do Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <https://ascarj.com.br/regiao-noroeste/>. Acesso em: 22 jul. 2022

RIO DE JANEIRO. Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - CEPERJ. **Séries históricas**: Tab 5.2.0.1536 - Índice de Gini. Estado do Rio de Janeiro e seus municípios - 1991,2000,2010. Rio de Janeiro: Fundação CEPERJ, 7 jun. 2019. Disponível em: [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/series-](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/series-historicas/excel/copos/5.%20Condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20Vida/Tab%205.2.0.1536.html)

[historicas/excel/copos/5.%20Condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20Vida/Tab%205.2.0.1536.html](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/series-historicas/excel/copos/5.%20Condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20Vida/Tab%205.2.0.1536.html). Acesso em: 1 jul. 2022.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. In: **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 12-18.

SANTOS, Milton. As técnicas, o tempo e o espaço geográfico. In: **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 16-37.

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria Social, capitalismo e agricultura familiar**. In. SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. P. 21-72.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro). Empresa de Assistência Técnica e

Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - **Relatório de Atividades 2018**. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <http://www.emater.rj.gov.br/RelatorioAtividades2018.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SENAR. **Painel regional:Noroeste Fluminense**. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2016. 16 p. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/SebraePainel_NoroesteFluminense.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SILVA, Augusto C. P. da. Estratégias de modernização do espaço rural fluminense: técnica, planejamento e gestão no campo do Rio de Janeiro. **CAMPO-TERRITÓRIO**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 92-122, ago. 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Região, bairro e setor geográfico. In: **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: 2018, p. 135-162.

TERRA, S. **Cafés especiais de Varre-Sai se destacam em IV Concurso de Cafés Especiais do Estado do Rio – ASCARJ – Associação dos Cafeicultores do Estado do Rio de Janeiro**. 2021. Disponível em: <<https://ascarj.com.br/cafes-especiais-de-varre-sai-se-destacam-em-iv-concurso-de-cafes-especiais-do-estado-do-rio>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

V CONCURSO DE CAFÉS ESPECIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ASCARJ – Associação dos Cafeicultores do Estado do Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <<https://ascarj.com.br/v-concurso-de-cafes-especiais-do-estado-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

WANDERLEY, Maria de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estado Sociedade e Agricultura**, n. 21, p. 42-61, 2003.